



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, nº0022/CMP/18 de 26/10/2018

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de dois mil e dezoito, nesta cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, estando presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, a Senhora Vereadora Dra. Ana Cristina Jorge Gonçalves, a Senhora Vereadora Dra. Anabela da Mota Neves, o Senhor Vereador Dr. Michäel da Mota António, o Senhor Vereador Eng. Narciso Ferreira Mota, a Senhora Vereadora Dra. Odete Alves e o Senhor Vereador Dr. Pedro Brillhante comigo, Virgínia dos Santos Moderno, Técnica Superior, que secretariei.

Ausência de membro da Câmara

A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a ausência do Senhor Vereador Eng. Pedro Filipe da Silva Murtinho.

De seguida entrou-se na discussão e votação dos seguintes pontos da ordem do dia, relativamente aos quais abaixo se dá por reproduzido o teor das deliberações.

1. Período antes da ordem do dia

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Senhores Vereadores, boa tarde a todos. Temos a ausência atestada clinicamente do Senhor vereador Pedro Murtinho, por motivos de doença, neste caso de convalescença de uma pequena intervenção cirúrgica.

Vamos dar início à nossa reunião ordinária do dia 26/10/2018 iniciando com o período de antes da ordem do dia. Eu tinha aqui algumas informações para partilhar com a Câmara e portanto utilizar este para o poder fazer.

A primeira para fazer aqui evocação histórica de dois homens que nos deixaram nesta semana. Não foram indiferentes ao desenvolvimento das respetivas terras, da nossa terra e que merecem, por isso, na minha opinião, uma observação nesta câmara, recordando-os e agradecendo a sua disponibilidade para os diversos serviços públicos que tiveram ocasião de cumprir e procurando também com isso, deixar palavras de conforto, registadas na câmara às suas famílias, aos seus amigos e às pessoas que, de alguma forma conheceram e se relacionaram com estes dois homens.

O primeiro, Victor Manuel da Luz Varela Pinto, nascido em 34 e falecido esta semana. Conhecido por ser um benemérito empresário desta cidade, de ter sido também já connosco contribuinte do nosso arquivo municipal enriquecendo-o com várias doações ao longo dos últimos anos. Também fundador do Rotary Clube de Pombal e Presidente desse clube ocupando vários lugares na direção desta mesma desta instituição. Foi também uma das pessoas que se notabilizou e envolveu profundamente para o incremento do número de bolsas de estudo no ensino superior através da relação que há pouco tempo foi concretizada com o município relativamente aos apoios da Fundação Rotária, foi Presidente da secção de filatelia do Sporting de Pombal, foi Vice-Presidente do Sporting de Pombal e foi um entusiasta da filatelia, da columbofilia, impulsionou várias coleções que versam sobre a história de Pombal, além disso como sabem era uma pessoa de um trato pessoal muito afável e cortês, de uma família que tem ligações ao nosso concelho, cidade, Vila, há mais de um século e recordo, por



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

exemplo, ocasião em que, quando celebrámos o 110º aniversário da inauguração do busto do Marquês de Pombal no Jardim municipal, de ter sido precisamente o seu avô que foi o principal impulsionador dessa de evocação histórica e que é para todos os efeitos o primeiro marco que celebra o Marquês de Pombal existente em todo o mundo, que está em Pombal e que tem também esta relação e, portanto, quero aqui estender; tive ocasião de o fazer à sua mulher e aos filhos, mas fazer esta evocação a sua memória, o seu trabalho.

Também, evidentemente, a outra pessoa que creio que todos nós conhecemos e contactámos, Francelino Cardoso. Mais velho que o Vítor Varela, nascido em 1922 e que exerceu as funções de Presidente da Junta da Redinha entre 1974 e 1976 e entre 1980 e 1985, e que também esta semana nos deixou. A sua preocupação com a Redinha, a procura de colaboração com as várias entidades públicas e também evidentemente o seu trato pessoal também o notabilizavam como cidadão que andou em África, muitos anos e que representava também uma geração muito característica dos portugueses, deixamos também aqui esta memória e principalmente à sua mulher, à sua nora netas, os nossos votos de solidariedade de acompanhamento neste momento de mais sofrimento para a família e para os respetivos amigos.

Dito isto, queria também informar a câmara que na sequência da aprovação da alteração ao quadro de pessoal e organigrama da câmara que, ao abrigo das disposições legais que me estão atribuídas, procurei repristinar as chefias que tinham sido, por determinação legal, afastadas das respetivas responsabilidades em 2013, por força do Decreto que obrigou a alteração do número de chefias e uma reconfiguração da estrutura organizacional da Câmara Municipal, e portanto, aos dirigentes de primeira e de segunda linha, diretores de departamento e chefes de divisão, foi elaborado despacho no sentido de todos voltarem aos respetivos lugares que já tinham ocupado:

O Dr. Miguel Ribeirinho, como Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos, o Eng.º Abel Moutinho, como Diretor do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, o Eng.º Joaquim Costa, como Diretor Municipal de Águas e Saneamento e também a Dra. Lídia Sacramento, no setor da Inovação e Tecnologias, que não aceitou, o Eng.º Patrício enquanto Chefe de Divisão de Obras Públicas, o Eng.º Nuno Elias Gomes como Chefe de Divisão de Gestão e Conservação de Edifícios e Equipamentos Municipais, a Dra. Olivia Sintra, como Chefe Divisão de Gestão Administrativa e Comercial, no âmbito das Águas, Saneamento e Resíduos, que fica pendente, porque está em licença de maternidade e só depois de retomar as suas funções é que poderá preencher o lugar; o Arquiteto Júlio Freitas como Chefe de Divisão de Obras Particulares, a Dra. Silvia Cristina da Silva Ferreira, como Chefe de Divisão de Urbanismo Planeamento e Reabilitação Urbana, Joaquim Alberto Rodrigues Gonçalves, como Chefe de Divisão de Administração e Finanças e o Eng.º Nuno Filipe Pereira Salvador como Chefe Divisão de Informática, Modernização e Sistemas Inteligentes, portanto, foi retomada esta normalidade, entretanto, seguir-se-ão as restantes decisões, tendo em conta que estas serão por 90 dias e levarão aos respetivos concursos no final desse período.

Queria também, na sequência das tempestades de fez domingo oito dias, deixar aqui público louvor de agradecimento a todos os cidadãos que, de uma forma mais organizada ou mais voluntária, no âmbito da sua espontaneidade para acudir o próximo, se envolveram nos trabalhos de remoção de árvores da via pública, da limpeza dos respetivos espaços públicos e de acessos, e aqui uma palavra de muito agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Pombal que tiveram cerca de 45 elementos envolvidos nessa noite, - tínhamos 12 equipas na rua a fazer trabalhos de remoção e de auxílio às populações - ao grupo de Intervenção Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana, aos Sapadores florestais do município, às equipas de Sapadores da Associação de Produtores Florestais de Pombal, à PMUGest, ao Gabinete Técnico Florestal e à Proteção Civil Municipal, às equipas do serviço de vias municipais da Câmara Municipal que prontamente se disponibilizaram, aos serviços municipais de água e eletricidade, aos serviços Municipais de Ação Social, e depois há um conjunto de voluntários que integram as brigadas autárquicas, voluntários de Abiúl, de Almagreira, de Carnide, da Redinha, de Vermoil, de Vila câ, da União de freguesias de São Simão de Litém, Santiago e Albergaria dos Doze, das Meirinhas, a unidade Local de proteção civil das Meirinhas, a Unidade local da proteção



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

civil de Pombal, a unidade local de proteção civil da Pelariga, Junta de Freguesia do Louriçal, Junta de freguesia do Carriço que teve aqui envolvimento de muitos populares, cerca de 80 pessoas, porque é dos territórios mais afetados, da Junta de Freguesia de Almagreira, com dez pessoas da junta e cerca de 100 populares, e da União de freguesias da Ilha, Guia e Mata Mourisca também com os membros da junta e vários populares, mais de 10 que estiveram envolvidos nestes trabalhos, queria também aproveitar esta ocasião e, portanto, a todos eles, antes de mais, a todos eles um agradecimento no conjunto das 353 pessoas que foram identificadas como participantes neste processo e que deram, na medida do possível, maior normalidade e rapidez ao funcionamento dos principais equipamentos, sendo certo que ainda temos situações pontuais, nomeadamente a nível das telecomunicações, que nos deixam preocupação.

Na sequência desta circunstância que foi tornada pública, conseguimos que todas as escolas do primeiro ciclo estivessem em funcionamento, nomeadamente nas freguesias mais afetadas, na Guia, Ilha e Mata Mourisca, no Carriço, no Louriçal e em Almagreira. Apenas a Escola Secundária da Guia, entendeu a direção que não havia condições para funcionar e, entretanto, na terça-feira, tudo se restabeleceu da melhor forma possível.

Começaram os trabalhos de identificação de prejuízos causados no conjunto das infraestruturas e, logo na segunda-feira à noite, a Comissão de Coordenação nos fez chegar a respetivo formulário, dividindo-se portanto nas infraestruturas públicas, nas infraestruturas sociais de IPSS, nas associações culturais e desportivas, nas empresas e unidades económicas, nas habitações permanentes com desalojados e habitações permanentes sem desalojados, tendo registado até ao momento 5.233.353,00 euros de prejuízo, sendo que ainda tínhamos mais 187 habitações reportadas que ainda não tinham a avaliação dos custos calculada. Se fizermos aqui uma média de 5.000 euros por cada uma delas é quase 1 milhão de euros e, portanto, estamos a falar de valores que superarão os 6,2 milhões de euros, sendo que, sob o ponto de vista agrícola, as estufas e as produções agrícolas foram particularmente afetadas, em dimensão superior a 20 hectares, que eu tive ocasião de visitar algumas e, portanto, estamos agora a trabalhar com as equipas constituídas para na ação social, nas infraestruturas, na zona dos equipamentos e na parte da economia, as equipas poderem acompanhar e esclarecer e ser conseqüente com a abertura dos meios de apoio que ainda não estão completamente esclarecidos, mas estamos agora na fase da identificação dos respetivos prejuízos. Estes valores, como calculam, não tem presente aquilo que possam ser as indemnizações daqueles que estão cobertos por seguro e, portanto, são valores que terão de ser vistos caso a caso, em função das características cada um deles.

Queria nesta ocasião deixar também aqui agradecimento à senhora presidente da Comissão Política do Partido Socialista que me contactou mostrando não só sua preocupação e procurando inteirar-se da mesma, estendendo também o apoio que me comunicou dos senhores deputados do grupo parlamentar do Partido Socialista e, portanto, estando aqui presente a doutora Odete, eu quero deixar este agradecimento público e trazer este registo da preocupação.

O mesmo faço relativamente ao presidente da Comissão Política Distrital do PSD, que teve este contacto também comigo e do presidente da Comissão Política da Secção do PSD, também fez esse mesmo de contacto e, portanto, aqui deixar agradecimento pela preocupação, pelo empenho e exortação para que tudo corresse da melhor forma possível.

Eu não ficaria bem com a minha consciência até porque em 2013 fui, enquanto membro da Câmara particularmente crítico com a EDP distribuição, relativamente à rapidez com que as intervenções na altura foram feitas, e hoje também dizer à câmara que a relação com a EDP foi francamente construtiva e rapidamente se ultrapassaram conjunto de problemas logo a partir de domingo, de forma a que não só a colocação dos geradores que foram disponibilizados se localizassem nas situações mais importantes, posso dizer que a primeira anotação que dei foi precisamente para o lar da CERCIPOM poder ficar a funcionar, porque tinha essa dificuldade. Acabou por não ser preciso gerador, porque, no domingo às 8 da noite já estava o problema resolvido e depois a partir daqui as IPSS, as escolas, as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

principais unidades das forças de segurança. Procurámos, de facto, esta boa articulação funcional muito bem e à medida que, nomeadamente no período noturno se iam fazendo restabelecimento das ligações aéreas ia-se fazendo depois a distribuição dos geradores pelos locais que não tinham ainda condições para fazer o abastecimento clássico, sob ponto de vista da energia.

Já não podemos dizer a mesma coisa relativamente às telecomunicações que foi um trabalho bastante mais sofrido, que me que levou, aliás, a contactar o gabinete do senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, pedindo precisamente a interceção do Governo, porque parecia ser uma matéria que reclamava uma dimensão nacional e não apenas local para que as comunicações não ficassem apenas dependentes da rapidez com que a EDP pudesse alimentar os respetivos estações de comunicação e, portanto, fez essa exortação, ainda temos alguns problemas que creio, apesar de tudo e comparado com 2013, não terão tido a consequência tão dramática como teve em naquele ano. O que quero sublinhar, em particular a aclaração com a EDP e deixar ao diretor regional e também ao Eng.º João Torres enquanto presidente do Conselho de Administração, um agradecimento a todos os profissionais, ao Eng.º Luís Mónica e a todas as pessoas que estão no terreno e que fizeram um trabalho muito importante em articulação connosco.

Dito isto, dar nota que ontem 25 de Outubro foi publicado o decreto-lei que estabelece as medidas excecionais de contratação pública para efeitos de recuperação de património, portanto aligeirando os procedimentos, é o decreto-lei 85/2018. E na sequência do que acabei de dizer ainda sobre o furacão Lesley, a partilha da preocupação da freguesia de Almagreira que relativamente aos operadores PT Altice que suportam as linhas fixas a PT que ainda tinham no dia de ontem, passados doze dias, problemas de comunicações e, portanto, isto reitera, de facto, esta preocupação de não existir tanta diligência na recuperação das respetivas comunicações e é verdade que, de facto, algum atraso que possa ter existido na identificação das situações mais críticas, compreende-se que as comunicações eram decisivas para que isso aconteça, eu próprio estive sempre em contacto com os presidentes de junta presencialmente, porque de outra forma era muito difícil conseguirmos conversar, nomeadamente durante todo o dia de domingo e também na segunda-feira, portanto, também aqui, queria deixar ao Senhor Presidente de junta Gonçalo Ramos, Pedro Silva, José Manuel Marques e Humberto Lopes, o agradecimento pelo empenho que puseram todas a suas equipas, evidentemente que todos os outros senhores presidentes de junta foram particularmente ativos, estávamos todos sintonizados desde a tarde de sábado, altura em que eu próprio tive o cuidado de contactar com cada um deles, alertando para a dimensão do problema que poderíamos ter e da necessidade de termos de nos articular, onde é que funcionaria o posto de commando, se a situação se agravasse e foi isso mesmo que aconteceu, mas eu estive na Guia até às 10:20 de sábado e fiz o percurso para Pombal, debaixo da tempestade, precisamente à hora em que ela teve o maior pico, o que sendo perigoso também permitiu quando cheguei aos bombeiros identificar pelo menos as 15 estradas que tive de percorrer para chegar a Pombal identificando todos os locais onde havia árvores caídas e, portanto, facilitando bastante os trabalhos de remoção que começaram logo à meia noite, porque, antes disso, aliás, os meios já estavam na rua para as situações mais do perigo sob o ponto de vista da segurança individual dos cidadãos para começarmos os trabalhos de desobstrução que fizemos durante toda esta noite e madrugada até de manhã e, portanto, fica aqui o agradecimento a todos eles, fica aqui a nota da Câmara de agradecimento profundo pelo empenho desinteressado, muito altruísta que eu acho que merece esse destaque, considerando a rapidez com que todos os trabalhos foram feitos e também a inexistência de feridos e de pessoas que se acidentaram por força destas operações mais complexas.

Por falar em acidentes, queria também dizer, até porque é uma nota que hoje saiu na imprensa local e na regional, que ontem numa das nossas obras, nomeadamente obra de requalificação da estrada de Outeiro da Ranha, numa curva muito acentuada que estava a ser intervencionada para precisamente sustermos a zona da estrada, o sub-empregado do respetivo entidade executante teve um acidente com 2 trabalhadores, que decorreu de desprendimento de solos aquando execução de muro de gabiões, os trabalhadores foram para o hospital não correm perigo de vida. Seja como for dar-vos a nota deste acidente que não é frequente até porque, na semana anterior tinha estado precisamente no local da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

obra para acompanhar, fazendo as respetivas chamadas de atenção ao conjunto de falhas que tinham sido identificadas, mas há feridos e, de facto, eu quero aqui aproveitar para lhes desejar a mais rápida e melhor recuperação.

Queria informar também a Câmara que ontem, dia 25, fez precisamente 12 anos que tivemos a cheia de 2006, em que reunimos pela primeira vez com a equipa projetista que está encarregue pela Agência Portuguesa do Ambiente de fazer o projeto para defesa contra as cheias em Pombal, e portanto, tivemos aqui uma reunião muito interessante baseada essencialmente naquilo que foi o estudo que tinha sido desenvolvido logo nos anos seguintes e portanto, teremos brevemente desenvolvimentos sob o ponto de vista prático das características da bacia de contenção até porque é importantíssimo que a Câmara também se organize sob o ponto de vista das candidaturas, para que junto do POSIURB consiga, ainda neste quadro comunitário, garantir os meios de financiamento necessários para poder executar esta obra que tem uma estimativa superior a 3 milhões e meio de euros, e ela tem 12 anos e, portanto, é natural que seja bastante mais. Estamos a falar de uma bacia de contenção que terá uma capacidade que andarà à volta dos 175.000 metros cúbicos de água que vai ajudar-nos a conter as águas pluviais que vêm de uma bacia de cerca de 13,2 km² e, portanto, um trabalho muito importante e eu espero que se chegue a bom porto muito rapidamente, considerando a experiência da equipa e também o empenho que verificamos da APA agora que o projeto está adjudicado e que temos os projetistas escolhidos para se desenvolver este mesmo trabalho.

Queria também dar nota que, na passada segunda-feira na sequência do acidente no IC 8 e após ter feito o convite ao senhor Secretário de Estado dos Equipamentos, ao Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal e ao Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária para visitar o nosso concelho, não só recebi a resposta do senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, o Eng.º António Laranjo, que me informou da avaliação de possíveis soluções para tentar evitar e minimizar o uso inadequado da infraestrutura, por parte dos seus utilizadores, fazendo referência a que a estrada, naquele local, não tem, sob o ponto de vista do seu funcionamento, da sua visibilidade, nenhum tipo de problema que possa acelerar um conjunto de riscos para quem circula e, no mesmo sentido, que a estrada naquele local não têm nenhuma debilidade que acentue o risco.

Os 6 acidentes ocorridos neste troço do IC 8, em 2018, naturalmente, não foram exceção, sendo que todas as análises já efetuadas apontam para que os acidentes não estejam relacionados com qualquer deficiência ou debilidade da infraestrutura, ou seja a estrada está pavimentada, a estrada está sinalizada, ali não tem buracos, de facto, não tem, nos termos dos quais se encontra em adequadas condições de operação e respeita os normativos técnicos para este tipo de estrada.

Para além disto o Senhor Secretário de Estado contactou-me também no final do próprio dia de segunda-feira, informando-me que tinha determinado ao IMT que se realizasse uma auditoria de segurança ao IC8, precisamente para se perceber os termos em que este conjunto de acidentes tem ocorrido e para, de facto, nos auxiliar a nós e a todos os utilizadores, porque a via é uma via nacional procurando remover estes problemas ou pelo menos minimizá-los.

Também é verdade que eu próprio já vi, várias pessoas ultrapassando em duplo traço contínuo, e portanto, também é verdade que acontecem comportamentos menos respeitosos das regras e, portanto, não vamos estar aqui a dizer que nem é tudo de um lado e nem é tudo do outro, em qualquer circunstância, 8 mortos em 4 semanas é um sinal suficientemente crítico, para nós acordarmos e todos pensarmos, de facto, que alguma coisa tem que ser feita.

Queria também informar a câmara que ontem, e para se perceber as razões que muitas vezes justificam tantos atrasos na perceção municipal dos financiamentos comunitários, que só ontem recebemos os pagamentos correspondentes ao Centro Escolar de Vermoim, que totalizavam em termos de FEDER 666.275 euros, numa escola que já está a funcionar há um ano e 2 meses.

Queria também, que a equipa do Núcleo de Aventura e Desporto de Albergaria dos Doze, no escalão de seniores femininos, nas distâncias médias se sagrou em 2018s campeão nacional de orientação em BTT, portanto ficar aqui a nota deste palmarés, que já era acompanhado em 2017, no mesmo escalão



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

de seniores masculinos distância longa e que em 2017, também tinha distância media, que em 16 tinha tido também nos seniors masculinos distância longa, em 16 tinha tido nos veteranos masculinos, a distância longa, em 14, portanto, uma sucessão que vem desde 2001/ 2002, na altura em que se sagraram campeões nacionais de orientação em BTT, no escalão de seniors masculinos, mas o mais importante é uma tradição muito antiga, portanto, ficam os parabéns aos atletas, ao clube e exortação para que continuem a participar de forma empenhada.

Queria também sinteticamente dar nota à Câmara do programa de comemorações do Dia do município 2018 que entretanto teremos, numa componente muito particular, nomeadamente na componente que se prende com o reconhecimento aos nossos cidadãos e projetos mais importantes no nosso território que, no dia 9 começaríamos as nossas comemorações, às 15H00 com a sessão de formalização do Gabinete de Apoio ao Imigrante e, portanto, numa cerimónia protocolar.

No dia 10, às 16 horas, integrado nas comemorações, o magusto do Bairro Agorreta, organizado pelos moradores do Bairro; às 17 horas a inauguração da exposição de pintura de Adélia Ferreira, que é uma conterrânea nossa de Almagreira, aqui nos claustros dos Paços do Concelho, com a exposição 30 cores numa vida. às 21H30 com um espetáculo musical no teatro-cine de Pombal. De um lance teremos às 9H00 o hastear das bandeiras, às 9H15 a eucaristia em honra de S. Martinho, às 10H00 entrega de lembranças, aos passeios de carros antigos; às 10H15 arruada pela Filarmónica Ilhense; às 10H30, o batismo dos novos membros do Grupo Motard Marquês de Pombal; às 11H00, a Sessão Solene do Dia do Município no Teatro-cine de Pombal; às 13H00, almoço com os homenageados e com os colaboradores do município no pavilhão das atividades económicas; às 13H00 também na Expocentro realizar-se-á o sexto Festival de sopas de São Martinho; às 17H00 a festa de aniversário do Grupo Motard Marquês de Pombal; às 17H00 também, o magusto dos Bombeiros Voluntários de Pombal; às 17H30, o magusto dos Escuteiros na zona desportiva; e depois, às 18H00, o concerto do Dia do Município no Teatro-Cine de Pombal, com a participação de Rui Amado e de Serenela Andrade.

Ficam aqui então as notas de agradecimento aos parceiros na organização, o Grupo Motard Marquês de Pombal, a Banda Filarmónica Ilhense, a Paróquia de São Martinho, 4 Ases, Rotary Clube de Pombal, Bombeiros Voluntarios de Pombal, Agrupamento de escuteiros 674 Pombal, a PMUgest e o conjunto dos moradores do Bairro Agorreta.

Para terminar, deixar só mais 3 notas, a primeira para informar que uma conterrânea nossa, julgo conhecida de muitos de nós, a Doutora Catarina Antunes Costa, apresentou na última semana as sua tese de doutoramento em história pela Faculdade de Letras da cidade do Porto, com a tese do Instituto Moçambicano e o Estado Social dentro da Frelimo. A Doutora Catarina Costa estudou Pombal aos 12 anos onde fez todo o percurso escolar do sétimo ao 12º ano de escolaridade, tendo-se licenciado em história, na Universidade do Minho, prestou provas no ISCTE em Lisboa com uma tese em história das Nações Internacionais e Políticas Nacionalismos e Direito em Portugal. É uma jovem que eu conheço desde os meus tempos de escola Secundária diria, que por acaso teve sempre uma ligação íntima com o Partido Comunista fez este estudo sobre a Frelimo e, portanto, hoje tive ocasião de falar com ela e não é todos os dias que temos no nosso concelho, um cidadão que tem esta ligação e que tem o estatuto e, portanto, deixar o agradecimento e as maiores felicidades à Doutora Catarina Costa por este seu trabalho.

Queria, na sequência da intervenção da Dra. Odete relativamente à pergunta que fez sobre o Museu da floresta na Marinha Grande, ler, citar a notícia do Jornal de Leiria do passado dia 18 de Outubro relativamente àquilo que eu já antevia e que, de facto se confirma nas declarações do próprio ministro. A notícia dizia que o ministro Capoulas Santos confirmou que o Museu Nacional da Floresta, na Marinha Grande, é um projeto que o Governo apoia faltando agora financiamento para materializar um plano que remonta aos finais dos anos 90 do século 20, portanto, já estamos a 30 anos, a decisão está tomada é essencialmente uma questão de financiamento, temos de encontrar formas de financiarmos ou não é a nossa primeira prioridade, mas a questão florestal temos de encontrar formas de financiamento que são repartidas, uma das quais não deixará de ser do Ministério da Agricultura, referiu o governante Capoulas Santos, acrescentou que até agora só se



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

pensava no Museu, mas a partir de agora estamos a pensar no museu e no memorial, o que aqui aconteceu justifica plenamente e, portanto, fica aqui a nota, de facto, é um processo que já tem aqui alguma vetustez.

Para terminar, queria dar nota aos membros da Câmara, da comunicação que fiz ao Senhor Primeiro-Ministro, na sequência da tempestade Lesley e vou lê-la porque ela sintetiza aquilo que constitui, no meu entendimento, uma legítima preocupação e interrogação do município de Pombal que eu, protagonizei.

“Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. António Costa,

O concelho de Pombal também foi também vítima da tempestade Lesley, que produziu elevados estragos, dizimando uma importante área do território do concelho, tendo originado estragos em mais de 200 habitações e mais de 20 hectares estufas, em largos hectares de floresta e em muitas empresas, instituições, escolas, centros de saúde, etc.

Temos verificado que o acompanhamento no terreno por parte do Governo em nenhuma circunstância permitiu a deslocação de qualquer membro do Governo, o concelho de Pombal. O senhor Ministro da Administração Interna visitou as zonas afetadas pela tempestade em Montemor-o-Velho, Figueira da Foz e Soure, a 14 Outubro, O Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, visitou a zona afetada pela tempestade em Montemor-o-Velho, em 15 de Outubro, o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas acompanhou o Senhor Presidente da República a Soure, no dia 15 de Outubro, o Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas visitou zonas afetadas pela tempestade em Condeixa a 16 de Outubro, O senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, visitou as zonas afetadas pela tempestade na Mealhada, com visita à Mata do Buçaco no dia 16 de Outubro, a Senhora Ministra do Mar visitou as zonas afetadas pela tempestade no Porto Figueira da Foz no dia 18 de Outubro, o senhor Ministro da Administração Interna visitou as zonas afetadas pela tempestade Lesley, na Praia da Vieira e São Pedro de Moel, no concelho da Marinha Grande, na tarde de sábado, de 20 de Outubro O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, nesta segunda-feira, dia 22, encontra-se a visitar as escolas afetadas pela tempestade nos municípios de Soure, Coimbra e Figueira da Foz.

Não encontramos motivos que justifiquem esta ausência, pelo que solicitamos que nos auxilie a compreender os motivos que colocaram Pombal fora do círculo de deslocações ao terreno para acompanhamento das situações derivadas da tempestade Lesley. “

Portanto, para que fique esta nota, que não deve passar em claro, que também não foi por falta de convite, se é que ele era necessário, que não houve esta procura deste apoio institucional, já que eu não só pessoalmente falei com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura no domingo e remeti-lhe um SMS precisamente reiterando aquilo que pretendia conversar e, nesse mesmo dia, falei com o chefe de gabinete do Senhor Secretário de Estado do Senhor Ministro da Administração Interna e, portanto, não é que isso nos resolvesse nenhum tipo de problema, que isso nos trouxesse uma vantagem relativamente ao equilíbrio e justiça que, com certeza, o Governo utilizará na distribuição, na afetação, na reposição dos prejuízos às famílias, às empresas, mas convenhamos que é importante também sentirmos este conforto e que a sua ausência foi notada e que se pediu, sob o ponto de vista institucional, a ajuda do Senhor Primeiro-Ministro para tentar perceber, porque é que tantas viagens nunca permitiram que passando tantas vezes por Pombal nunca se conseguisse cá parar.

Dito isto, senhores Vereadores, continuamos no período antes da ordem do dia, portanto, outras intervenções façam favor. Quem se quer inscrever?

Michael António (Vereador):

“Boa tarde a todos, Senhor Presidente, caros colegas Vereadores, funcionários do município e empresa que transmite as nossas reuniões de Câmara, muito boa tarde a todos.

Senhor Presidente, tenho aqui algumas intervenções que respeitam ao período antes da ordem do dia. Vou começar por aquela que maior importância tem para mim e que tem a ver com os sinistros registados no IC8, e quero previamente dizer aqui que é com absoluto respeito pelos familiares e pelos



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

amigos das vítimas mortais dos sinistros no IC8, lamentando profundamente essas mortes já ali ocorridas.

Senhor Presidente, eu fiz um breve resumo das inúmeras intervenções que já fiz neste órgão, desde a tomada de posse, relativamente ao IC8 e também IC2. Em 22/11 foi a minha primeira intervenção, identifiquei uma série de patologias, avarias, defeitos de projeto, etc. e onde apelei à sua intervenção. Em 16/03 voltei a intervir e pedi-lhe que fosse mais determinado, mais exigente, mais duro e acutilante até se fosse necessário e que estaria sempre ao seu lado. Em 24/04 dei exatamente, infelizmente, o exemplo daquele local dos acidente, dos últimos, daquelas mortes que se verificaram nas últimas semanas.

Eu não sou Técnico de Estradas nem Engenheiro, mas qualquer leigo que ali passe sabe o problema que ali se verifica. Eu já dei o exemplo, várias vezes, a curva ter um traço descontínuo e depois aquela reta e subida ou descida para quem quer, seja qual for o sentido, tem aquilo que comumente as pessoas chamam um anglo morto, um efeito flash. Eu falei com técnicos e o termo técnico que aquilo tem é uma concordância convexa com o raio reduzido e, portanto, quem vai subir ou descer, não se apercebe sequer se vem alguém de frente ou não, mesmo de noite, porque na terça-feira fui à Figueira da Foz, no âmbito da minha atividade profissional e vou já explicar o que eu verifiquei, ainda que fosse de noite. Ali já se percebeu que aquilo jamais pode continuar descontínuo, se calhar o duplo traço contínuo não resolve, como o Senhor Presidente acabou de dizer, há pessoas que prevaricam e depois, se calhar, infelizmente, nós vamos na estrada e podemos ter o azar de nos cruzarmos com alguém que não respeite o código.

Senhor Presidente, como eu estava a dizer, em 24/04, voltei a dar esse exemplo, infelizmente, referi-me àquele local, mas referi outros, a saída do IC 8 para o IC2, ali na zona do Manjar do Marquês, não tem uma faixa de desaceleração, já morreu ali muita gente também, aquilo bifurca, eu sei que, em termos técnicos há formas de resolver aquilo de forma simples. Outro exemplo que eu dei é que quem sai da A1 e entra no IC8 em direção a Pombal, não tem uma faixa de desaceleração, e poderia continuar aqui a dar exemplos de erros de projeto. Toda a gente sabe que aquilo, e passo a expressão “foi um osso que a concessionária teve que roer”, por contrapartida da concessão da A 17 e, portanto, o projeto e aquilo que se conhece. Voltei, Senhor Presidente, a fazer intervenções, em 9 de Maio, em 24/05, em 06/06, em 17/07, em 01/08, em 16/08 e em 27/09, penso que foi a última. Pedi inclusive, ao Senhor Presidente, o expediente que teria trocado com a IP e com as concessionárias, uma vez que eu, insistentemente, pedi-lhe para intervir nesta matéria, mas Senhor Presidente, como eu estava a dizer há pouco, eu terça-feira fui à Figueira da Foz, de noite e mais uma vez, em todos os nós, entroncamentos rotundas, não há uma lâmpada acesa. Há uma lâmpada acesa na rotunda do IC 8 com a 109 e não há uma lâmpada acesa na rotunda das Casas Brancas, não há uma lâmpada acesa no nó do Louriçal e eu poderia continuar. Além disso, toda a gente sabe o jogo do empurra que a IP tem jogado nos últimos anos, não falo de meses, anos, porque ninguém quer assumir a responsabilidade pela conservação e manutenção deste troço do IC8, no nosso concelho e há bem pouco tempo, quando, infelizmente, morreram aqueles 6 jovens, o senhor Presidente informou que a IP, finalmente, assumiu que a responsabilidade do IC8 é da entidade Infraestruturas de Portugal, IP. Como eu dizia, na terça-feira, portanto, fui lá e, durante a noite, o que é que se verifica nesse tal ponto crítico? nem com faróis de carros que se cruzam connosco, é possível antever se vamos cruzar com algum carro ou não e, portanto, aquilo é um convite à asneira, passo a expressão, está descontínuo, a pessoa facilmente a cumprir o Código da Estrada, cai ali numa armadilha e num erro. Eu fiquei estupefacto, Sr. Presidente, veja o cuidado que tive, de lhe perguntar se eles tinham dito que não havia qualquer, não sei o termo, mas que não havia qualquer deficiência de troço. É evidentemente uma desfaçatez para uma entidade que anda a “chutar para canto”, passo mais uma expressão, a responsabilidade da conservação, eu fiquei muito admirado na segunda-feira e não quero acreditar que tenha sido por se verificarem mais mortes, na segunda-feira, finalmente andavam um trator corta sebes, ali a cortar as canas que já não dava para ter qualquer visibilidade, quando se sai do IC8 para entrar no IC2 ali junto ao Manjar do Marquês. Foi a primeira vez que vi o trator e digo mais, os equipamentos da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Estrada, seja guarda corpos, sejam rails de proteção onde ocorreram acidentes e sinistros há mais de um ano, estão todos no mesmo estado de dano em que ficaram aquando desses acidentes.

Senhor Presidente, o que eu lhe quero pedir; barra, exigir; porque é competência da maioria e da Câmara, de uma vez por todas, eu já dei a minha sugestão, eu já teria feito diferente, mas isso sou eu, faça urgentemente uma reunião nos locais mais críticos, chamem técnicos e façam um ajuste direto de urgência, porque se fazem ajustes diretos para outras coisas, por maioria de razão, para ali também se deve fazer; nós temos inúmeras empresas no nosso concelho que são especialistas neste tipo de obras públicas e resolva-se de uma vez por todas e a bem de todos e a bem de prevenir futuras mortes ou outros sinistros que resultem, espero eu, que no entretanto, enquanto não se resolver alguma coisa, que isto possa ter outro caminho. Senhor Presidente e também lhe peço uma coisa, o Senhor lembra-se, inclusive ironizou comigo, quando eu lhe disse que tinha andado a ver as avarias dos braços de iluminação pública, andei e fa-lo-ei as vezes que foram necessárias, eu sei que a IP disfarçadamente, andou aqui no troço do IC2, no entroncamento, aqui em Pombal e andou ali a reparar umas avarias e, como o Senhor sabe, e nós até comentámos, passada uma semana estava tudo igual. Era isso que eu queria apelar; contará sempre com o meu apoio Senhor Presidente neste tipo de matérias, seja duro, seja acutilante, mande uns murros na mesa se for preciso, já usei aqui esta expressão, porque senhor Presidente eu vi o ofício que me enviou, onde o senhor apela e pede a intervenção da Infraestruturas Portugal. O senhor dirige-se e pede entre outras coisas, mas Senhor Presidente, foi em 9 de Maio, tudo bem, eu não quero fazer política, eu estou genuinamente preocupado e o Senhor sabe isso, onde o Senhor pede aqui entre outras coisas: intervenção no IC 2 que se constitua uma equipa técnica, para além do IC 2 a promover uma avaliação particularmente exigente, as condições de circulação e sinalização e velocidade no IC2 e no IC8, neste concelho. Senhor Presidente, eu teria sido mais duro, mas isso sou eu, o Senhor também disse que fez contactos telefónicos, a resposta é que é surpreendente, porque eles IC8, zero, nada, eu tenho aqui o ofício à minha frente. Eu não vou estar a ler; o senhor sabe o que eu estou a dizer; eles respondem e falam sempre no IC2/EN1. Ainda dizem que não recebemos o acordo de colaboração, relativo ao projeto requalificação da EN1/IC2, eles nitidamente, mas eu percebi logo isso, quando vi na comunicação social que, eles apressaram-se a dizer que aquele troço e no IC8 não há problema nenhum, percebi logo e por isso é que lhe peço Senhor Presidente, seja mais determinado, veja se consegue ter capacidade de, já não digo olho comercial, Senhor Presidente, nós fazemos tantos investimentos em áreas que não são da nossa competência como o Protocolo do IC 2, o Senhor sabe que nós votámos a favor, por meio de razão faça-se aqui neste caso, mas urgentemente.

Outro assunto que eu tenho aqui para intervir; Senhor Presidente tem a haver com a qualidade da água, eu fui novamente abordado por munícipes, eu tive uma reunião com o Engenheiro Costa, porque eu por motivos de saúde não estive na reunião em que ele prestou aqui alguns esclarecimentos, os Munícipes estão a receber uma resposta generalizada para toda a gente. Não se reportam ao caso em concreto, dizem que fizeram análises dentro e fora do sistema predial e dizem que, na esmagadora maioria dos casos tem a ver com o sistema predial, portanto, refiro-me às casas privadas dos munícipes. Senhor Presidente, mas eu tenho munícipes que me dizem, eu até fiz obras recentemente em casa e, portanto, seguramente não pode ter a ver com a minha canalização e mais eu também pedi o seguinte Senhor Presidente e sem alarmismos, porque o Senhor sabe que foi dessa forma que intervi relativamente às questões do fornecimento de água, sem alarmismos, Senhor Presidente também não fica mal, por uma notícia, ou um alerta, ou uma comunicação no portal do município, porque se o fazem para dar destaque à boa qualidade da água, e ainda bem que assim é, não tenho nada contra, acho muito bem, mas que também o façam por força da razão quando as pessoas tenham que ter algumas cautelas ou eventualmente, até a convidar as pessoas a dizer quem é que anda com problemas em casa, porque, por exemplo, o Senhor sabe que na área dos Governos andam a executar obras públicas, eu sei que a culpa não é da Câmara nem da canalização, é das perfurações nas tubagens que depois inquinam a água que é fornecida aos munícipes, portanto, queria aqui fazer esse pedido e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

este assunto, porque a qualidade da água para consumo humano, há muita gente cá a beber água da torneira, quer se acredite quer não, porque a água tem qualidade para ser bebida e nos casos pontuais em que isso não acontece e ultimamente tem acontecido, infelizmente, eu creio sinceramente que a Câmara devia de fazer isso.

Outro assunto, Senhor Presidente, ontem houve um Conselho de Ministros dedicado expressamente, à área e aos temas da floresta, às plantações, eu ouvi na TSF, ainda não tive tempo de ler as medidas, nem sei se elas já estão publicadas, mas vi que entre as medidas, é expressamente proibida a plantação de eucaliptos sem prévia autorização, até a aquisição dos eucaliptos, etc., etc., medidas, como por exemplo, coimas que já foram agora aprovadas, para quem o faça sem a prévia autorização. Senhor Presidente, o que quero dizer, e isto tem mais uma vez a ver com aquilo que eu venho aqui dizendo, espero que, desta vez, o ICNF acorde e comece também a respeitar a lei, porque eles não respeitam o Plano Diretor Municipal de Pombal, estas medidas, parte delas que foram aprovadas ontem em Conselho de Ministros, já nós aprovámos no nosso PDM há uns anos a esta parte, nomeadamente, aqueles corredores de segurança em volta das habitações onde é proibido plantar eucaliptos o pinheiros, podem-se plantar outro tipo de árvores, mas há um corredor de segurança pelo menos nos primeiros 100 metros, entre outras medidas, e o Senhor sabe que isso não tem sido respeitado. O Senhor quando me disse que iria mandar fazer uma auditoria, eu disse-lhe que isso não era célere o suficiente e o efeito prático poderia ser demasiado tarde e já o tenho dito, andam aí a plantar fósforos, é o que se anda a fazer e, portanto, eu quando tiver oportunidade de ler as medidas que foram aprovadas, ontem, em Conselho de Ministros, farei aqui a intervenção já devidamente documentada.

Relativamente à tempestade Lesley, Senhor Presidente, agradeço os esclarecimentos que prestou, peço que nos envie se já estiver documentado, por email, gostava de analisar esses dados. Quero também dizer que eu estava ausente no estrangeiro, como sabem, eu, na penúltima reunião de câmara, justifiquei a minha ausência porque estaria 15 dias ausente, na China. Mas tive o cuidado de contactar os meus familiares evidentemente, que também estava preocupado com a minha família e pedi a um dos meus familiares para contactar o Chefe de Gabinete, porque inclusive, tinha uma chamada não atendida dele, e infelizmente lá as redes sociais não funcionam nada, não conseguia receber ou enviar e-mails, mas tive esse cuidado e procurei informar-me sobre o que estava a passar. Também tive a felicidade e a circunstância de estar sempre acompanhado do Senhor Vice-Presidente da Câmara de Leiria que, a conta-gotas, ia sempre recebendo informação fidedigna e quase ao minuto e, portanto, quero-me solidariezar com as populações e peço que nos envie esse relatório, quando o tiver em sua posse.

Quero pedir para visitar o armazém e verificar os equipamentos móveis da PMUGEST, assim que for possível, peça isso ao Conselho de Administração da empresa.

Quero perguntar também do projeto CIMU-SICÓ, o senhor disse que em finais de Maio, o projeto já tinha sido recebido, a obra está suspensa fez 2 anos em Maio e, portanto, queria saber se o projeto já foi analisado e pedir-lhe para depois, termos uma reunião com os técnicos para comparar com projeto anterior.

Por fim, queria perguntar qual é o desenvolvimento do licenciamento, ou não, da esplanada junto ali ao Rio Arunca, porque desde finais de Maio ou Junho, estamos em finais de Outubro e eu não tive mais informação nenhuma.

Por último, Senhor Presidente, a minha última intervenção no período antes da ordem do dia, mais uma vez, recebi a documentação e a convocatória fora de prazo. Recebi um email fora de prazo, o outro muito mais fora de prazo. Senhor Presidente, eu não vou estar aqui repetir aquilo tudo que digo sempre, que constitui ilegalidade etc., não lhe vou fazer essa desfeita, de criar aqui entropias ou problemas no órgão, mas quero dizer que lamento, porque mais uma vez, em documentos, é só o documento para mim mais importante que é aprovado na reunião de Câmara do ano, é este relatório de contas, é o documento mais importante e eu não consigo senhor Presidente, eu sempre disse em 48 horas, eu não sou técnico de contas, não sou economista, nem sou financeiro, mas em 48 horas é muito



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

difícil analisar estes documentos e muito menos quando isto vem fora de prazo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quer-nos dizer a que horas é que recebeu os documentos?”

Michäel António (Vereador):

“Um email 16h35 e um às 21h30”

Presidente da Câmara Municipal:

“Foram 47 horas.”

Michäel António (Vereador):

“São 47, mas olhe, eu não tenho maioria, eu não tenho pelouros, nem tempos atribuídos, nem a meio, nem a tempo inteiro e tenho a minha vida profissional. E o Senhor deve respeitar isso, e o senhor não respeitou a Lei. O senhor Presidente não respeitou. Às 21:30 não respeitou, de certeza absoluta. Eu não me vou dar ao trabalho de dizer o que é que eu fiz nestes 2 dias, em termos profissionais, era só o que me faltava, agora quero-lhe dizer, Senhor Presidente, eu vou-me abster nos pontos todos, os munícipes, os requerentes não têm culpa nenhuma dos atrasos, porque isto é costumeiro, o Senhor sabe que é costumeiro e Senhor Presidente, o que eu pergunto é: A câmara tem 500 e tal funcionários, o Senhor tem um gabinete, olhe, eu nunca, eu nunca o critiquei se o Senhor tem muita ou pouca gente no seu gabinete, nem nos vereadores, aliás, até quando veio uma pessoa de fora do concelho eu disse que é uma opção sua, não tenho nada a ver com isso.”

Presidente da Câmara Municipal:

Qual o problema em ser de fora do concelho?

A Paula Cardoso era de fora do concelho, a chefe de Gabinete do Engenheiro Narciso Mota.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Não tem problema nenhum, eu posso ter a minha opinião certo? “

Presidente da Câmara Municipal:

“O período antes da ordem do dia tem uma hora e o senhor está a esgotá-la e a prejudicar os seus colegas.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Senhor Presidente, eu não o interrompi uma unica vez.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Faltam 11 minutos para acabar.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Senhor Presidente, tenha calma, o Senhor quando é criticado fica logo nesse ponto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Vereador, está prejudicar os seus colegas.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Ouça, mas eu vou-lhe dizer o seguinte: se for preciso comunico à IGAL que o senhor esgota prepositadamente, porque o Senhor tem medo da democracia, não tenha medo, deixe-nos falar, eu estou a falar com calma, eu estou a ser objetivo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“O Senhor não está a falar de período antes da ordem do dia, está a informar a Câmara.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Senhor Presidente, peço que não me interrompa porque eu também o respeito.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Tem um minuto para terminar por respeito aos seus colegas, está a falar há 20 minutos”

Michäel Antonio (Vereador):

“O Senhor leu a programação do dia do Município, Sr Presidente mande o convite, que eu não preciso que o senhor esteja a ler, nem cartas enviadas ao Primeiro Ministro, nem estar aqui a dizer quem é que foi promovido no organigrama.”

Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

“O seu critério não é igual ao meu.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Senhor Presidente, todas essas informações são pertinentes e eu ouço as horas que forem necessárias, mas crie, por favor, um ponto de informações do Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Já terminou senhor Vereador?”

Faltam 9 minutos para acabar o período antes da ordem do dia.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Vou já terminar, o que eu lhe estava dizer Sr Presidente, é que constitui uma ilegalidade o envio de documentos e da convocatória fora de prazo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Mas qual ilegalidade?”

Michäel Antonio (Vereador):

“Senhor Presidente, vá ler a lei que diz que a convocatória e os documentos tem que ser enviados com pelo menos 48 horas úteis de antecedência.”

Presidente da Câmara Municipal

“Até vai ter mais tempo, vai chegar ao tempo em que passaram 48 horas e meia.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Eu já lhe pedi, quando se trata deste tipo de documentos... Está a ver a sua postura? Já estamos acostumados, o Senhor faz troça, o Senhor ridiculariza, o Senhor ri-se, o senhor faz o que quer e bem lhe apetece e sobra-lhe tempo, o Senhor tem medo da democracia.”

Presidente da Câmara Municipal

“Por isso é que fui a votos e ganhei.”

Michäel Antonio (Vereador):

“Sabe porque é que o Senhor faz isto? Porque tem maioria e aprova sempre o que quer, porque se não tivesse maioria, o Senhor já respeitava a sua oposição.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Não diga isso, nunca ouve nenhum Presidente de Câmara que não respeitasse a oposição, nunca houve.”

Michäel Antonio (Vereador):

“É uma falta de respeito com a oposição, é uma falta de respeito com os munícipes e é uma falta de respeito pela função que o Senhor exerce e pelo cargo de que o Senhor é titular. Tenho dito.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado. Senhores Vereadores, mais intervenções no período antes da ordem do dia? São 15H59 iniciámos às 15H07. Dra. Odete, se faz favor.”

Odete Alves (Vereadora):

“Boa tarde a todos, eu tentarei ser o mais breve possível atendendo, ao facto, de já termos quase esgotado o tempo que tínhamos previsto para este ponto.

Querida em 1º lugar subscrever e reiterar as palavras do Senhor Presidente, na pequena homenagem que, de certo modo, presto aqui aos nossos ilustres pombalenses que faleceram recentemente, o senhor Varela e também o nosso camarada, nosso no Partido Socialista, Senhor Francelino Cardoso, deixar aqui também no fundo estas palavras de reconhecimento por tudo aquilo que fizeram pela comunidade, ao longo e durante muitos e muitos anos. Tiveram sem dívida nenhuma, um papel importante para o nosso Concelho.

Lamentar também estas 2 recentes mortes no IC8 exatamente, no mesmo troço onde há dias perdemos 6 pessoas, 6 jovens. Dizer que não obstante, o IP manifestar que esta estrada tem todas as condições de segurança e que não apresenta nenhuma desconformidade, nenhum problema, que conduza a este tipo de situações, a verdade é que estas situações aconteceram, são um facto conhecido e que teve um desfecho trágico para estas 8 pessoas.

Não chegou a um mês, portanto, pelas datas que eu estive a ver, foram sensivelmente 4 semanas



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

mesmo, portanto, eu penso que dúvidas não restam que pode ter havido também contribuições dos próprios condutores, mas o que é certo é que temos que arranjar condições para que o próprio condutor não seja convidado a prevaricar e se passarmos ali, todos percebemos que a estrada convida ao embalo quer para subir; quer para descer e, depois, tem aquele problema da ligeira curva e da falta de visibilidade desse ângulo morto que há pouco se falou.

Eu julgo que se havia alguma dúvida acerca da necessidade de reforçar as condições de segurança naquele troço, penso que essas dúvidas estarão todas ultrapassadas e que, se calhar, até com a colocação de separadores centrais, e não vou falar exatamente nas soluções técnicas porque também não sou técnica, mas eu penso que será de evitar que os condutores invadam a faixa contrária, portanto, aquilo é descontínuo, mas eu penso que, mesmo com traço contínuo, não poderá resolver a situação. Quantos de nós já fomos ultrapassados em traços contínuos no IC8? Eu própria já fui ultrapassada várias vezes, às vezes só se resolve mesmo com um bloqueio ali num centro da via com os separadores centrais.

Lamentar o facto de, recentemente, ter acontecido um pequeno acidente de trabalho numa obra camarária e desejar rápidas melhoras aos trabalhadores envolvidos.

Relativamente à questão da tempestade Lesley, manifestar total solidariedade para com as populações que foram afetadas, com todas as pessoas que, de alguma forma se viram prejudicadas nos seus bens, nas suas propriedades e sabemos que, em termos agrícolas, houve e há problemas críticos ainda para resolver; porque também sabemos que a maior parte dos agricultores não tem cobertura de seguros, porque ninguém assegura atividade agrícola, portanto, isto é um problema acrescido para os nossos agricultores. É uma extensão muito vasta, de mais de 20 hectares pelo que pude perceber, portanto, isto é significativo, muitas unidades agrícolas que, do ponto de vista económico, têm ali também uma importância muito grande nas freguesias onde se encontram implantadas e, portanto, nós estamos empenhados também aí a pressionar os deputados do distrito no sentido de rapidamente se colherem os apoios necessários com vista a minorar os efeitos decorrentes desta tempestade. Também sei que há muitas habitações, umas com seguro, outras sem seguro, ainda por resolver, de qualquer modo, queria também deixar aqui uma nota de agradecimento ao Senhor Presidente pelas informações que prontamente me prestou logo que lhe solicitei e por todo o trabalho que também desenvolveu no sentido de resolver os problemas que foram sendo suscitados. Mas eu penso que e todos pudemos perceber que nós estamos altamente dependentes das telecomunicações e da energia e que sem energia sem telecomunicações, nós não conseguimos fazer nada, coisas simples passam a ser coisas muito difíceis de resolver e a nossa vulnerabilidade a este tipo de situações é evidente. Também percebemos que a probabilidade de isto voltar a acontecer é muito grande, até porque, ultimamente, as alterações das condições climáticas têm suscitado este tipo de fenómenos que habitualmente não aconteciam no território nacional e estávamos poupados a estes tornados, a estas tempestades e que agora isto se passa a ser uma coisa mais comum.

Eu estive a analisar o nosso plano municipal de emergência de proteção civil, eu percebi que está datado de novembro de 2012. Percebi também que o plano não apresenta um cenário para este a este tipo de ocorrências, portanto, apresenta para outros cenários mais comuns, as cheias, os incêndios, os deslizamentos e as vagas de frio, mas que não apresentam cenário para esta situação e, o que eu queria exatamente propor e recomendar; é que seja feita uma alteração ou revisão ou atualização, a este Plano, no sentido de podermos contemplar este tipo de cenários, porque vamos ter que contar com eles de certeza absoluta num futuro muito próximo e, portanto, o melhor é precaver-nos já.

Querida também, aproveitando aquilo que há pouco o senhor Vereador Michäel também falou que a questão da falta de iluminação à saída de A1. Eu já passei por ali várias vezes e à noite à saída da A1 e quando cortamos, por exemplo, quer para o parque industrial Manuel da Mota, quer para a Assanha, quem não conhecer aquela via até pode ir em frente, portanto, aquilo dá a sensação que vai continuar em frente, não há iluminação nenhuma, portanto, torna-se extremamente perigoso e é uma situação de falta de iluminação e também de falta de sinalética pelo que também pude perceber; é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

situação que não exige, digo eu, grandes trabalhos e que pode facilmente ser colmatada, com as devidas providências.

Queria também perguntar ao Senhor Presidente, e eu tinha-lhe falado, penso que na última reunião de câmara sobre a questão dos espaços verdes na 237 desclassificada, nestas obras que foram inauguradas recentemente, se, entretanto, já indagou junto dos serviços, o que é que se passa, porque a verdade é que os espaços verdes ainda estão piores do que, na última reunião em que eu falei com o Sr. Presidente e, portanto, gostaria de saber o ponto de situação.

Gostaria também de perguntar o ponto de situação das vistorias às associações que também já está em curso há algum tempo. Queria ter o feedback da quantidade de vistorias que já foram feitas, que já foram visitadas, problemas que foram detetados gostaria de ter depois, acesso ao relatório.

Dar os parabéns também ao NADA, felicitá-los pela conquista do título recente e desejar que continuem o bom trabalho.

Sobre a Doutora Catarina Costa, foi com enorme alegria que recebi esta notícia sobre a minha amiga comunista. Fui convidada para poder assistir à apresentação da sua tese na Faculdade de Letras do Porto, não me foi possível estar presente por razões profissionais, mas sei o quanto ela deu de si a este filho e o quanto ela esperou por este momento e, portanto, deixar aqui uma felicitação, muito emocionada até, e desejar-lhe os maiores sucessos na sua vida profissional.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Senhor Vereador, são 16H08.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, com o devido respeito e com a humildade que caracteriza os homens, mas sem humilhações, permita-me que deixe aqui duas ou três observações. A primeira observação é que subscrevendo tudo aquilo que transmitiu e bem, não vou repetir, aquilo que o Michäel disse também não vou repetir e também a Dra. Odete Alves, minha colega Vereadora, mas queria deixar aqui a seguinte observação: Estou no clube dos Lyons e tenho lá um colega, que é o Armando Domingues, e ele informou-me que estava na disposição de pôr a Câmara em Tribunal, porque a retirada do saibro e o tout-venant para a camada de sub-base da pista de aerodelismo, regularizávamos aquele terreno, eu fui lá só ver o preçário e a qualidade do saibro, mas depois nunca mais lá fui, e agora para lá ir sou capaz até de ter dificuldades, mas o Nuno Mota é capaz de ter possibilidade de lá ir ou falar com o senhor Fernando Lopes e saber se houve esse compromisso de regularizar o terreno, pois nós aproveitámos aquela matéria prima, o tout-venant, o cascalho e saibro para fazer a pista, que se cumpra com aquilo que foi prometido, porque a Câmara é uma instituição de bem, tem respeitado os seus compromissos e para não vir a existir o segundo muro que já foi aqui sanado numa Assembleia Municipal, que eu tive que efetivamente usar da palavra para defender a honra e que foi fechado, mas parece que ainda não foi fechado, ainda está o processo em andamento, mas eu fiz aqui um apelo para que fossem apuradas as responsabilidades a quem competia de todos os intervenientes no processo.

Em relação a isto, eu também quero falar na pista de aerodelismo, porque de facto, nós pagámos cerca de 30.000 euros para desvio da linha de média tensão. Aquela pista tinha 900 metros, era para passar a 1200 metros. Houve lá o Campeonato Europeu, o Campeonato do Mundo, já houve o Campeonato do Mundo de aerodelismo em Leiria e não houve aqui e eu estou a ver que a cidade de Leiria está a criar postos de trabalho, está-se a desenvolver a nível industrial, a nível económico que tem o dobro da população que Pombal tem e Pombal está a deixar passar aquilo que deve ser considerado em termos de projetar o concelho para além fronteiras e a nível nacional e internacional.

Na pista de aerodelismo estava para se comprar 70.000 metros por um preço simbólico, para se construir lá uma lagoa para ser o ponto de água para fornecimento ao combate a incêndios e para pesca em circulo, porque o nível freático está um metro ou dois de profundidade, há lá muita água e eu gostaria de saber se, de facto, a gente a vai lá ter, tínhamos lá paraquedismo e está em Cernache, tínhamos lá ultraleves, também já lá não estão, está lá uma equipa da GNR e proteção civil, não sei se ainda lá está o helicóptero, mas penso que ainda deve estar, porque vi estar um também em



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

permanência em Porto de Mós e nós não devemos perder aquela oportunidade de ter ali uma pista construída, com custos muito baixos, terrenos comprados, a menos de um ou dois euros por metro quadrado e não perder essa hipótese de fazermos aquilo que era necessário para valorizar efetivamente o Concelho, em termos de vir até a ser uma pista de recurso a acidentes que possam surgir; de avarias que possam surgir em aviões, porque eu penso que é difícil por a pista em Monte Real, é difícil, Coimbra já quer para lá um aeródromo, nós vamos aqui para Cernache, tínhamos ali um avião com hangar e tudo, porque já não temos aqui hipótese, isso parou no tempo, portanto, gostaria que desse um bocadinho de atenção e também uma palavra de satisfação por ver que efetivamente a bacia de retenção das águas, que já há mais de 10 anos, queríamos construir após as cheias, para deixar de ser cheias centenárias.

Tivemos a sorte de ser o Eng.º Mineiro Aires, atualmente bastonário da Ordem dos Engenheiros, a vir aqui com o Abel Moutinho, ver as possibilidades de ir debaixo do túnel, que podia se desmoronar tudo, e termos feito ali 200 metros por iniciativa e com o apoio do INH, Instituto Nacional da Água, em que era o Mineiro Alves o Presidente, o Eng.º Valério fez logo um projeto prévio, num gabinete de confiança do INAG, foram duas pessoas decisivas para nós termos hoje a situação que temos a nível de saneamento e a nível do abastecimento de água em alta e eu fico satisfeito, passados estes anos, essa obra estar a andar, porque devemos evitar as cheias centenárias que podem ocorrer aqui na nossa cidade, como os incêndios que houve em 2005 e as inundações de 2006.

E mais, hoje fui almoçar à cantina e vi ali uma estruturas do Açude que estão encostadas ao rio, espero que o Eng.º Nuno Gomes, as retire de lá, porque se vier alguma cheia, pode efetivamente causar prejuízos e até ficarem assoreadas no percurso do rio até ao Mondego, de maneira que era só isso que eu queria dizer e subscrever tudo aquilo que me foi permitido.

Muito Obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, mais alguém quer usar da palavra? Muito rapidamente para terminarmos o periodo antes da ordem do dia.”

Narciso Mota (Vereador)

“Senhor Presidente, eu devia estar hoje num funeral, já me estava a esquecer, e não vou estar, são 6 irmãos, faleceu ontem e é hoje o funeral às cinco horas nas Meirinhas, o senhor Francisco Portela, porque é que eu vos estou a lembrar, este homem também é um cidadão que eu admiro muito, porque são 7 irmãos, tem uma irmã mais nova que ele ficou com 2 filhos menores, menos de cinco anos, da filha que foi morta à facada, ele criou esse netos e hoje morreu e, com certeza que foi o verdadeiro pai deles, ficando a fazer muita falta, porque eles ainda são novos. Queria deixar esta nota, é o funeral hoje dele, é um filho da minha terra, que me viu nascer e crescer, perto da minha casa, conheço os irmãos todos, alguns trabalharam na Alemanha com o meu pai, eu gostava de lá estar no funeral, mas estou em sentimento, em espírito, porque entendo que devo estar aqui nesta reunião. “

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado, Senhores Vereadores, pelas vossas intervenções, para ser muito rápido, só quero dedicar 2 ou 3 minutos, a este conjunto de respostas, primeiro ponto, sem prejuízo daquilo que possa constituir a expectativa de que o município possa resolver a maior parte dos problemas que dizem respeito ao nosso território, nós não nos podemos esquecer que há entidades competentes com tutelas específicas para conhecerem os assuntos e lhe darem importância. Isto diz respeito às matérias do ICNF, às matérias rodoviárias, às matérias ferroviárias e, portanto, o empenho, julgo que o contacto do Senhor Secretário de Estado relativamente ao IC8, comunicando que tinha determinado ao IMT a realização de uma auditoria parece que, vem fora de tempo, é verdade, mas parece que é a consequência do empenho municipal nesse mesmo de processo.

Relativamente aos pedidos que aqui foram feitos, eu depois pedirei através do gabinete, detalhes daquilo que é a informação requerida, seja dos dados da tempestade seja da visita ao armazém da PMU.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Sobre a pergunta do projeto CIMU-SICÓ, ainda não foi analisado e, portanto, virá depois aqui à Câmara.

Sobre o desenvolvimento do processo da esplanada do rio Arunca, não recebi nenhuma informação da Divisão correspondente relativamente a este assunto.

Quanto às questões do Plano de Emergência e a previsão de tempestades com estas características, o plano já está em revisão e, portanto, terá que ser uma matéria obrigatoriamente a incluir, até porque, se tivermos em linha de conta os episódios de 201, os episódios de 2017 dos fogos que são fustigados também de sul para Norte através de influência da furacão Ofélia e agora em 2018 do Lesley, percebemos duas coisas: primeiro que o território de Pombal, normalmente é território afetado, isto é uma realidade, e segundo, a parte Oeste, no movimento Sul/Norte é o caminho que normalmene é percorrido e, portanto, as freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, a Guia talvez mais do que a Mata Mourisca, a Mata Mourisca se calharum bocadinho mais do que a Ilha, têm sido fustigados. Depois o Carriço, fortemente fustigado, o corredor Atlântico, muito fustigado, creio que se agudiza particularmente com a existência das árvores que entretanto arderam e da cortina arbórea que sempre constituiu as Matas Nacionais para protecção do interior; terá sido também porque ela foi plantada e depois a saída através das freguesias do Louriçal e de Almagreira e, portanto, esta é uma zona, espero até que tenhamos essa sobreposição dos canais de passagem destas 3 grandes tempestades no nosso território para perceber, de facto, os efeitos, e portanto que haja condições para rapidamente termos aqui a proposta de Revisão do Plano Municipal de Emergência.

Sobre as questões da iluminação pública no IC 8 que a Dra. Odete referiu, eu ainda há bem pouco tempo, trouxe aqui a resposta ao que, na altura, contestei às Infraestruturas de Portugal, no sentido de que as instalações que lá estão foram postas por ocasião do acesso à autoestrada das ligações ao IC 8 e, portanto, não parece haver dívidas que aquilo é uma infraestrutura nacional e não uma infraestrutura municipal e que, em nenhuma circunstância, o município acedeu em receber aquelas infraestruturas e fazer a sua manutenção e pagar a respetiva conta mensal.

Dos espaços verdes da 237, é uma reposição que o empreiteiro vai ter que fazer, porque a obra está recebida, portanto, vai ter que o fazer, não há volta a dar e também não tenho informação nenhuma sobre as vistorias às associações e, portanto, mal haja essa informação, eu pedi-la-ei para podermos saber os números de que falou, nomeadamente onde é que já se foi, as conclusões tiradas e por aí fora. Sobre a saibreira e muito bem observado, de facto, este é um processo talvez do Senhor Fernando Lopes, que já se reformou há uma dúzia de anos e portanto, é um processo que, de facto, já tem bastante antiguidade para ser resolvido e obrigado pelas suas sugestões, quer sobre a pista de aerodelismo, quer sobre a remoção das estruturas do rio Arunca que é importantíssimo que sejam rapidamente retiradas.”

2. Período da ordem do dia

2.1. Resumo diário da tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia 25 de outubro de 2018:

- Da conta do Município, que apresenta um saldo de 7.040.503,75 € (sete milhões, quarenta mil, quinhentos e três euros e setenta e cinco cêntimos); e,
- Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo de 2.812.953,54 € (dois milhões, oitocentos e doze mil, novecentos e cinquenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos).

2.2. Pagamentos efetuados



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

O Senhor Presidente informou a Câmara que entre os dias 12 e 25 de outubro, corrente, inclusive, foram feitos:

- Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 2.051.883,89 € (dois milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e três euros e oitenta e nove cêntimos); e,
- Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 149.896,68 € (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara ficou inteirada.

2.3. Delegação de competências

2.3.1. Comunicação de atos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências

A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre os dias 12 e 25 de outubro, corrente, inclusive, foram praticados atos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:

- 19 - licenças de obras particulares;
- 0 - alvará de licença para destruição de revestimento vegetal; e,
- 1 - horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

A Câmara ficou inteirada.

2.4. Ratificação de atos praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências

2.4.1. - Freguesia de Louriçal / CM 1009 Chãs – Casal da Rola – Queitide - Proc. n.º 33/2018 - Esclarecimentos e Erros e Omissões

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho ínsito na informação n.º 292/DMOP/18, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 22/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Freguesia de Louriçal / CM 1009 Chãs – Casal da Rola – Queitide - Proc. n.º 33/2018 / Esclarecimentos e Erros e Omissões

1. O presente procedimento foi despoletado por deliberação tomada na reunião celebrada em 28/09/2018, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

2. No âmbito da presente empreitada e de acordo com o previsto nos n.ºs 1 e 3 do Artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, foi solicitado esclarecimento e apresentada lista de erros e omissões das peças do procedimento, conforme anexo (Anexo 1).

3. Nos termos da alínea a) do n.º 5 do Artigo 50.º do CCP, entende o Júri, estar-se perante um erro das peças do procedimento, não havendo por esse facto esclarecimento a prestar.

4. Em face do referido e conforme previsto na alínea b) do n.º 5 e, n.º 6, do mencionado Artigo 50.º, após a análise dos erros apresentados, propõe-se a V. Exa., que seja aceite o erro do código LER do plano de prevenção e gestão de resíduos patenteado a concurso e, neste seguimento, seja aprovado o novo plano que se anexa (Anexo 2).

5. Assim e considerando que a comunicação aos interessados ocorra dentro do prazo fixado no n.º 5



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

do Artigo 50.º do CCP (segundo terço do prazo – até 27/10/2018), mantém-se a data para entrega das propostas (04/11/2018).

6. Caso contrário e nos termos do n.º 1 do Artigo 64.º do CCP, considerando que a pronúncia acerca das listas de erros e omissões detectados pelos interessados, ocorra depois do prazo fixado para o efeito (segundo terço do prazo – 27/10/2018), deve o prazo para apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

À consideração de V. Exa."

Junto à informação encontram-se o Anexo 1 e o Anexo 2, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

O Despacho exarado na informação supra é do seguinte teor:

"De acordo com a presente informação.

Autorizado.

Submeta-se à próxima reunião de Câmara para ratificação

22/10/2018

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.4.2. - Grupo Proteção Sicó - Protocolo de cedência de bem móvel "Joellete"

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho insito na informação n.º 1000/UT18/18, da Unidade de Turismo, datada de 19/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Protocolo de Cedência de Bem Móvel "Joellete"

Exmo. Senhor Presidente,

Serve a presente para capear a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Pombal e o GPS – Grupo Protecção Sicó, destinado à cedência temporária e gratuita de uma cadeira mono roda, adaptada ao transporte de pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida, denominada "Joellete", propriedade deste Município, para utilização em atividades de turismo de natureza, associadas ao projeto "Centro de BTT Sicó", por parte daquela organização não governamental.

À Consideração Superior"

A minuta de protocolo é do seguinte teor:

"PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE BEM MÓVEL

Considerando a importância de promover o respeito pela natureza, através da sensibilização e educação ambiental;

Considerando a importância da mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente e do exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais;

Considerando os benefícios inerentes à prática de atividades ao ar livre, os quais deverão, sempre que possível, ser extensíveis às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, devendo o contacto da natureza ser encarado, não como mero lazer, mas sobretudo como uma forma de inclusão na própria sociedade;

Considerando que os municípios detêm atribuições designadamente nos domínios da cultura, património e ambiente, bem como da promoção do desenvolvimento (cf. alíneas e), f) e m) do n.º 2 do



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), pelo que deverão fomentar o seu apoio a projetos de empreendedorismo de base local;

Considerando que se deve pugnar pela adoção de estratégias proativas, tendo em vista a criação de acessibilidades adequadas para cidadãos portadores de deficiência, espelhando, assim, a preocupação municipal em eliminar barreiras impeditivas do exercício pleno dos direitos de cidadania por parte destas pessoas, e

Considerando ainda que o Segundo Outorgante é empreendedor no âmbito do projeto “Centro de BTT Sicó”, desenvolvido pelo GPS-Grupo Protecção Sicó, com o grande objetivo de fomentar atividades de turismo de natureza e competições desportivas, associadas ao Centro de BTT.

- Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL, com sede no Largo do Cardal, Pombal e número de identificação de pessoa colectiva 506 334 562, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Diogo Alves Mateus, de ora em diante designado apenas por Primeiro Outorgante,

SEGUNDO OUTORGANTE: GPS – GRUPO PROTECÇÃO SICÓ, com sede no Centro Coordenador de Transportes – Largo da Biblioteca / Pombal e número de identificação de pessoa colectiva n.º 504 123 980, representado pela Vice-Presidente Cláudia Margarida da Silva Moderno Neves e pela Tesoureira Miriam Nair Pereira Silva, de ora em diante designado apenas por Segundo Outorgante, - é celebrado o presente protocolo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Outorgantes

1. O Primeiro Outorgante é proprietário de uma cadeira mono roda para turismo, adaptada ao transporte de pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida, vulgarmente denominada de “Joëlette”, devidamente inventariada no Cadastro e Inventário de bens móveis sob o número 410278.

2. O Segundo é representante do GPS – GRUPO PROTECÇÃO SICÓ que promove, entre outras atividades, o estudo, a preservação e a conservação dos bióticos e abióticos dos maciços calcários, nas vertentes espeleológica, ambiental, patrimonial e cultural, e atribui elevada importância à cooperação com a sociedade, estatutariamente assumida como uma das suas missões, inclusive com associações.

CLÁUSULA SEGUNDA

Obrigações das partes

1. Pelo presente Protocolo o Primeiro Outorgante cede, temporária e gratuitamente, nas condições definidas nos números seguintes, o bem identificado no número um da cláusula anterior, sempre que o Segundo Outorgante proceda à organização de programas de pedestrianismo e de acesso a áreas montanhosas ou com pisos irregulares que possam integrar pessoas com mobilidade reduzida.

2. O Segundo Outorgante compromete-se a informar o Primeiro Outorgante, com uma antecedência mínima de oito dias, dos programas que pretende desenvolver, integrando o bem em causa.

3. O transporte do bem das instalações do Primeiro Outorgante para o local de destino será assegurado pelo Segundo Outorgante.

4. O transporte das pessoas na “Joëlette” durante o programa de pedestrianismo ou outro similar será efetuado de forma totalmente gratuita, não podendo o Segundo Outorgante cobrar ao utilizador, nem aos dois elementos que dão apoio à “Joëlette”, qualquer valor a título de inscrição, quota ou outro.

4. O Segundo Outorgante compromete-se, ainda, a proceder à devolução do bem em perfeito estado de conservação, ressalvada a deterioração decorrente do seu uso normal, no período de dois dias após a respetiva utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA

Vigência

1. O presente Protocolo tem a duração de doze meses, renovável por iguais períodos, salvo se for



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

objeto de denúncia, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de quinze dias sobre o seu termo, através de carta registada com aviso de receção.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes poderão, por comum acordo, pôr termo ao presente instrumento em qualquer momento.

CLÁUSULA QUARTA

Disposições Finais

1. Com a assinatura deste protocolo o Segundo Outorgante declara, expressamente, nada ter a receber ou a reclamar do Primeiro Outorgante, para além do definido nas cláusulas anteriores.

2. Qualquer alteração ao presente protocolo, deverá resultar de acordo expresse de ambas as partes e será formalizado por escrito.

Por corresponder à vontade das partes, o presente protocolo, constituído por duas folhas (quatro páginas), vai ser rubricado e assinado, em duplicado, ficando cada um dos outorgantes na posse de um exemplar.

Município de Pombal, 19 de outubro de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)

O Segundo Outorgante,

(Cláudia Margarida da Silva Moderno Neves, na qualidade de Vice-Presidente do GPS – Grupo de Protecção Sicó)

(Miriam Nair Pereira Silva, na qualidade de Tesoureiro do GPS – Grupo de Protecção Sicó)"

O Despacho exarado na informação supra é do seguinte teor:

"À reunião para ratificação

2018.X.13

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.4.3. - Associação de Moradores e Amigos da Feteira - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho do requerimento em nome Associação de Moradores e Amigos da Feteira, em que solicita a emissão de licença especial de ruído, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor de 25,80 € (vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), para a realização de um baile popular no interior da sede da associação no dia 21 de outubro.

O despacho exarado na informação supra, é do seguinte teor:

"Autorizado.

À reunião para ratificação.

2018.X.XI

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

transcrito.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.4.4. - Associação Vespas do Marquês - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho do requerimento em nome Associação do Vespas do Marquês, em que solicita a emissão de licença de especial de ruído, bem como a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor de 25,80 € (vinte e cinco euros e oitenta cêntimos), para a realização do evento denominado "Tributo aos U2" na sede da associação no dia 20 de outubro.

O despacho exarado na informação supra, é do seguinte teor:

"Deferido.

À reunião para ratificação.

2018.X.19

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.4.5. - Condicionalismo de trânsito - Dia de Todos os Santos - Proposta de Edital

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara que ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, houve necessidade urgente de proceder ao despacho insito na informação n.º 320/GAV/18, do Gabinete de Apoio à Vereação, datada de 25/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Condicionalismo de trânsito - Dia de Todos os Santos - Proposta de Edital

Senhor Presidente,

Atendendo à habitual afluência extraordinária ao Cemitério de Pombal, por ocasião do Dia de Todos os Santos (próximo dia 1 de novembro), torna-se necessário condicionar a circulação na Rua Encosta do Castelo, conforme proposta de Edital em anexo.

Assim, caso V. Ex.ª concorde, deverá a presente informação ser submetida a reunião de Câmara, para efeitos de ratificação do Edital ora proposto.

À Consideração Superior."

Junto à informação encontra-se o Edital de Trânsito, que se dá por integralmente reproduzido e que ficam arquivado no respetivo serviço.

O Despacho exarado na informação supra é do seguinte teor:

"Deferido.

À reunião para ratificação.

25/10/2018

Assinatura ilegível

(Diogo Alves Mateus)"

A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, e da Vereadora Odete Alves, eleita pelo Partido Socialista,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Senhor Presidente, supra transcrito.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.5. Obras Públicas e Fornecimento de Bens e Serviços

2.5.1. - Prestação de Serviços Postais - Abertura de procedimento

Foi presente à reunião a informação n.º 5/SAG/18, da Secção de Administração Geral, datada de 16/08/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Prestação de Serviços Postais

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

Para garantir o bom e pontual funcionamento dos serviços, o Município tem necessidade de manter os serviços postais que integram as operações de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais nomeadamente correspondências e de encomendas postais.

2. OBJECTO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO

Pretende-se com a presente prestação, serviços postais que integram as operações de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais, nomeadamente correspondências e de encomendas postais.

3. ESTIMATIVA/DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

Estima-se para o procedimento o valor global de 510,000,00€ (isento de IVA), para o período de 3 anos, sendo atribuído para cada ano o valor de 170,000,00€.

4. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

O presente ajuste direto é efetuado nos termos da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º 1 e n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na sua atual redação.

5. FUNDAMENTAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DOS ARTIGO 61.º DA LEI N.º 114/2017 DE 29 DE DEZEMBRO (LOE 2018)

Não aplicável nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 61 da LOE de 2018, conjugado com a alínea a) do n.º 8 do art.º 58º do mesmo diploma legal.

6. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Esta ação enquadra-se em Orçamento Municipal, na classificação orgânica/económica 02/020209.

7. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA DESPESA RELATIVA A ANOS SEGUINTE

Dado o prazo de execução, a assunção de compromissos para despesa a assumir para os exercícios seguintes, foi deliberada em Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2018.

8. IDENTIFICAÇÃO DO CENTRO OU CENTROS DE CUSTOS

Centro de custos – 2.18 Câmara Municipal – Encargos Gerais

Centro de custos – 26.18 UCA – Encargos Gerais

9. PROPOSTAS DE ENTIDADES A CONVIDAR

Propõe-se convidar a empresa CTT-Correios de Portugal SA – Sociedade Aberta (Nif:500077568).

10. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

Não aplicável.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação de serviços será executada num prazo de 1.095 dias (3 anos).

12. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Não aplicável.

13. GESTOR DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Para efeitos previstos no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, propõe-se a designação para gestor do contrato a Coordenadora Técnica Margarida Fernando, a designar pelo órgão competente para a autorização da despesa.

14. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Não aplicável.

15. ESPECIFICAÇÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

Fazemos juntar proposta de Caderno de Encargos e Concite, para efeitos de aprovação."

Junto à informação encontram-se o Caderno de Encargos e o Convite, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar o Convite e o Caderno de Encargos, bem como nomear como Gestor do Contrato a Sr.ª Margarida Maria Santos Fernando, de harmonia com a informação supra transcrita.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.5.2. - Freguesia de Carriço / Asfatação de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Matos do Carriço, Cabeço, Marinha da Guia, Carriço e Caxaria) – Proc. n.º 25/2018 - Relatório final

Foi presente à reunião a informação n.º 280/DMOP/18, do Departamento Municipal de Operações, datada de 09/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Freguesia de Carriço / Asfatação de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Matos do Carriço, Cabeço, Marinha da Guia, Carriço e Caxaria) – Proc. n.º 25/2018

1.No âmbito do concurso público promovido ao abrigo da alínea b) do Artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, com vista à execução da empreitada mencionada em epígrafe e após ter terminado em 04/10/2018, o prazo de audiência prévia previsto no Artigo 147.º do citado Código, confirmada a ausência de observações por parte dos concorrentes, deliberou o Júri manter integralmente o teor do Relatório Preliminar:

2. Nestes termos, propõe-se a exclusão das propostas a seguir mencionadas, com os fundamentos referidos:

- Lusosicó - Construções, S.A., com fundamento na alínea d) do n.º 2 do Artigo 146.º do CCP, conjugado com o ponto 7.1 do Programa de Concurso, por não fazer constar todos os documentos que constituem a proposta, concretamente, os previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e g).

- Construções ViasManso, Lda., com fundamento na alínea o) do n.º 2 do Artigo 146.º, conjugada com a alínea d) do n.º 2 do Artigo 70.º, ambos do CCP, por apresentar preço contratual (€ 161.274,56 valor corrigido nos termos do n.º 3 do Artigo 60.º do CCP) superior ao preço base estipulado no n.º 1 da cláusula 32.ª do Caderno de Encargos.

3.Propõe-se ainda, em observância do n.º 1 do Artigo 148.º do Código, a seguinte ordenação das propostas admitidas:

Primeira

Socitop – Unipessoal, Lda., com proposta no valor de € 133.472,16, mais IVA, com o prazo de execução de 60 dias;

Segunda

Cimalha – Construções da Batalha, S.A., com proposta no valor de € 138.466,32, mais IVA, com o prazo de execução de 60 dias;

Terceira

Matos & Neves, Lda., com proposta no valor de € 145.013,60, mais IVA, com o prazo de execução de 60 dias;



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Quarta

Civibérica – Obras Civis, S.A. com proposta no valor de € 151.670,21, mais IVA, valor corrigido nos termos do n.º 3 do Artigo 60.º do CCP, com o prazo de execução de 60 dias;

Quinta

Contec – Construção e Engenharia, S.A., com proposta no valor de € 152.495,30, mais IVA, com o prazo de execução de 60 dias.

4. Assim e de forma a dar cumprimento ao previsto nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 148.º do CCP, remete-se o procedimento ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação."

A Câmara, depois de apreciar a documentação que lhe foi presente, deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano:

Primeiro: Aprovar o Relatório Final e, com ele, a exclusão das propostas aí mencionadas, com os fundamentos aí proferidos, bem como todas as propostas admitidas, naquela ordenação;

Segundo: Adjudicar a empreitada em epígrafe, ao concorrente ordenado em primeiro lugar, a empresa Socitop - Unipessoal, pelo preço de 133.472,16 € (cento e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois euros e dezasseis cêntimos) mais IVA, e com prazo de execução de 60 dias.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.5.3. - Freguesia de Carriço / Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Matos do Carriço, Cabeço, Marinha da Guia, Carriço e Caxaria) – Proc. n.º 25/2018 - Minuta do contrato

Foi presente à reunião a informação n.º 31/SOVM/18, da Secção de Obras e Vias Municipais, datada de 12/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Freguesia de Carriço / Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia (Lugares de Matos do Carriço, Cabeço, Marinha da Guia, Carriço e Caxaria) – Proc. n.º 25/2018 / Minuta do contrato

Como é do conhecimento de V. Exa., o presente procedimento foi despoletado por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada em 16/08/2018.

Conforme determina o n.º 1 do Artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, em anexo, submete-se à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar, a minuta do contrato da empreitada mencionada em epígrafe, no montante de € 133.472,16, a celebrar com o adjudicatário, a firma Socitop – Unipessoal, Lda..

À consideração de V. Exa.."

Junto à informação encontra-se a minuta do contrato, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a minuta do contrato, nos termos da informação supra transcrita, bem como dar poderes ao Senhor Presidente para o outorgar e assinar.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.5.4. - Construção de Redes de Saneamento de Vila Cã (Rede de Saneamento dos Lugares de Touril, Garriapa, Lameiros e Outros Lugares) - Proc. n.º 48/2010 - Liberação da caução

Foi presente à reunião a informação n.º 284/DMOP/18, do Departamento Municipal de Operações, datada de 12/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Construção de Redes de Saneamento de Vila Cã (Rede de Saneamento dos Lugares de Touril, Garriapa, Lameiros e Outros Lugares) - Proc. n.º 48/2010 / Liberação da caução



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

1. *Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada à firma Lusosicó – Construções, S.A., pelo valor de € 290.172,61 mais IVA, conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 15/10/2010, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).*

2. *A empreitada tem recepção provisória datada de 17/08/2015.*

3. *Verificada a inexistência de defeitos na obra, após a vistoria efectuada hoje na presença do representante do empreiteiro, Eng.º Hélder Balhé e, considerando o previsto no n.º 5 do Artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, alíneas b) e c), deve o contraente público promover a liberação de 45% (30%+15%) da caução, no seguintes termos:*

- *Contrato n.º 11/2011 - Trabalhos executados no valor de € 274.320,53;*

4. *Por força do n.º 3 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, que republica o Código dos Contratos Públicos, o regime de liberação das cauções, aplica-se a todos os contratos de empreitadas de obras públicas em vigor; ou que tenham os respectivos prazos de garantia em curso à data da entrada em vigor do citado decreto-lei, ou ainda a contratos a celebrar na sequência de procedimento anterior à data da entrada em vigor do mencionado diploma.*

5. *Da decisão, deve ser dado conhecimento à Divisão de Administração e Finanças Municipais.*

À consideração de V. Exa.."

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a liberação da caução, nos termos da informação.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.5.5. - *Construção da Rede de Saneamento dos Lugares de Casal Velho, Roussa, Crespos, Cavadinha e Pinheirinho - Proc n.º 36/2015 - Revisão de preços definitiva*

Foi presente à reunião a informação n.º 179/DASA/18, da Divisão de Águas Saneamento e Ambiente, datada de 18/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Construção da Rede de Saneamento dos Lugares de Casal Velho, Roussa, Crespos, Cavadinha e Pinheirinho - Proc n.º 36/2015 - Revisão de Preços Definitiva

Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, adjudicada à empresa Lusosicó – Construções, S.A, por deliberação de 19/08/2015, pelo valor de € 1.295.000,01 + IVA, foi elaborado o cálculo da revisão de preços definitiva.

Junto, se anexa, o referido cálculo, cujo montante é de €-19.368,57 + IVA, totalizando, €-20.530,68, valor este igual à revisão de preços provisória, informada em Reunião de Câmara de 28/2/2018, que deve ser pago ao Município de Pombal."

Junto à informação encontra-se o cálculo da revisão de preços definitiva, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a Revisão de Preços Definitiva, nos termos propostos.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.6. Loteamentos

2.6.1. - *Quinta da Gramela - Alteração ao loteamento - Lotes A e B - Sirolis - Prefabricados de Betão, S.A.*

Foi presente à reunião o parecer n.º 4 da Chefe da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Urbana, relativo ao processo 933/18(103.00), em nome de Sirolis - Prefabricados de Betão, S.A., que a seguir se transcreve:

Assunto: Alteação ao Loteamento (Processo Inicial 80/07) - Quinta da Gramela - Lotes 1 e 2

Ex.mo Sr. Presidente,

Pretende a requerente na qualidade de proprietária dos lote A e B, promover uma alteração ao loteamento acima identificado no sentido de:

- 1 - Unificar os lotes A e B, resultando no lote A, para o qual é definida a cota de soleira de 109,5m;*
- 2 - Alterar o polígono de implantação;*
- 3 - Aumentar a área de implantação de 9760 m² para 13121 m²;*
- 4 - Aumentar a área de impermeabilização de 13633 m² para 17684 m²;*
- 5 - Alterar o n.º de lugares de estacionamento privados de 306 para 118;*
- 6 - Alterar um dos acessos ao lote e*
- 7 - Acautelar a possibilidade da cêrcea poder ser excedida nas situações devidamente justificadas por necessidades produtivas ou tecnológicas.*

A alteração proposta colhe o devido enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor e demais legislação aplicável, conforme explicitado na informação interna n.º 2, de 24/08/2018 (folhas 50 e 51).

Para efeitos de cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual (RJUE), a proposta de alteração foi sujeita a um período de consulta pública, nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 54.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE), com início a 28 de setembro e fim a 19 de outubro passado, não tendo sido apresentada no período mencionado, qualquer reclamação, sugestão ou observação.

Face ao exposto, e considerando o teor da informação interna n.º 3, de 22/10/2018, propõe-se a V. Exa., que com base no disposto no n.º 4 do artigo 27.º conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º ambos do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, submeta o presente processo ao órgão Câmara Municipal, para efeitos de deliberação sobre o pedido de alteração à operação de loteamento em referência, sugerindo-se o seu deferimento.

Município de Pombal, 23/10/2018"

Junto ao parecer encontra-se a informação n.º 2, que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, deferir o pedido de alteração à operação de loteamento, nos termos propostos.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.7. Obras Particulares

2.7.1. Licenças

2.7.1.1. - António Matias

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1579/15(03.00), em nome de António Matias, para legalização de obras de alteração e ampliação de um edifício e alteração ao uso, inicialmente destinado a arrumos de alfaias agrícolas, para estabelecimento industrial - serralharia e carpintaria, sito em Rua Principal - Ribeira de Santo Amaro, freguesia de Louriçal.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 336,98 € (trezentos e trinta e seis euros e noventa e oito cêntimos).



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.7.1.2. - Eletrocar - Mecânica e Eletricidade, Lda.

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 738/18(03.00), em nome de Eletrocar - Mecânica e Eletricidade, Lda., para construção de um edifício destinado a centro de aferição de tacógrafos com oficina de eletricidade automóvel e construção de muros de vedação, sito em Parque Industrial da Guia, lote 35 - Brejo, União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 1.233,25 € (mil, duzentos e trinta e três euros e vinte e cinco cêntimos).

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.7.1.3. - Manuel Pinto Carvalho

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1109/17(03.00), em nome de Manuel Pinto Carvalho, para legalização de obras de alteração e ampliação de um edifício misto, destinado a estabelecimento de bebidas e restauração, sito em Rua Principal - São João da Ribeira, freguesia de Almagreira.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, e aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença, no montante de 144,13 € (cento e quarenta e quatro euros e treze cêntimos).

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.7.2. Isenção de Taxas

2.7.2.1. - Domingues, Lda.

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1285/18(12.00), em nome de Domingues, Lda., para pedido de licenciamento de ocupação de via pública por motivo de obras particulares, sitas em Rua de Leiria, n.º 84, lugar e freguesia de Pombal.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 343,90 € (trezentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos), por se inserir em ARU.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

Nesta altura, ausentou-se da sala o Senhor Presidente Dr. Diogo Mateus, tendo assumido a presidência da reunião a Vereadora Ana Cabral.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

2.7.2.2. - Marina Cordeiro dos Santos de Jesus Leal

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1304/18(12.00), em nome de Marina Cordeiro dos Santos de Jesus Leal, para pedido de licenciamento de ocupação de via pública por motivo de obras particulares, sitas no Largo do Cardal, n.º 12, lugar e freguesia de Pombal.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, deferir o pedido de licenciamento e isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 400,00 € (quatrocentos euros), por se inserir em ARU.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

Nesta altura, deu entrada na sala o Senhor Presidente Dr. Diogo Mateus, tendo reassumido a Presidência da reunião.

2.7.3. Outros

2.7.3.1. - Célio das Neves Marques - Auto de Vistoria

Foi presente à reunião o auto de vistoria ao imóvel sito na Rua dos Lagoeiros - Lagoeiros, freguesia de Carriço, para verificação das condições de segurança e salubridade do edifício, nos termos do artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humanos, nos termos do artigo 89.º n.º 2 Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, notificar o proprietário do teor do auto de vistoria e para proceder às obras de demolição total do edifício e remoção do entulho para local devidamente autorizado ou licenciado para o efeito, no prazo de 60 dias, e para, no prazo de 15 dias, proceder à limpeza de todo o lixo no interior e exterior do edifício, bem como a limpeza dos infestantes na sua envolvente, nos termos do auto.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.8. Relatórios, Pareceres, Plano de Atividades, Orçamentos, Instrumentos Previsionais

2.8.1. - Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e respetivos anexos

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento Municipal para o Ano económico de 2019 e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados na Divisão de Administração e Finanças.

Presidente da Câmara:

"Muito bem, então passamos ao ponto 2.8. Relatórios, Pareceres, Planos de Atividades Orçamentos, instrumentos previsionais. O Orçamento Municipal para o ano económico de 2019 e respetivos anexos, e também porque a discussão tem vindo a ser feita de forma simultânea - pese embora a votação seja em separado - as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019/2022 e, portanto, creio que não haverá inconveniente para o podermos fazer.

Dito isto e para sintetizar a proposta que aqui vem apresentada começamos naturalmente por sublinhar a circunstância, à semelhança de anos anteriores e considerando as regras previsionais e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

contabilísticas aplicáveis, o valor global da dotação orçamental, apresentada de 38,3 milhões de euros é um valor que rapidamente se percebe que está desatualizado considerando aquilo que serão, já em janeiro, os saldos transitados e a sucessiva aprovação de instrumentos de financiamento complementares, aliás, no ano 2017 começámos precisamente com orçamento inicial de 37,5 milhões de euros e acabámos, a 31 de dezembro com um orçamento de 49,4 milhões de euros; no ano de 2018, começamos com 38,2 milhões de euros e, à data de 22 de Outubro, o orçamento principal corrigido era já de 44,5 milhões de euros e, portanto, é expectável que ele se comporte genericamente como em 2018, até acho que pode ser um bocadinho mais, considerando já o amadurecimento das obras do plano estratégico de desenvolvimento urbano que tem aqui uma componente financeira muito expressiva e que, apresentando-se as candidaturas para aprovação até 31 de dezembro, terão ao longo de 2019, os respetivos contratos de financiamento e, por consequência a inscrição das dotações financeiras aprovadas na coluna da receita do nosso orçamento.

Este é também um orçamento onde, nesta data e com os dados disponíveis, temos se calhar e de uma forma bastante próxima, o Plano de Atividades Municipais muito encostados em termos de volume de investimento ao Plano Plurianual de Investimento e portanto, aquilo que tradicionalmente era uma visão dos municípios mais dedicados quase que exclusivamente às matérias de investimento material, começa, de facto, a ter aqui uma evolução sob ponto de vista de outro conjunto de investimentos que reclama também uma atenção do Município, cada vez maior.

É verdade que grande parte das obras que estão por aprovar, em termos de financiamento, vão, eu diria, aumentar os valores do PPI e, portanto, esta é, digamos, a distância mais curta que existe e creio que a partir de janeiro será substancialmente maior, considerando que a utilização dessas verbas será, essencialmente, para desenvolvermos os projetos que foram identificados como prioritários. Fazemo-lo nesta altura em que o município tem uma dívida que inclui os empréstimos de 5,15 milhões de euros, portanto, um valor pouco expressivo e onde queremos que 2019 fique assinalado como um ano onde se lancem as empreitadas importantes e que aliás faziam parte das propostas que apresentámos aos pombalenses, de execução do Centro Escolar de Vila Cã, do Centro Escolar da Guia, da Escola Básica da Pelariga e da Escola Básica Conde Castelo Melhor e portanto, o esforço e a proposta que aqui trazemos é que, de facto, estas sejam as prioridades, sem prejuízo daquilo que é o encerramento do conjunto de empreitadas correspondentes, ainda há pouco, quando fiz referência no PAOD, aos cerca de 660.000 euros recebidos do Centro Escolar de Vermoil, significa sempre que essa empreitada também tem que ser encerrada, mas isto seriam matérias novas que este orçamento teria, numa forma muito perentória de assumir e desenvolver, evidentemente que os valores a serem investidos no ano 2019, serão porventura dos anos em que a obra decorrerá, este conjunto de obras terá de sua maior expressão financeira no ano 2020, estamos a falar de obras que têm entre 12 e 18 meses de execução e, portanto, desde o lançamento da empreitada, em meados do ano que vem até ao seu início, estaremos já no terceiro trimestre de 2019 e, portanto, substancialmente, a despesa será realizada no ano de 2020 e no primeiro trimestre, segundo trimestre de 2021.

O mesmo acontecerá com aquilo que são obras importantes para maximizarmos o esforço que o município tem vindo a fazer, com a construção do emissário de Carnide/Louriçal e que tem que começar a fazer a drenagem das localidades que ainda não beneficiam de rede de saneamento e não só ligar as localidades que estavam com as redes construídas, ainda não ligadas, como o caso da Ilha, como o caso de Carnide, grande parte das suas localidades que tinha a rede ainda não estava ligada, porque ainda não tínhamos o emissário e essa atividade sendo executada temos que ampliar a área drenada. Isto significa que com os projetos já terminados, em condições também de serem lançados em 2019, temos a rede de saneamento dos Barros da Paz, Assanha, Ladeira, Gregórios e Penedos, é uma prioridade para se executar e, portanto, uma área territorial muito extensa para passar a ficar coberta por este conjunto do abastecimento domiciliário de águas residuais, também a rede de saneamento do Casal da Rola, estimada em cerca de 900.000 euros, a dos Barros da Paz à



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

volta de 2,5 milhões de euros e o terceiro grande projeto em termos de saneamento, a margem esquerda da Ribeira de Carnide, Casalinho da Foz, Foz, Vale das Moitas, Carriços, Brejinho até São João da Ribeira, também numa estimativa orçamental de cerca de 1 milhão de euros.

Sob o ponto de vista financeiro, a proposta é de que até ao mês de fevereiro se aguardem as novidades que, eventualmente, os níveis de fraca execução do plano operacional da eficiência de recursos, da sustentabilidade e eficiência de recursos, o POSEUR possa abrir ao Município, de apresentarmos mais candidaturas, já que na primeira chamada, o Município completou em tempo, até 2017, princípios de 2018, o conjunto das 3 grandes empreitadas que tinham sido selecionadas e que preenchiam a totalidade da dotação de 3 milhões de euros que tinha sido reservada para Pombal, estou-me a recordar das obras da drenagem todas, da Estrada de Soure, na zona dos Crespos, Pinheirinho e Cavadinha, foi uma obra que aí foi incluída; também os trabalhos de Outeiro do Louriçal e Foitos com cerca também do mesmo valor, 1,3 milhões de euros e os trabalhos de cadastro da rede de águas que estavam também aqui incluídos, com cerca de 600.000 euros, totalizavam os cerca de 3 milhões de euros que nos tinham sido reservados e significa, portanto, que a rede de saneamento que está a ser construída na Silveirinha Grande, Silveirinha Pequena, Brejos, Fontinha e Alhais, não tem qualquer tipo de comparticipação comunitária, estamos a falar de investimentos de 2,3 milhões de euros, e também a rede de Gracieira, Fétil, Bica, na zona mais a sul da freguesia de São Simão de Litém, encostada também a Albergaria dos Doze, não tem esse apoio, como também não têm as obras que foram realizadas nos Murtais, Serra de Bonha, Moutinhas, toda aquela drenagem da Serra de Bonha que drena para o rio Arunca e que passa e cobre lugares quer da freguesia de Santiago antiga quer também da freguesia de Pombal.

O propósito era que nós conseguíssemos fazer investimentos à volta dos 4 milhões de euros/ano, em redes de saneamento, os apoios comunitários seriam decisivos para conseguirmos atingir esse objetivo e portanto, se até fevereiro não tivermos novidades e, de facto, os níveis de execução do POSEUR são francamente baixos, estamos com 27% no eixo que diz respeito às águas residuais e não há novidades relativamente à abertura de novos procedimentos que permitam ao município aceder a novo financiamento. Se isso acontecer, teremos evidentemente que ponderar o recurso à Banca para executar estas obras e, correspondentemente, pormos este conjunto de redes a funcionar para cumprirmos a nossa obrigação.

Outra área, particularmente importante para 2019 será a área do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, isto é, na cidade de Pombal, toda a continuação da primeira fase das parcerias de regeneração urbana, de maneira a que, com o término da época balnear se comece imediatamente a realização das respetivas intervenções. Também o Centro de Saúde do Louriçal, operação aprovada e que até ao final do ano, teremos também cada uma das operações em falta submetidas, para o respetivo financiamento.

Quero falar em concreto da requalificação urbana da Várzea, do Jardim do Cardal, do Jardim das Laranjeiras, da Rua Custódio Freire, do interface rodoferroviário, do estudo de extensão do Pombus para ampliar a toda a freguesia de Pombal, cobertura que, aliás, está em processo de concurso e também a implementação do Bike Sharing e as bolsas de estacionamento que fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Também em 2019 será o tempo para lançarmos o Parque de Estacionamento do Osso da Baleia, ponderaremos, muito rapidamente, se haverá tempo para o fazer antes da próxima época balnearia, creio que será difícil, não sendo possível tem que ser lançada imediatamente, aliás tem que ser lançada, será esta prioridade.

Logo que formalizados os contratos de financiamento para implementarmos as medidas de eficiência energética, teremos intervenções substanciais em edifícios municipais que são amplamente consumidores de recursos energéticos, como por exemplo a Piscina, os Paços do Concelho, os Serviços Técnicos, o Teatro-Cine, a Biblioteca e o Arquivo Municipal, projetos que, de facto, aguardamos os respetivos contratos de financiamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

O Parque Industrial Manuel da Mota mantém-se também na linha de prioridades, bem como as aquisições de terrenos para ampliar a Zona Industrial da Guia, e aqui, queria acrescentar que a intervenção para a construção do Skate Park na Zona Desportiva e também, sequência da reunião feita, aliás, com todos os Srs. Presidentes de Junta, mas aqui enfatizado, em concreto, pelo senhor Presidente de Junta de Guia, Ilha e Mata Mourisca, relativamente à praça fechada da Guia, com o propósito de concluir também este processo que há tanto tempo é ambicionado.

Há uma parte substancial do nosso orçamento, exclusivamente municipal, para a manutenção da rede das águas, porque, de facto, o nosso património vai ficando mais velho e requer sempre estas intervenções.

Quero aqui destacar aquela que me parece também particularmente relevante, que será o lançamento da empreitada para fazermos a requalificação da estrada municipal 532-2, chamando aqui a primeira fase, o troço que vai da zona das Barrocas até Vermoil, sendo que, depois teremos aquela zona de Vermoil para a zona do Rossio, passando pelas Boldrarias, um projeto bastante mais complexo, porquanto tem ali a zona dos Gáteos, de São Vicente e das Boldrarias, com problemas graves deslizamento de terrenos e que inclusivamente tem com as Infraestruturas de Portugal e com a linha de caminho de ferro da linha do Norte, situações que têm que ser cuidadosamente ponderadas para não ficarem, colocarem em risco o funcionamento da respetiva rede ferroviária.

Enquanto projetos que têm que ser lançados, entre outros, eu quero aqui destacar o da Piscina descoberta de Pombal, que queremos lançar no ano de 2019 e também o projeto para a requalificação do centro histórico de Abiul, de maneira a que nos anos consequentes, consigamos desenvolver várias intervenções de qualificação nas ruas e requalificando aquele espaço que historicamente tanto interesse apresenta.

No âmbito do PAM, quero aqui sublinhar algumas matérias novas: a primeira, que me parece sob ponto de vista cultural, amplamente decisiva, prende-se, agora que estão reunidas as condições por um conjunto de entidades, no lançamento do projeto, do ambiciosíssimo projeto que é o estudo e a edição da obra completa do Marquês de Pombal, é um trabalho que congrega 32 volumes, espalhados pelas mais diversas áreas técnicas que Sebastião José de Carvalho e Melo dirigiu.

É um trabalho que será desenvolvido pelo Centro de Estudos da Universidade de Lisboa, o CLEPUL, que tem a direção técnica quer do Professor Viriato Soromenho Marques, quer do Professor José Eduardo Franco, foi, aliás, o responsável pela edição das obras completas do Padre António Vieira e que conta já com uma manifestação de participação da Câmara Municipal de Lisboa, pela Fundação Millennium BCP, também da Câmara Municipal de Oeiras e, portanto, será um trabalho desenvolvido em 4 anos - 5 anos, também com a Fundação Marquês de Pombal, a proposta da Universidade de Coimbra, o grupo Jerónimo Martins, a Universidade Aberta, do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, portanto, um conjunto vasto de entidades. É um projeto que está avaliado num milhão de euros, que conta com a participação de todas estas entidades e portanto, o que aqui se traz é que o município anualmente possa participar em 30.000 euros neste estudo, evidentemente, depois, terão que ser apreciados, com detalhe, os termos concretos do protocolo e também as seguranças que precisamos de ter para fazer este investimento, mas não tenho dúvida nenhuma, quer pelos parceiros quer pela qualidade técnica do projeto, que se trata de um trabalho extraordinário sob o ponto de vista histórico e que diz particularmente respeito ao concelho de Pombal, portanto, encontrarão no PAM, as Obras Completas do Marquês de Pombal, com este trabalho de grande alcance histórico e onde definitivamente ficarão reunidos todos os grandes trabalhos com uma dimensão histórico-cultural assinalável para os tempos presentes e para todo o nosso futuro.

Também fica garantido nesta proposta, a continuação do projeto PARA, como sabem o projeto PARA. É um projeto de apoio ao autismo, tem um ano de vigência porquanto resulta de uma decisão do orçamento participativo e está aqui já assumido, também para dar tempo ao conjunto dos parceiros, eu recorde que outro dia aqui falámos precisamente, sobre os 10 parceiros que subscreveram este protocolo, para criarmos condições, não só para se encontrar a solução, sob o ponto de vista



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

institucional, quer seja o acolhimento de uma qualquer instituição, seja a criação de uma nova instituição para podermos continuar a trabalhar e garantir às famílias este serviço de extraordinário relevo.

Também será o ano onde, em plenitude, uma vez que tem sido intermitente, porque nem todas as funcionaram ao longo de 2018 da mesma maneira, que era um projeto também novo, as Comissões Sociais Interfreguesias, de modo a termos os meios que nos territórios vão auxiliar-nos, mas também ser executantes de políticas sociais de maior ligação, nomeadamente às escolas e a situações económicas e humanas mais carentes e mais débeis.

Será também, em função da candidatura que apresentámos, o ano em que funcionará na esfera do município, o Gabinete de Inserção Profissional de Pombal, auxiliando a colocação profissional que nós queremos focalizar, muito particularmente para os jovens, e queremos em simultâneo desenvolver um trabalho para perceber aquilo que possa constituir a perspetiva dos jovens licenciados e as melhores formas de combatermos os cerca de 180, - que são os números que tenho presentes no último relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional - dos níveis de desemprego que, tendo essa habilitação tem dificuldade num encontro com as soluções empresariais ou outras que possam corresponder à plenitude das capacidades e competências que este jovens licenciados conseguiram obter.

Também será, sob o ponto de vista desportivo, um ano importante, porquanto estará perto do fim a conclusão da revisão do processo de apoio às instalações desportivas e aos equipamentos desportivos, às respetivas associações que têm vindo a receber um valor expressivo de apoio, cerca de 380.000 euros, mas onde como sabem, não havia distinção entre aqueles que sendo proprietários das respetivas instalações recebiam exatamente o mesmo valor daqueles que não eram responsáveis das respetivas instalações o mesmo, é portanto, para procurar corrigir esse desequilíbrio que se cria este regulamento e, portanto, também se dota o PAM com uma expressão financeira que esperamos possa corresponder a essa mesma correção e equilíbrio, para uma verdade desportiva e gestonária que todos prezamos.

A constituição da terceira equipa de Sapadores Florestais, como sabem, - porque também tivemos ocasião de aqui conversar, - a Associação de Produtores Florestais de Pombal apresentou esta proposta, ela foi homologada com o ICNF - se a memória não me falha, - em maio de 2018. Julgo que estarão agora em fase de contratação da respetiva equipa, de modo a que possa o Município ter, com a Associação de Produtores Florestais, uma relação de complementariedade, isto é assumindo aquilo que possa constituir a parte que através do protocolo celebrado com o ICNF, a Associação de Produtores Florestais tem que resolver de forma individual e que aqui com este protocolo que o município possamos reforçar os meios que estão no terreno também viabilizar esta terceira equipa, mas acima de tudo aumentar os níveis de segurança e vigilância proteção espalhados por todo o território, portanto, acrescenta-se à equipa do município e à equipa Associação de Produtores Florestais uma terceira equipa para o concelho, novamente da responsabilidade da Associação de Produtores Florestais.

Será também a oportunidade de nós podermos implementar, uma vez que as candidaturas estão bem encaminhadas, os 2 regadios que tinham sido apresentados em articulação entre as respetivas Juntas de Agricultores e o Município de Pombal, quer na Quinta de São Lourenço, quer na Quinta dos Claros, isto é, termos aqui investimentos públicos, via financiamento comunitário, que viabilizem, no caso em concreto, julgo que 37 hectares e no outro cerca de 30 hectares de regadio, e que possa, de facto, corresponder às expetativas das Juntas dos Agricultores e que o Município também põe na linha da frente.

Com a expectativa, também, de termos em funcionamento, na época balnear, a praia do Urso, portanto, a praia que estará na freguesia da Guia, também ficam previstos os termos da vigilância para esta praia.

Em termos de intervenção, quero aqui sublinhar os cerca de 2 milhões e meio de euros que, ao longo



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

de 2019, se perspectiva mantermos, de relação financeira com as 13 freguesias do nosso Concelho, este valor sintetiza o que corresponde a limpeza de faixas florestais e, portanto, procuraremos manter os níveis do ano anterior; um bocadinho mais de 200 hectares de limpezas desenvolvidas pelas respetivas freguesias. Os contratos interadministrativos que estão vigentes, as transferências do parque eólico, os acordos de execução, a limpeza urbana, e, como há pouco referi, as Comissões Sociais de Freguesia, educação, saneamento, desenvolvimento urbano, caso concreto do PEDU, depois as matérias da Saúde, as matérias de desenvolvimento económico do Parque Industrial Manuel da Mota, e uma parte importante nesta relação com as juntas de freguesia, compreende aquilo que foram os propósitos que também, sob o ponto de vista eleitoral apresentámos e, portanto, assim se apresenta sinteticamente o valor do orçamento de 38 milhões, reconhecemos que vamos fazê-lo numa lógica em que optámos por reduzir, ou manter nos mínimos, a carga tributária solicitada aos pombalenses, o IMI está no mínimo, temos a valorização máxima de que podemos dar em função do número de filhos, temos o valor da Derrama em um por cento, tendo também aqui uma despesa fiscal de cerca de 900.000 euros. Há também vigente o regime fiscal de apoio à indústria com benefícios para quem faça desenvolvimentos, nomeadamente ao nível de isenção de taxas e licenças e, portanto é um esforço que procuraremos fazer em que, como aliás, o relatório da Ordem dos Técnicos oficiais de Contas dava nota, o Município tem um peso de recursos humanos dos mais baixos do nosso país, é simultaneamente aquele que está nos 10 lugares cimeiros em que mais investimento público faz, mas consegue fazê-lo numa lógica em que, tributariamente tem os valores mais baixos e não compromete o equilíbrio financeiro, porquanto, em 2017, terminámos no ranking nacional no 3º lugar e, portanto, nesta equação difícil onde, acima de tudo, o empenho, a coordenação das equipas, a vontade dos dirigentes e um esforço enorme de uma enormíssima equipa dos nossos colaboradores e dirigentes que todos os dias no terreno procura dar o seu melhor e eu creio que os resultados desde há muitos anos a esta parte, mostra que, de facto, Pombal tem belíssimos profissionais a darem diariamente muito da sua capacidade para o bem coletivo.

Quero terminar também, agradecendo a todas as equipas, aos senhores vereadores e às respetivas equipas que em cada uma das áreas foram corrigindo os dados e apresentando as propostas, fazendo esta equação difícil de apresentarmos este orçamento que, entretanto terá, o reforço de verbas a partir de 2019, ao Dr. Joaquim Alberto, o grande responsável de tudo isto e a todas as equipas o meu agradecimento pelo empenho e pelo resultado, conseguimos ter para apresentarmos à Câmara esta proposta de Orçamento. Termino e, portanto, está aberta a discussão para outras intervenções.

Vereadora Dra. Ana Gonçalves:

“Muito boa Tarde a todos.

Depois desta explicação tão detalhada que o Senhor Presidente fez do orçamento para 2019, eu irei apenas centrar-me naquilo que são os meus pelouros, tentando evitar algumas repetições, porque é evidente que a estratégia é do executivo e, portanto, o Senhor Presidente também já teve oportunidade de apresentar.

Irei começar pelos Recursos Humanos, porque, de facto, eles são a base de toda esta organização e da gestão municipal e parece-me evidente o esforço que o Executivo tem desenvolvido, no sentido de, por um lado reforçar os meios, mas também de reconhecer todo o trabalho que tem sido realizado ao longo dos últimos anos, e isso é bastante visível no novo organograma municipal que, no passado mês de setembro, aprovámos.

Hoje, o município conta com cerca de 463 trabalhadores e, durante o decurso de 2019, perspectiva-se um aumento significativo do número de colaboradores, como iremos ver a seguir, no Mapa de Pessoal. Este aumento tem por base não só as necessidades que estamos conscientes que os serviços apresentaram, mas também a eventual transferência de competências, que poderá ocorrer, sendo certo que à data de hoje não é conhecida a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2019, estamos conscientes que vamos ter um acréscimo de cerca de 2,6 % do montante relativo às despesas com pessoal e este aumento justifica-se porquê, porque temos admissões neste momento em



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

curso e que se irão efetivar em termos de custos em 2019, temos alterações de posicionamento remuneratório, teremos o provimento que o senhor Presidente disse há pouco dos cargos dirigentes previstos na nova orgânica e temos também o descongelamento de carreiras. Paralelamente a estas situações, acresce ainda a nossa política interna de recursos humanos, em que se prevê, no decurso de 2019, avaliar algumas situações internas de possibilidade de mobilidade intercarreiras ou intercategorias, ou seja, o nosso objetivo é, mais uma vez, reconhecer as pessoas que têm ao longo destes anos, exercido funções, sendo que não estão na sua posição correta. Temos várias situações de assistentes operacionais e assistentes técnicos que têm outro tipo de função e que poderão ser promovidos neste âmbito.

Em termos de Transportes Urbanos e no âmbito do PEDU, como o Senhor Presidente disse, terminámos ontem a análise das propostas para o desenvolvimento do estudo, que avalia a viabilidade de alargamento dos transportes na freguesia de Pombal. Prevemos que o estudo se inicie no decorrer do próximo mês de novembro, e aqui, queria também salientar, que é muito importante a participação nos inquéritos de todos os fregueses, nós estamos a falar de 35 lugares da freguesia de Pombal que serão avaliados para a possibilidade de otimizar a nossa rede de transportes e, portanto, é importante a participação de todos. Este estudo, prevê além do alargamento da rede, o estudo de soluções alternativas de mobilidade, ou seja, iremos avaliar se faz sentido ou não o transporte e se a oferta que temos, atualmente, na rede concessionada, responde às necessidades dos munícipes e, portanto, iremos aproveitar o estudo para avaliar não só a nossa rede de POMBUS, mas também toda a oferta no âmbito dos transportes urbanos. Ainda nesta área, no âmbito do PEDU, estamos também a ultimar o caderno de encargos para a aquisição, aliás, já falámos isto várias vezes, do sistema de apoio à exploração e informação.

Está também prevista em PPI, como tiveram oportunidade de ver, a aquisição de um novo autocarro para complementar a nossa frota. Portanto, nós acreditamos que o alargamento do serviço de POMBUS a outros locais da freguesia de Pombal, irá responder gradualmente aos anseios da população. É evidente que isto não irá acontecer tudo de uma só vez, aproximando também os lugares da cidade e promovendo uma mobilidade mais sustentável.

Na Cultura, o Senhor Presidente falou daquilo que é, de facto, um projeto muito importante para nós, que seremos parceiros, mas nós iremos continuar a apostar na programação de excelência para diferentes segmentos com o intuito de formar e atrair novos públicos, acho que podemos afirmar que os pombalenses tem respondido positivamente àquilo que temos apresentado, aos novos formatos e isso faz com que todos os dias, para nós, seja um novo desafio. Pombal é sem dúvida, uma referência regional na programação cultural e queremos continuar na linha da frente. A ARTEMREDE e o festival 7 Sóis 7 Luas têm permitido, nos últimos 2 anos, reforçar a nossa oferta internacional, de outra forma, provavelmente, não teríamos alguns grupos em Pombal, mas também tem permitido apresentar programas em diferentes palcos da cidade, ou seja palcos mais formais e palcos também mais informais, como o Castelo e a Praça Marquês de Pombal. Estes projetos internacionais acabam também por promover o intercâmbio entre culturas que consideramos ser muito importante para todos.

Este ano a segunda edição do festival “Manobras” que vai terminar na próxima quarta-feira, a nível nacional, em Pombal, portanto a festa de encerramento no Jardim Municipal e no Café-concerto, acho que foi também mais uma vez, um veículo importante para a promoção de novas formas artísticas e também para a apresentação de uma programação mais erudita. Ainda há 15 dias assistimos a um espetáculo de ópera Barroca com marionetas, um programa que é pouco comum no nosso território, portanto, acho que esta oferta diferente também acaba por ser uma mais valia para marcar o nome de Pombal na área da Cultura.

Em 2019, a ARTEMREDE vai também permitir não só consolidar a oferta internacional, mas também a formação de técnicos municipais em diferentes áreas, e quando estamos a falar de técnicos municipais estamos a falar de técnicos desde a educação até ao teatro, até à Biblioteca,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

portanto, é transversal a diferentes áreas do município e também iremos desenvolver alguns programas culturais com a comunidade.

No festival Sete Sóis Sete Luas que é um programa já com mais alguma maturidade, este ano fizemos com a associação e com um consórcio de 11 cidades, uma candidatura à Europa Criativa, que foi aprovada, no montante de 200.000 euros, e vai ser mais uma oportunidade de nós envolvermos os nossos músicos amadores em residências artísticas com músicos internacionais, profissionais e vai ser uma oportunidade também para envolver os jovens músicos e promover a partilha cultural. Eu acho que o festival Sete Sóis Sete Luas tem sido, sem dúvida, uma das boas apostas do município, nomeadamente na divulgação e na formação dos nossos jovens.

Aqui nestes 12 parceiros, apenas 2 cidades portuguesas, portanto, só está Pombal e Alfândega da Fé, o resto será são tudo cidades fora do território nacional. Iremos continuar, dada a importância com a aposta nas parcerias com as entidades locais, com a programação diferente em espaços culturais e a animação de rua. Parece-nos que estas opções têm também aproximado a comunidade da cultura e tem potenciado a fruição da nossa cidade e, por isso iremos continuar a apostar nestas vertentes. Iremos reforçar também a interligação com associações culturais e manteremos o apoio como é visível aqui no PAM, o apoio aos diferentes agentes económicos. Em termos de novas infraestruturas na área da Cultura, em 2019, contamos se tudo correr bem, abrir as portas da Casa Varela ao público, criando na cidade mais um espaço multidisciplinar que irá albergar diferentes valências artísticas.

No turismo, um património natural do nosso concelho e é, sem dúvida, uma riqueza ímpar e parece-nos que impera a promoção do território também a criação de uma oferta de turismo de natureza devidamente estruturada, portanto, temos consciência que aqui precisamos de trabalhar no sentido de ter uma oferta estruturada. Nós temos nos últimos meses, submeti várias candidaturas com o objetivo de captar algum financiamento para estas matérias mais turísticas, aguardamos a aprovação de uma candidatura para criar 4 percursos pedestres na Serra de Sicó, são trilhos circulares que se desenvolvem ali nas aldeias serranas, nos Poios, Pousadas Vedras, nas Ereiras e no Vale, uns com mais dificuldade, uns maiores, uns mais pequenos, num total de 44 quilómetros e, portanto, esta candidatura tem não só a criação destes percursos, mas também simultaneamente a criação de um projeto de geocaching numa parceria que desenvolvemos com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Além disso como está também nosso PPI e como tinha sido já anunciado, nós iniciámos o estudo, fizemos um estudo prévio para a construção da ponte sobre o Vale do Poio, temos o estudo onde estão vertidas 3 opções de cotas e também 3 extensões de tabuleiros, mas achamos que esta aposta será também importante para potenciar o turismo na região Centro, tanto a nível nacional com internacional, eu lembro de uma reunião que tivemos com o Turismo de Portugal e que eles acharam de facto, bastante interessante esta ponte e agora em 2019 aquilo que iremos fazer é elaborar o estudo técnico para posteriormente pedimos os pareceres junto das entidades competentes. Estas ofertas que falámos ao nível da Serra são ofertas que acabam por proporcionar, se assim se pode dizer, a simbiose entre o turista a natureza e na nossa opinião, irão acrescentar também valor ao posicionamento que se pretende para “o Explore Sicó” como porta de entrada para o território da Sicó. No âmbito do programa “Valorizar”, estamos a desenvolver, neste momento, uma candidatura à linha da sustentabilidade, teremos que submeter até ao final do ano com o objetivo de financiar alguns conteúdos, para o Explore Sicó onde se inclui a maquete digital 3D. Há pouco o Senhor Vereador Michäel António falava do projeto, é verdade a obra está parada, temos o resumo das principais alterações que foram feitas ao projeto inicial, mas os conteúdos têm que ir andando em paralelo para não se correr o risco da obra terminar e este trabalho não estar desenvolvido.

Ainda no turismo natureza, o Senhor Presidente teve oportunidade de falar na Praia do Urso, nós apresentámos este ano já, uma candidatura ao “Valorizar”, no valor de 1 milhão de euros com um objetivo, era um projeto que se chamava “A nossa costa da Baleia ao Urso” e era um projeto que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

incluía não só a ligação entre as 2 praias, portanto, um passadiço de cerca de 4 quilómetros que liga a Praia do Osso da Baleia e a praia do Urso, mas também a requalificação do parque de estacionamento e requalificação do parque de merendas, portanto, o grande objetivo é nós criamos outras condições de fruição daquela daquela beleza natural e única a que felizmente mais junto à costa, não foi afetada pelos incêndios do ano passado e portanto, como dizia o senhor Presidente, nós temos os projetos elaborados agora aguardam pareceres para se tentar avançar o mais rapidamente possível com que com estas obras. Em relação à Praia do Urso estão feitas as diligências, à partida iremos utilizar os aceiros existentes e, portanto, aquilo que vamos propor ao ICNF é que se promova o alargamento e a compactação dos aceiros que já existem de acesso à praia, será um praia natural e, portanto, que terá apenas um pequeno apoio e vigilância balnear.

Ainda no turismo, o senhor Presidente teve também oportunidade na reunião de preparação de explicar aos senhores vereadores, queríamos promover mais o turismo nas nossas freguesias e aproveitar as antigas escolas primárias, isto é uma ideia que já vem do passado, que nós já tentámos desenvolver, mas de facto, chegamos à conclusão que o município não tem competência para explorar hotelaria ou restauração e, por isso aquilo que estamos neste momento a avaliar é um modelo de concessão a privados, das antigas escolas primárias desativadas, pretendendo com isto não só dar uma nova vida, potenciar a economia local, mas também dar vida àquelas escolas que tem uma história e que podem ser, de facto, utilizadas com fins turísticos.

Para terminar, eu acho que não vou me alongar muito mais, eu acho que, termino então só dizendo que, de facto, acho que é clara a nossa preocupação em continuar a fazer mais, em tentar fazer melhor e sempre com a visão de proporcionar o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos nossos, da nossa população nas diferentes, nas diferentes áreas e, portanto, Senhor Presidente, vou passar ao meu colega."

Presidente da Câmara:

"Muito bem, muito obrigado, Senhor Vereador Pedro Brilhante, depois de terminar faremos o resto das intervenções."

Pedro Brilhante (Vereador)

"Muito obrigado senhor Presidente.

Bem compete-me então apresentar aquilo que são as opções e as apostas que queremos fazer para as áreas que me estão tuteladas ou que estão sob a minha tutela, nomeadamente o desporto, a juventude, as florestas e também aqui as normativas dos equipamentos, tentar ser mais explicativo naquilo que entendo que devem ser as nossas apostas de requalificação e nas novidades que tentamos introduzir agora para este novo ano e projeta-las também para os anos seguintes, obviamente, ser um pouco mais rápido naquilo que o senhor Presidente já fez e muito bem, referência, relativamente àquilo que são também matérias que terei tratar no próximo ano e nos anos subsequentes, a primeira, relativamente ao desporto de referir aqui unicamente o único número deste orçamento que terei o prazer de indicar, são cerca de 2 milhões, praticamente 2 milhões e 700 mil euros dedicados ao desporto e, portanto, este também é um valor muito alto e que tem aqui também vertido aquilo que é, de facto, a aposta do Município amigo do Desporto e que aposta no desporto e nas suas várias vertentes, não só na parte competitiva, mas na parte de lazer também e é nesses pontos que verdadeiramente nos vamos focar não só este ano, mas também nos anos seguintes.

A construção da nova pista de ar livre, o senhor Presidente e muito bem já referiu que é uma aposta a começar a concretizar no próximo ano e esta é uma daquelas indicações, uma daquelas apostas que temos tido a possibilidade de referenciar já há algum tempo e perceber que este ano, reunimos as condições para que ela possa ser vertida para a realidade e que nos dê também aqui outras possibilidades não apenas do recreio, mas também outras especialidades que são abertas a partir do momento em que esta instalação estiver operacionalizada estiver, evidentemente ao serviço dos pombalense ao serviço do desporto também em Pombal, é portanto, uma grande obra, é uma obra



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

de grande referência que deve ser mais uma vez de salutar esta aposta do Município. Depois falar de um processo de requalificação que vamos dar início este ano, relativamente aos pavilhões que estão a cargo do Município, evidentemente que temos as dotações necessárias já inscritas no orçamento, mas referenciar aqui a questão do pavilhão da Caldeira que será este ano e queremos que este ano comecemos a construir verdadeiramente o Centro de Alto Rendimento de Karaté no nosso concelho, acrescentar a este ponto também que temos feito uma aposta no Karaté muito forte, que temos mantido uma estreita relação com a Federação de Karaté Nacional e que isto também vai ser vertido naquilo que são as captações de grandes competições nacionais para o nosso território, ainda a semana passada tivemos o prazer de ter algumas provas, uma prova nacional de karaté no nosso território a realizar na Expocentro, com mais de 600 atletas, julgo que foi a segunda jornada olímpica, do torneio olímpico que é feito, das jornadas olímpicas que são feitas pela Federação de Karaté e portanto, estamos hoje no epicentro daquilo que é a grande aposta portuguesa no karaté e que será também uma das novidades nas Olimpíadas do próximo ano, nas próximas Olimpíadas e, portanto, Pombal também aqui estará na linha da frente e, portanto, esta aposta é para começar também ser feita. Falar do pavilhão Eduardo Gomes, temos previstas também algumas requalificações, é conhecido os vários processos pelos quais aquele pavilhão passou, é evidentemente ainda hoje, o pavilhão mais emblemático do nosso concelho, o maior pavilhão, aquele que recebe mais provas e aquele que tem mais competições nele a decorrer e que, portanto, terá de merecer também aqui da nossa parte alguma atenção, nomeadamente naquilo que tem a ver com a requalificação do seu piso e isso está a ser estudado neste momento e também alguns apontamentos que queremos dar-lhe para que ele possa continuar a servir e como tem servido e muito bem o nosso desporto em Pombal e e passa muito por aquele pavilhão, aqueles que foram atletas como eu, e muitos que estão nesta mesa sentados, com certeza que terão, porque passámos lá todos grandes recordações naquele pavilhão que nos serviu a todos com com grande mestria e pretendemos que assim continue.

O pavilhão das Meirinhas evidentemente, tem também algumas obras de beneficiação e alguns apontamentos que têm que ser tidos em conta e estamos em cima disso e falar de algo que já aconteceu, mas que terá agora efeitos no próximo ano desportivo, que tem a ver com a requalificação do pavilhão das Atividades Económicas, de facto, é perceptível que hoje temos um piso novo, temos linhas novas e preparámos o pavilhão para uma nova fase da sua vida desportiva. Hoje se visitássemos o pavilhão percebemos que no limite do pavilhão, hoje conseguimos ter uma bancada total num dos topos do pavilhão, o que permite que os jogos, permite agora realizar os jogos dos escalões mais baixos naquele pavilhão que até hoje não era possível. Conseguimos deslocar as linhas um pouco mais para baixo criar uma zona de bancadas total para que os pais possam assistir aos jogos dos seus filhos e para toda a gente possa assistir aos jogos que ali são realizados, mas a partir deste momento, o pavilhão das Atividades Económicas está verdadeiramente equipado e é possível agora de fazermos lá competições, para os mais jovens, desde os das escolinhas, aos benjamins, aos iniciados, a partir de hoje, esse processo é já possível e, portanto, foi também uma requalificação que este executivo por estratégia definida pela maioria dotou também este nosso equipamento, que agora pode servir mais pombalenses e de outra forma.

De falar também e mais rapidamente porque o senhor Presidente também tocou nisso, a revisão do programa de apoio desportivo, este é um compromisso deste executivo e que pretendemos realizar já para o próximo ano, por isso também a dotação orçamental, o reforço da dotação orçamental que aqui está vertido e é muito na base daquilo que o senhor Presidente disse e muito bem, é tornar a coisa mais justa entre aqueles que sustentam os seus próprios equipamentos e aqueles que utilizam os nossos equipamentos e que possam ter esta base igualdade maior. Queremos preparar também, uma outra fase que pode ser concretizada já ou mais para a frente, de permitir também que os cálculos dos apoios sejam feitos por atleta e não pelas equipas no seu todo. Isso é algo que queremos fazer com que possa ser paulatinamente concretizável, porque achamos que verdadeiramente Pombal é daqueles concelhos que apoia mais o desporto e sobretudo apoia os



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

juvens desportistas e nós temos essa consciência, apoiamos praticamente, quase em média perto de 150 euros por ano em atleta, o que é uma enormidade relativamente a outros concelhos e, portanto, gostávamos que isso também fosse vertido na atribuição ou na forma de atribuir, que isto ficasse a ser consecutivo mais para a frente.

Falar do desenvolvimento de um projeto, do alargamento um projeto e aqui feito em estreita colaboração com a minha colega Ana Cabral, porque se trata de desporto e também da ação social e, portanto, o alargamento do programa “desporto para todos” passar a abranger todas as freguesias do concelho de Pombal e permitir que aquilo que já hoje fazemos em Pombal para os nossos seniores, para os nossos seniores atletas possa ser vertido também nas restantes freguesias e este é um projeto que estou a desenvolver em estreita colaboração com a Ana Cabral, minha colega e, portanto, vamos partilhar este projeto que eu acho muito muito interessante e que vinha vertido também no nosso programa eleitoral que o senhor Presidente também a tempo foi destacando com a propriedade que lhe merece, obviamente que é um programa muito importante.

Estamos também aqui a criar um estudo, o novo estudo para um projeto que queremos implementar, ou que pretendemos implementar nos próximos anos, a criação de um circuito de caminhadas pelas freguesias com um objetivo simples, nós já temos algumas caminhadas aqui em Pombal, são dois circuitos que estão identificados, queremos fazer-lo também em cada uma das freguesias, a a começar e a acabar na junta de freguesia própria. Isto é um estudo que estamos a fazer agora, vamos lançá-lo para o próximo ano e será uma das novidades que também gostaríamos de aqui introduzir.

Falar muito rapidamente do Centro de Estágio Desportivo que tem uma dotação orçamental definida, aqui é mais a estratégia que queremos implementar, é perceptível hoje, eu fui também dizendo isso ao longo das minhas intervenções nesta Câmara, que temos um objetivo definido por este executivo, de atrair cada vez mais competições de nível nacional e internacional para que possam existir em Pombal, competições de nível daquilo que nós conseguimos verdadeiramente captar, são competições nacionais e, portanto, é também importante começarmos a pensar neste projeto Centro de Estágio Desportivo, que terá de ser definido com tempo, mas que é também aqui vertido no orçamento municipal e que tem esta nossa vontade aqui vertida.

Obviamente continuar a aposta no desenvolvimento das nossas provas, a corrida dos Gambuzinos e o Trai do Sicó, este ano vertido, voltaram a bater os recordes de participação e, portanto, são duas apostas mais do que ganhas deste município, portanto são para continuar a ser aposta também do município, a corrida do Bodo já uma prova muito emblemática, não só no calendário dos pombalenses, mas também no calendário nacional e é hoje uma grande referência de finalização de provas de corrida e, portanto os atletas de todo o país, também vêm para Pombal, querendo aqui encerrar a sua época desportiva, o que também muito nos honra e que permite perceber também que os atletas nacionais olham para Pombal desta forma. Não temos grandes possibilidades de aumentar o número de atletas, porque o espaço assim não o permite, mas permite-nos, visto que chegámos a um patamar de maturação grande da prova, de continuar a apostar nela para que ela possa aumentar qualitativamente. Existem duas renovações que queremos fazer, do ponto de vista daquilo que é o desenho da prova, relativamente ao BTT/ Gambuzinos reformular o modelo e dar-lhe uma outra roupagem e Pombal Athletics, tivemos uma reunião com a ADAL e há aqui uma intenção de, ou pelo menos uma proposta e passamos a ter o Pombal Athletics vertido num novo meeting, num novo meeting desportivo no nosso concelho.

Passando à parte da Juventude, o parque radical o senhor Presidente já o enunciou, que já é uma proposta antiga e que este ano queremos concretizá-la, temos nova localização, temos um novo projeto, queremos discuti-lo em CMJ, em conselho municipal da Juventude e com a juventude e os seus praticantes e, portanto creio que estamos em condições este ano, no próximo ano 2019, peço desculpa, de ver concretizado este grande projeto de da Câmara Municipal.

Eu julgo que já tinha até referido, no último ano, o parque radical mais junto à zona desportiva,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

permitindo que ele esteja mais conexo com os outros equipamentos desportivos e essa também a estratégia que queremos dar a zona desportiva, mais uma ideia de cidade do desporto, do que propriamente a alguns apontamentos dos equipamentos mais distantes uns dos outros. Queremos uma concentração mais consistente para que os equipamentos também possam ter outro tipo de viabilidade. Obviamente a reforçar aqui também a semana da Juventude, o Click volta a ter uma dotação muito generosa da parte deste município e volta aqui a ver reforçado aquilo que é a aposta do município na juventude. O programa “jovem autarca” também queremos que seja implementado este ano, é outro dos programas que estou a desenvolver em estreita colaboração com a minha colega Ana Cabral, devido à parte educação e queremos muito que este programa veja a luz do dia já no início do próximo do próximo ano letivo para permitir que os jovens pombalenses tenham também mais esta possibilidade de intervir politicamente e de intervir politicamente no seu concelho. Esta é uma das coisas a que nos propusemos no início do mandato, era tornar mais visível a participação cívica dos jovens do nosso concelho e, portanto, é isso também que queremos ver vertido já no próximo ano.

O programa operacional “tempos livres”, os designados ATL é uma promessa minha ao senhor Presidente, este ano vemos um novo programa de ATL sub 15, a ser implementado no nosso concelho e acho que esta é daquelas matérias que eu sei que temos tido de grande grande vontade de implementar e, portanto, este ano também temos um reforço da dotação na verba orçamental e queremos verdadeiramente vê-lo a acontecer já no próximo ano de 2019.

Dizer para acabar a parte da Juventude, que tudo isto terá que ser visto e revisto e trabalhado em Conselho Municipal da Juventude foi também isso que nos propusemos e, obviamente, permitir que, através possivelmente de uma visão simples do regulamento que outras associações e outros grupos jovens possam também juntar-se ao Conselho Municipal da Juventude para dotá-lo também de uma outra complexidade, que eu acredito que existe ali muito potencial e que deve e merece ser trabalhado e que, da nossa parte, mas será também essa atenção.

Do ponto de vista das floresta e agricultura, o novo procedimento para limpezas, a dotação que está inscrita, hoje temos uma experiência diferente daquela que tínhamos no ano passado relativamente a estas limpezas, esperamos também que o ICNF nos informe com mais muito mais antecedência, das freguesias prioritárias e de toda a matéria legislativa que vai estar ligada a este processo que para nós merece também uma atenção especial. Introduzir aqui e deixar também uma nota àquilo que foi a apreciação do presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes, na última Assembleia Municipal, de que também gostávamos de ter uma atenção para com os caminhos florestais que já estão abertos e que já existem e queremos dotá-los também de alguma manutenção e perceber como é que podemos fazer esta manutenção. Criar aqui também um procedimento para a limpeza destes caminhos florestais. Queremos também fazer já o início da promoção da III Feira Nacional da Floresta já em 2019, não só em feiras da especialidade, em revistas da especialidade, bem como em comunicações que queremos começar a fazer já no ano de 2019 para projetar a próxima Feira Nacional da Floresta, que será em 2020 mas começar começar desde já a fazê-lo.”

Presidente da Câmara:

“Vamos terminar senhor Vereador, já são 12 minutos de intervenção.”

Pedro Brillhante (Vereador):

“Peço desculpa, estou mesmo a acabar, a terceira equipa de sapadores, o senhor Presidente já falou e muito bem, também a questão dos regadios já estamos na fase final e, portanto, estamos em fase protocolar em ambas e, portanto, em fase de finalização de forma muito geral.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Dra. Ana Cabral, se faz favor.”

Ana Cabral (Vereadora)

“Muito boa tarde, ainda antes de expor as nossas ideias para estas opções que hoje vos trazemos aqui, permitam-me que volvido um ano de mandato, não poderia deixar de referir e agradecer a todos os colaboradores do município que comigo trabalham direta ou indiretamente, o apoio, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

empenho, o profissionalismo e a dedicação, sem esse trabalho não conseguiríamos cumprir as nossas metas e não estaríamos aqui hoje com energia e esperança renovada, mas também a cumplicidade que estabeleci longo deste ano com os senhores presidentes e senhoras presidentes da junta, com as diversas Associações e Instituições locais, com as escolas e com o cidadão comum, permitindo uma ação estratégica coerente com as necessidades reais do nosso território.

Por último, mas não menos importante, o agradecimento aos meus colegas de Executivo, ao Senhor Presidente da Câmara e também aos senhores vereadores da oposição, como é lógico, pela forma como conseguimos aprender todos os dias e, como eu consegui ter aprendido todos os dias para conseguir da melhor forma cumprir a minha missão, portanto, a todos muito obrigado. À equipa com que trabalho diariamente, colegas Vereadores e Senhor Presidente da Câmara, também não posso deixar de agradecer, porque conseguimos definir uma estratégia política nas várias matérias, com dignidade, com ponderação e honestidade, no cumprimento da nossa missão política, a todos muito obrigada,

Agora sim, passando à proposta que trazemos hoje. Eu não me vou deter nas atividades que estamos a pensar, que propomos, porque essas estão no documento, o que me interessa, neste momento, é o deixar presente e partilhar convosco o porquê, de facto, destas opções, o porquê destes números e o porquê deste trabalho refletido e focado em determinadas matérias.

Nas matérias que me dizem respeito, eu entendo que é de total coerência com a que propusemos no início do nosso mandato, uma opção política clara, em valorizar as funções sociais, melhorando a qualidade de vida das pessoas, das famílias, o que se irá refletir em ganhos sociais económicos e de bem estar no future. Queremos continuar a melhorar a qualidade do ensino e a equidade no acesso ao mesmo apostando numa rede escolar de proximidade e com boas condições físicas para a atividade educativa, mas também com projetos que permitam às nossas crianças e jovens ter contacto com mais experiências e adquirir um leque mais variado de competências. Esta é a melhor forma de capacitar para o futuro e de garantir que a educação desempenha o seu papel de elevador social, garantir a todos o contacto com experiências e com realidade que só estavam acessíveis alguns, é essencial para reduzir a desigualdade nas suas oportunidades de vida e aqui o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades municipais são bem expressivos, as obras que foram mencionadas pelo senhor presidente da Câmara e que têm um valor, um investimento que ronda cerca de 5 milhões de euros, mas que permite e isso é importante em todo o concelho, esta equidade, as condições físicas vão ser seguramente, uma mais-valia e não uma limitação ao processo educativo em que queremos que os professores, educadores e crianças possam concentrar-se naquilo que é o seu papel neste processo, dispondo para isso as melhores condições, esta aposta na melhoria das condições físicas dos espaços dedicados ao ensino converge para uma maior equidade e igualdade de oportunidades e tal como há um ano atrás priorizar ou priorizávamos a intervenção da manutenção de edifícios mais antigos, que terminámos, que concluímos no início deste ano letivo, estavam prontos a funcionar o Travasso e Escoural, também em 2019 priorizámos, iremos fazer intervenção, manutenção nos edifícios mais antigos e com maior expressão na EB, na Escola Básica e Jardim de infância da Moita do Boi. O reflexo deste investimento pode verificar-se os montantes na componente também socioeducativa, quer do desenvolvimento da educação pré-escolar, no programa de expansão, atividades animação de apoio à família, as refeições, os transportes como também já disse e tem sido dito por diversas vezes neste órgão e mencionado por diversas vezes pelo senhor presidente da Câmara, mas pensa a educação, é um desafio de centrar o olhar para a cidade, para o concelho onde as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu superior interesse. É antecipar dificuldades e tomar decisões, é optar por uma atitude preventiva e pró-ativa. E podemos afirmar que devíamos assumir a educação como pilar de desenvolvimento, não só nos contextos formais como também os contextos informais. O programa municipal de potenciação de sucesso escolar é uma das nossas opções políticas e educativas desde 2014, da qual nos podemos orgulhar, pois encara a formação dos cidadãos como



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

um processo que implica a consciencialização e compreensão das causas dos problemas desenvolvimento e desigualdades. Se precisamente a 20 de dezembro de 2017, aquando a proposta de Orçamento para 2018, mas comprometemos a avaliar o quarto ano do programa de potenciação do sucesso escolar e trabalhar com os agrupamentos de escolar, perspetivando o início do programa no segundo ciclo, hoje para além de termos cumprido, fomos mais além, temos já protocolado com os agrupamentos de escolas, iniciado rastreio universal nos alunos do quinto ano de escolaridade para inicie o programa que desenvolve um treino de competências não cognitivas de jovens em risco, numa abordagem fora da sala de aula que inclui a família, professores e a comunidade educativa. Ir mais além, passa também por apostar em garantir bons padrões de qualidade, na educação pré-escolar e apostámos também na implementação do programa “Ler antes saber ler” já iniciado também o rastreio universal. Claro que apostar positivamente exige maior investimento nos técnicos especializados e em simultâneo, a sua formação e capacitação o que também estava vertido na nossa proposta, nestes documentos que hoje apresentámos. Reforçando a nossa ação num território educador que promova o desenvolvimento sustentável e inclusive, iremos dar continuidade aos programas já implementados, reforçando conteúdos e materiais, em suma, inovando. Os programas no âmbito da Educação para a cidadania e inclusão, nomeadamente o projeto de apoio e recursos para autismo, projeto “PARA” como já foi aqui mencionado pelo senhor presidente da Câmara e o projeto “Intervir, Integrar, Incluir”, os 3I’s com a comunidade cigana. Iremos também dar continuidade ao programa de educação para a saúde, no desenvolvimento de um plano integrado de promoção da alimentação saudável e atividade física, cujo grupo de trabalho já está constituído com vários parceiros, desde a educação à saúde, do município e de juntas de freguesia envolvendo as comissões de freguesia para desenhar um plano de ação local 2019/2020 com esta preocupação. Também o “LikeSaude”, neste momento já alargado, digamos já alargado em 2019 para os jardins de infância e o primeiro ciclo. Também na educação ambiental, “Água Doce, fluir com o rio”, um programa de âmbito educação ambiental nas escolas, para educação pré-escolar e primeiro ciclo e dar continuidade, como é óbvio, ao Eco-escolas, que é sobejamente conhecido por todos. Neste momento o programa “Literacia da leitura” já em curso na Biblioteca Municipal, Pombal passará também para a área da educação, irá ficar na Divisão da da Educação e, portanto, será também mais um recurso, mais uma matéria, que vai querer nossa especial atenção, mas queremos apoiar as escolas na afirmação como comunidade de aprendizagem, abertas, intervenientes e para isso propomos novos inovadores programas, assentes em contextos de governação integrada, num pressuposto de trabalho colaborativo com os agrupamentos de escolas, com as juntas de freguesia, com as associações de Pais e com as famílias e para 2019, nós propomos, no âmbito da programação robótica apoiando as escolas no desenvolvimento da literacia digital.

No âmbito da prevenção rodoviária, privilegiaremos a beneficiação de equipamentos de recreio, mas indo mais além, valorizando a importância de brincar nos recreios e potenciando espaços lúdicos e bibliotecas dos centros escolares, para criar ambientes favoráveis ao estar em família, este é um propósito da 2019 que vai ser cumprido, porque já começámos a trabalhar nele, já foi avaliado em 2017, como eu referi, foi primeiro avaliado, ponderado, e trabalhado com os vários parceiros e agora está pronto para ser aplicado em 2019. Estamos ainda a trabalhar uma proposta objetiva de acordo com indicadores previamente estabelecidos, o aumento da resposta “Cresce” no concelho, este é mais um exemplo em que o Município identifica uma falha do Estado Central naquela em que é a sua obrigação de proporcionar acesso universal e equitativo aos serviços de educação e apoio à família, à infância e intervêm garantindo que em Pombal, as famílias merecem um lugar de topo na agenda política, o conceito comunidade educativa implica investimento da comunidade na educação, mas implica também uma abertura e um alargamento dos espaços e dos profissionais de educação a toda a comunidade.

Este é o nosso desígnio, ter uma comunidade verdadeiramente comprometida e envolvida na formação daqueles que, sendo o nosso futuro devem também ser parte presente, essencial do nosso presente. Nas propostas de investimento, desenvolvimento social e saúde estão vertidas as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

prioridades que definem também estas políticas, para além dos investimentos na aquisição dos veículos, dos apoios às IPSS para concretização de obras, elaboração de projetos e aquisição de equipamentos, iremos privilegiar a continuidade do investimento na reabilitação e beneficiação da habitação e habitações sociais, a continuidade e maturação das comissões sociais de freguesia, sabendo que estas decorrem da legislação em vigor, temos que salientar que Pombal imprime um ponto inovador e é isto que importa referir, investir dotando as freguesias de apoio financeiro que possibilite a contratualização de um técnico superior para que essas comissões sociais de freguesia consigam efetuar, de facto, trabalho, este trabalho já implementado nas várias freguesias do nosso concelho já com resultados visíveis, propõe a proximidade e o apoio às famílias que têm menos condições, com uma estrutura familiar menos organizada e que estão menos bem instaladas proporcionando aos seus filhos melhores condições de desenvolvimento, permitindo que o isolamento e também permitindo a esbater o isolamento nos mais idosos.

Vamos também dar continuidade ao programa “AMPAHRA”, dizer-vos que, o programa está, neste momento, - e também como previsto no seu regulamento, - a ser avaliada por uma comissão de avaliação externa e que parece-me que no próximo mês terei já o resultado e perceber se de facto, poderá ter outros contornos, este programa “AMPAHRA”. Também a teleassistência que, até ao momento tem estado e já é um programa que vem sendo, implementado há diversos anos pelo município, nós queremos ir um pouco mais além em 2019, com acesso a novas tecnologias de comunicação, esbatendo também este isolamento da população idosa.

E são estes desafios que se apresentam para nós uma prioridade política. Paralelamente desenvolvemos várias iniciativas de promoção da atividade física e intelectual nesta população. Estamos conscientes que uma cidade, um concelho, não se torna amiga dos idosos como ilhas isoladas, mas sim com uma abordagem holística, com impacto em todas as áreas que influenciam a vida dos idosos. Não se trata apenas de facilitar a vida das pessoas mas de lhes permitir usufruir plenamente, e em segurança, daquilo que os rodeia, a começar pelo espaço físico e a terminar nas ligações sociais. A possibilidade de viver em casa e de estender essa vida à comunidade envolvente obriga a considerar vários níveis de intervenção e são estes vários níveis de intervenção que estão a ser pensados pelo Município, pelos seus parceiros sociais que trabalham diariamente para ver concretizada uma estratégia alargada de promoção do envelhecimento ativo e saudável, bem como dos vários desafios que irão permitir olhar para estas matérias com uma nova abordagem. Assim nesse trabalho de pareceria, queremos em 2019 concluir o plano integrado do envelhecimento ativo, também a capacitação de cuidadores especializados ou preparação de formadores informais é uma prioridade nas nossas ações, já estão planeados para 2019, a partir de fevereiro, as primeiras ações dirigidas a estas pessoas.

A necessidade identificada no diagnóstico social, da criação de um sistema de informação e comunicação que permita a difusão de trabalho em rede, que está já a ser desenhada, um trabalho articulado ainda entre a unidade de informática do nosso município e a secção de ação social e será, de facto, um avanço estratégico na área da comunicação e também virá a permitir a disseminação de práticas e resultados, mas outras medidas nos movem como o Município familiarmente responsável, que somos.

O investimento na ação social escolar e particularmente no apoio extraordinário às famílias numerosas aumenta para 2019. Um apoio também reforçado na aquisição de material escolar, cuja proposta da Câmara aumenta as verbas disponibilizadas às famílias mais numerosas.

Iremos, em 2019, trabalhar num programa que assenta no apoio e realojamento de pessoas em situações vulneráveis, queremos promover Pombal como um concelho cada vez mais amigo das famílias, das crianças e dos idosos, proporcionadas as condições ideais para a fixação de famílias jovens, mas também garantir que aqueles que já cá vivem, há muitos anos, tenham condições para realização plena das suas aspirações e projetos de vida, qualquer que seja a fase da vida em que se encontrem.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Presidente da Câmara:

“Senhora Vereadora, muito obrigada, foram também 14 minutos de intervenção e, portanto, vamos então ouvir as intervenções dos senhores vereadores, quem quer usar da palavra? Senhor Vereador Michäel António, se faz favor.”

Michäel António (Vereador):

“Senhor Presidente, como eu disse há pouco e não me vou repetir sobre a não entrega dos documentos atempadamente, vou-me cingir mais aquilo que foi a apresentação das linhas mestras dos documentos previsionais na terça-feira, da breve reunião que tivemos, porque, Senhor Presidente, como sabe, chegou mais de uma hora atrasado, porque preferiu ir dar uma entrevista à SIC e deixar-nos uma hora e tal à espera, mas isto são as suas opções, eu teria feito de forma diferente.

Apraz-me dizer, senhor Presidente relativamente aquilo que eu tive oportunidade de ler na diagonal, porque volto a repetir são documentos eminentemente técnicos e que determinam os destinos do concelho para o ano inteiro e preveem as políticas para os restantes anos do PPI. O que me apraz dizer e infelizmente, porque não é com agrado nenhum que eu digo isto, é que em Pombal nada de novo tirando a propaganda que essa é muita e as coisas para mim e na minha opinião, estão piores. Houve uma coisa que me saltou à vista, que são as medidas de orientação para execução orçamental, onde vem aqui referido, nos termos do regime financeiro das autarquias locais, entidades intermunicipais, a Lei 73/2013, que orienta a forma como se elaboram os orçamentos, a sua execução, etc. e saltou-me à vista o artigo 4º - gestão de contratos, e diz o seguinte: a execução do contrato em desrespeito dos termos contratuais, por exemplo, limites temporais ou financeiros, os limites temporais -, infelizmente já sabemos que as obras andam todas atrasadas e não há nenhuma ou quase nenhuma que seja entregue em prazo e é da exclusiva responsabilidade dos respetivos serviços municipais e sua hierarquia e, portanto, fica já aqui um alerta, eu vou votar isto contra evidentemente, aliás, vou votar contra os documentos provisionais, vou já explicar porquê, mas não na brevidade que tive ou do pouco tempo para analisar e fui ver a lei, porque estava a causar-me alguma impressão que a lei dissesse expressamente que as responsabilidades seria exclusiva dos serviços municipais e sua hierarquia. Portanto os eleitos políticos aqui nem sequer vêm referidos. E a lei diz o seguinte: no tal artigo 46, número 1, alínea d), que o orçamento municipal inclui, nomeadamente, os seguinte elementos e a última alínea d) articulado com o que contenha as medidas para orientar a execução orçamental, sejam eles quais forem, faz-me muita impressão, a ligeireza com que se decide logo responsabilizar exclusivamente os serviços municipais, como se os políticos com as ordens que emanam de cima, nunca tivessem nada a ver com o assunto. Eu podia dar só um exemplo que é o CIMU-SICÓ. Está dito e ponto final.”

Presidente da Câmara:

“E o muro de Abiúl.”

Michael António (Vereador)

“Senhor Presidente não me interrompa, porque eu estive aqui uma hora e meia a ouvir, o resumo, o detalhe, etc. o senhor há bocado...”

Presidente da Câmara:

“E o senhor aprendeu alguma coisa.”

Michael António (Vereador)

“Ó senhor Presidente não me interrompa, o senhor há bocado, leu inclusive no PAOD, o programa do Dia do Município, porque o senhor não tem um convite para nos entregar, que eu depois lia e se quiser divulgar, divulgue pela Internet pelo amor de Deus.”

Presidente da Câmara:

“Não sei se terá tempo para fazer.”

Michael António (Vereador)

“Estava eu a dizer que quero deixar o alerta aos dirigentes desta casa, em que as obras andam todas atrasadas, o alerta para o artigo 4º que comina a responsabilidade exclusiva e depois, os



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

factos comprovativos do desrespeito, referido no número anterior, devem ser comunicados pela hierarquia destes serviços à unidade jurídica, para apuramento de eventuais responsabilidades.

Pronto, adiante, isto era um alerta, senhor Presidente, este não é certamente o nosso orçamento nem são as nossas GOPS, como os senhores sabem, não é nosso PPI nem o nosso PAM é o vosso e o da maioria.

Eu faria certamente muito diferente, não me canso de o dizer e para o senhor Presidente não vir logo com agilidade com que costuma vir; a tentar ridicularizar os outros, que nós votamos contra, como ainda há pouco tempo fez em relação ao Partido Socialista, mas depois não há propostas alternativas.

Senhor Presidente, eu vou já lhe dizer o que faria diferente, em termos muito genéricos e abstratos, porque eu gostava que tivesse conseguido apelar à vossa capacidade de resumo, porque aquilo que eu tive aqui a ouvir, com o devido respeito, devia ter sido mais resumido, deveriam ter sido as linhas mestras e depois aquele detalhe, de continuidade e vamos a continuidade, isso já gente sabe.”

Presidente da Câmara:

“Você fala no artigo 4º.”

Michael António (Vereador)

“Eu ouvi coisas, estive aqui pacientemente a ouvir tudo o que os senhores decidiram falar e os senhores não conseguem estar 30 segundos sem interromper os outros. Respeitem, em democracia, as outras pessoas quando elas estão a falar.”

Presidente da Câmara:

“Não se sente substância, não há substância.”

Michael António (Vereador)

“Com esse sorriso irónico, com esse sarcasmo, esse é seu ADN e a gente já sabe qual o grau de respeito que o senhor tem pelas outras pessoas.”

Presidente da Câmara:

“Quando não se lê, não se pode falar das coisas.”

Michael António (Vereador)

“Como eu dizia há pouco, eu estava no licenciamento do Centro de meios aéreos, a pista de ultraleves ...”

Presidente da Câmara:

“Por isso é que ela não funciona, já percebeu? Quando se herdaram coisas clandestinas, não podem funcionar.”

Michael António (Vereador)

“Quando o Senhor se dignar a dar-me a palavra novamente, eu falo.”

Presidente da Câmara:

“Faça favor.”

Michäel António (Vereador)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. A pista de ultraleves começou pelo telhado como o senhor sabe.”

Presidente da Câmara:

“Não se perca em detalhes.”

Michael António (Vereador)

“Não importa quem, começou pelo telhado.”

Presidente da Câmara:

“Não vai dizer quantas telhas tem o CMA, não se perca em detalhes. Continue, continue que isto é uma coisa importantíssima.”

Michael António (Vereador)

“O senhor tem lá meios de proteção civil.”

Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

“Olhe, às 18 horas vamos ter muita gente à nossa espera, se não quer deixar ninguém à espera, despache-se.”

Michael António (Vereador)

“Ouça, exatamente.”

Presidente da Câmara:

“Despache-se.”

Michael António (Vereador)

“Vocês podem falar o tempo que vos apetecer, mas o Senhor com o seu sentido democrático, não respeita ninguém nem deixa falar as pessoas. Senhor Presidente, eu estou a usar da palavra e o senhor faz o favor de me deixar falar, porque em termos de regimento e daquilo que a lei comina, eu posso falar neste ponto.”

Presidente da Câmara:

“Sabe uma coisa, tem cinco minutos e já está a falar há sete.”

Michael António (Vereador)

“Senhor Presidente, eu falo o tempo que a lei me permite.”

Presidente da Câmara:

“Cinco minutos.”

Michael António (Vereador)

“E o senhor tem que respeitar a lei, porque o Senhor não está acima da lei.”

Presidente da Câmara:

“Cinco minutos.”

Michäel António (Vereador)

“Cinco minutos, Senhor Presidente, o Senhor que é jurista, diga-me lá onde está essa regra dos cinco minutos?”

Presidente da Câmara:

“Está aqui.”

Michael António (Vereador)

“O Senhor é de uma esperteza.”

Presidente da Câmara:

“Está aqui, quer que eu lhe diga a alínea?”

Michael António (Vereador)

“Pois, a maioria fala uma hora e meia se lhes apetecer e a oposição fala cinco minutos. Senhor Presidente, dê-se ao respeito e ao lugar que o Senhor ocupa.

O centro de meios aéreos ficou licenciado em 2012.

Oh Senhora vereadora, eu tenho calma, não sei é como vocês tem calma, eu tenho calma q.b, até que, quando me faltam ao respeito, tenha que dizer alguma coisa, acha que não é falta de respeito? Se eu lhe estivesse a cortar a palavra permanentemente? A senhora foi minha professora e até aprendi muito consigo.”

Presidente da Câmara:

“Oito minutos.”

Michael António (Vereador)

“Senhor Presidente, não preciso do seu cronómetro, que o senhor tem mais que fazer. O CMA ficou licenciado em 2012, tem lá um projeto com os pareceres todos emitidos e, até hoje, o Senhor não fez nada, o Senhor fez zero.”

Presidente da Câmara:

“Isso é ignorância.”

Michael António (Vereador)

“Aquilo continua clandestino, se calhar você devia dizer à Autoridade Nacional de Proteção Civil, que aquilo nem licença tem.”

Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

“Isso é ignorância.”

Michael António (Vereador)

“Outro ponto que nos diverge, o Parque Verde da cidade, o projeto do Açude, que esse sim, tem terrenos adquiridos, os pareceres todos emitidos para fazer um skate parque, chegou a estar quase adjudicado, não sei o que fizeram para aí depois de eu vir embora, essa é outra que nos divide. A casa da Guarda Norte, a casa está ao abandono, as portadas e as janelas tudo partido. O projeto turístico está feito, está aprovado e os senhores meteram-no na gaveta. O Parque Industrial Manuel da Mota, o Senhor preferiu ir comprar um terreno que está agarrado a inúmeros problemas jurídicos, o Senhor podia muito bem ter investido lá em cima no Planalto ou noutros sítios, que aquilo pode redimensionar para outro sítio qualquer, não precisa escolher, ainda por cima, a dedo, o vendedor.”

Presidente da Câmara:

“Em espaço florestal?”

Michael António (Vereador)

“Senhor Vereador, leia o PDM, eu sei que o Senhor é perito em violar o PDM.”

Presidente da Câmara:

“Em espaço florestal?”

Michael António (Vereador)

“Como fez nas Meirinhas, mas isso é um problema seu.”

Presidente da Câmara:

“Senhor Vereador, tenha tento na língua.”

Michael António (Vereador)

“Eu não tenho medo de si.”

Presidente da Câmara:

“Nem eu de si, nunca tive.”

Michael António (Vereador)

“O Senhor, nas Meirinhas, não construiu o Centro Escolar em lado nenhum que o PDM consignasse.”

Presidente da Câmara:

“Nem tinha que o fazer.”

Michael António (Vereador)

“Quinta de Santana, continua tudo igual. Centro de Estudos Carlos Alberto Mota Pinto, olhe a política de Ordenamento do Território. Oh, senhor Presidente, deixe-me falar, se o Senhor me deixar falar, eu sou muito mais breve.”

Presidente da Câmara:

“10 minutos.”

Michael António (Vereador)

“O senhor interrompe-me permanentemente e está sempre a contar o cronómetro, então faça como os árbitros, interrompa quando o senhor me interrompe a mim. Está a perceber? Pare lá o cronómetro.”

Presidente da Câmara:

“10 minutos.”

Michael António (Vereador)

“A política de ordenamento do território, a atenção que é nenhuma, ao estado dos equipamentos públicos e ao estado em que a cidade e as freguesias se encontram, o CIMU-SICÓ, a praça de táxis, o Parque industrial da Guia. Olhe, Senhor Presidente, a captação de investimentos na área económica, os seus investimentos que vinham da América do Sul, até hoje não vimos nada.”

Presidente da Câmara:

“Não diga isso.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Michael António (Vereador)

“O estado em que se encontram os bairro sociais, Senhora Vereadora, tenha atenção ao estado em que se encontra o bairro social Margens do Arunca, porque eu falei disso no início do ano e continua tudo igual.

Senhor Presidente a minha ARU, ou se fosse eu, a minha ARU seria muito diferente da sua, peço desculpa, assim como o PEDU e as obras públicas certamente não estariam no estado em que se encontram, ou no estado que se conhece.

Falo do Centro Escolar das Meirinhas, da obra dos Governos, da casa Varela do CIMUSICÓ e outras e, portanto, para lhe fazer o jeito e a vontade, porque também não há muito mais a dizer, senhor Presidente menos propaganda, menos politiquice, mais trabalho e mais ação, mas, sobretudo mais respeito.

Em relação a 2 ou 3 temas, que alguns vereadores aqui suscitaram, dizer à Vereadora Ana Gonçalves, que ouvi com muita atenção o que disse sobre os recursos humanos, pena que o clima que se vive na autarquia seja aquilo que se conhece, e mais não digo.

Relativamente a espólios e achados arqueológicos, eu pedi-lhe, aliás fiz aqui uma proposta, relativamente aos achados arqueológicos e ao espólio aqui no Cardal, que é riquíssimo e que ficou tudo protegido subterraneamente, exceto o que foi retirado e que ainda se encontra na Direção Geral de Cultura do Centro, porque é um património muito valioso e, na altura, quando fiz a proposta a maioria disse que sim, que era uma boa sugestão. Oh! Senhora Vereadora, queria também deixar aqui uma sugestão, aposta em bons espetáculos e não é da minha autoria que não estava na câmara, eu lembro que quando foi inaugurado o TCP, com o “Amália” do La Féria, esteve sempre esgotado durante um mês, porque nós ainda temos massa crítica, tragam bons cartazes, tragam bons espetáculos, que os pombalenses vão, pagam bilhete e agradecem.

A casa Varela, Senhora Vereadora, tenha cuidado com o que diz, infelizmente, eu sei que na reunião em que estive ausente, tiveram que resgatar a obra, porque, como já andava a dizer há muito tempo e há muito tempo se tinha percebido que aquela empresa nunca teria capacidade para concluir a obra, por muitos motivos.

Relativamente ao turismo, é ver para crer, Senhora Vereadora, eu acabei há pouco de falar da Casa da Guarda Norte, do CIMU-SICÓ, o parque de campismo ecológico continua a ser uma miragem, a ponte sobre o Vale do Poio, eu não sou contra o projeto, acho que há outras prioridades, nomeadamente as aldeias históricas, a concessão da Quinta de Santana, etc. Eu também já ouvi aqui dizer: “Ah ainda bem que não investimos na Guarda Norte nem no parque de campismo”, Ouçam há fogos, há terramotos, há cheias e há furacões em todo o lado do mundo e houve cidades inteiras que arderam e as políticas de ordenamento do território são para isso mesmo. Há excelentes projetos em plenas matas nacionais, desde que haja políticas de prevenção e ou de combate a incêndios e outras vicissitudes. Isto para dizer que mesmo da Praia do Urso, Senhora Vereadora, eu ouvi do pequeno apoio, da praia natural, etc., mas isso já estava tudo no Plano, isso já está tudo no POC e portanto, acho que devem olhar com olhos de bem ver porque o projeto já tem alguns anos, foi o Nuno que o fez, e que o devem reformular, eventualmente, até para adaptar as regras que, eventualmente hoje estejam em vigor.”

Senhor vereador Pedro Brilhante, digo-lhe e digo-lhe com pena, o senhor é novo e, na minha opinião seria mais trabalho e menos política, o Senhor sabe do que estou a falar e do que se comenta por aí, o Senhor está a tempo inteiro e em regime de exclusividade de funções e espero que a ambição política não venha a ser a sua desgraça, tenho dito.”

Presidente da Câmara:

“Senhor Vereador, o tema que estamos a discutir é o orçamento municipal e as GOPS. Se quiser fazer comentários de âmbito político devia-o ter feito no PAOD.”

Michael António (Vereador):

“Eu quero dizer o seguinte, como eu disse há pouco, há um projeto aprovado com os pareceres todos emitidos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Presidente da Câmara:

“14 minutos.”

Michael António (Vereador):

“Terrenos adquiridos, etc. e vocês estão a pôr um elefante numa loja de cristais, é sempre ali zona desportiva, ouça! Houve uma estratégia enormíssima que passou pela aquisição de terrenos e construção do que já se encontra feito no Açude, o Senhor tem lá terrenos, está lá previsto 1200 metros para o Skate Parque, aí sim, uma zona desafogada, como parque verde.”

Pedro Brillhante (Vereador):

“200 mil euros.”

Michael António (Vereador):

Qual é o problema de serem 200 mil euros, não sei! O senhor é que tem o orçamento, só lhe estou a dizer o que ficou definido estrategicamente e é uma pena ir encafiar novamente ali uma coisa.”

Presidente da Câmara:

“15 minutos”

Michael António (Vereador):

“Na zona desportiva dizia eu, eu vou lhe dizer outra coisa, para um território que é esmagadoramente constituído por área florestal e soa a muito pouco, eu nunca vi aqui uma intervenção sua sobre plantações de eucaliptos, espécies de crescimento rápido, violações do PDM e etc. e portanto, gostava de ouvir mais.

Da Feira Floresta, para o próximo ano, espero verdadeiramente que seja um sucesso, que não haja aquelas vicissitudes.”

Presidente da Câmara:

“É só de 2 em 2 anos, Senhor Vereador.”

Michael António (Vereador):

“Espero que não haja aqueles e-mails enviados com atraso e depois aqueles almoços gratuitos, etc., para porem certas pessoas a fazer aquilo que, depois foi o que foi.

E quanto à Senhora Vereadora da Ação Social, foi aquilo que eu lhe disse dos bairros sociais, a política de educação eu percebi perfeitamente, a nossa política de educação, como sabem, nós também apostaríamos fortemente na educação e no ambiente, não digo o contrário, há alguns pontos de convergência, mas mesmo na educação, nalgumas coisas divergimos e bastante e, portanto, eu não preciso estar aqui a repetir, os senhores sabem qual é a nossa política, as nossas ideias, sabem bem qual era o nosso programa e continua a ser e, portanto, os senhores aprovam evidentemente os documentos previsionais porque tem a maioria, e desejo-vos o maior sucesso, sinceramente, a bem do meu Concelho e da minha terra, porque eu, de politiquices ando farto e o que eu quero é o bem para os nossos munícipes. Muito obrigado, tenho dito.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem, senhor Vereador foram 16 minutos de intervenção, eu quero recordar que o Vereador Pedro Brillhante falou 14 e que a doutora Ana Cabral falou 14 e que nos termos do artigo 11º, o uso das palavras nas reuniões está estabelecido aprovado na câmara desta maneira: “ponto n.º 1 - todos os membros da Câmara tem direito a uso da palavra nas reuniões para apresentação de propostas, os proponentes, das mesmas...”

Michael António (Vereador):

“Senhor Presidente, o Senhor está tão apressado, não leia isso, eu conheço a lei.”

Presidente da Câmara:

“Os proponentes das mesmas podem usar a palavra durante 10 minutos, os membros da Câmara podem usar da palavra no máximo por 3 vezes sobre o mesmo assunto, não sendo consideradas...”

Michael António (Vereador):

“Eu tenho de falar das áreas todas, por isso os tais 16...”

Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

“Não sendo considerados os pedidos de esclarecimento, a defesa da honra e a declaração de voto.”

Michael António (Vereador):

“A democracia é muito chata, não é Senhor Presidente?”

Presidente da Câmara:

“Cada uma das intervenções terá uma duração máxima de 5 minutos, diz o n.º 4, à exceção do previsto no ponto 2. Estas regras foram aprovadas por si, eram iguais às que foram utilizadas.”

Michael António (Vereador)

“Não, não. Chame lá o seu chefe de gabinete para saber se eu aprovei isso.”

Presidente da Câmara:

“Senhor Vereador, importa-se de me ouvir? Cada uma das intervenções terá uma duração máxima de 5 minutos, à exceção do previsto número 2, que são as propostas, portanto, se os proponentes das propostas apresentaram e gastaram 14 minutos cada um, falou 3 vezes mais do que aquilo que o tempo ...”

Michael António (Vereador):

“O senhor é péssimo em Matemática e Estatísticas.”

Presidente da Câmara:

“Posso acabar?”

Michael António (Vereador):

“Pode, dói não dói, é chato estarmos a ser interrompidos”

Presidente da Câmara:

“O Senhor é malcriado.”

Michael António (Vereador):

“O senhor está a provar do mesmo veneno, muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“É malcriado, pronto, mas isso já não se cura, o que é que lhe hei de fazer.

Portanto se cada um falasse três vezes mais, eram 30 minutos para cada um, é sempre importante que tenhamos nestas alturas formas de apresentarmos as nossas ideias e, como calcula, o que estamos a discutir aqui é uma proposta, e eu não tenho ideia que o senhor tenha redigido uma proposta a apresentar a esta câmara. A única proposta de Orçamento que aqui está e de PPI e de PAM é aquela que está em cima da mesa, o Senhor redigiu alguma proposta alternativa? O senhor apresentou alguma proposta na reunião que fez? Mandou alguma proposta à Câmara Municipal? Não mandou coisa nenhuma.”

Michael António (Vereador)

“O senhor reuniu meia hora connosco, porque resolveu ir para as televisões, porque a propaganda está primeiro.”

Presidente da Câmara:

“Oh! Senhor Vereador, deixe-me dizer-lhe o seguinte, nunca nenhum Presidente de Câmara recebeu Vereadores para preparar planos de atividades e orçamentos, que não eu. Nunca! Nunca nenhum Presidente de Câmara recebeu os grupos parlamentares dos partidos, que não eu, portanto, não me venha falar da democracia da auscultação, porque eu faço 20 reuniões antes do documento aqui chegar e, portanto, não me venha falar de coisas que, pura e simplesmente, não sabe, portanto, estas foram as formas que tenho, há 5 anos consecutivos, utilizado, para preparar estes documentos. Há divergências de opinião? Com certeza que há! Há caminhos para chegar a fins distintos, uns que são aprovados, outros sufragados pelo povo, com certeza que há. Agora há uma coisa que também não posso acreditar, é que tudo seja mau e que todas as pessoas que fazem alguma coisa, só tenham observações negativas. Mas pronto, o Senhor fica com esta sua opinião, o mundo continua a girar e as coisas continuam.

Senhor Engenheiro Narciso Mota, quer usar da palavra não é?”

Odete Alves (Vereadora)

“Eu tinha-me inscrito, não sei se o Engenheiro estava primeiro...”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Presidente da Câmara:

“Se faz favor, Dra. Odete.”

Odete Alves (Vereadora):

“Muito obrigado, senhor Presidente.”

Eu queria, em primeiro lugar, lamentar que tenhamos que estar aqui a perder tempo com estes apertes, que em nada, do meu ponto de vista, em nada engrandecem a democracia e eu gostaria que o Senhor Presidente, efetivamente, respeitasse a palavra, o momento da palavra, da tomada da palavra dos vereadores e que não interrompesse, porque eu chego à conclusão que o senhor Presidente faz isso para interromper o raciocínio dos vereadores e que, se calhar se permitisse que a lógica de raciocínio corresse normalmente, se calhar, éramos todos mais breves e éramos mais objetivos.

Eu gostaria também de dizer, já que estamos a falar disso, que é inaceitável e considero inaceitável que estes documentos com esta importância nos tivessem chegado fora do prazo, eu tinha falado com o senhor Presidente, tinha pedido por favor enviem-nos estes documentos com mais de 48 horas até porque estes são de extrema importância, porque definem as linhas de orientação, do desenvolvimento, de investimento do Município para vários anos, portanto isto é um documento altamente técnico que carece de uma reflexão profunda, e nós como vereadores da oposição não podemos ter estes documentos quase em vésperas de uma reunião de Câmara e, como o senhor Presidente também sabe, nós que estamos aqui deste lado, trabalhamos no privado e como trabalhamos no privado, se não trabalhamos durante o dia também não recebemos, a maior parte de nós e, portanto, não podemos também dar-nos ao luxo de estar durante o dia a olhar para estes documentos, portanto, eu tive que o fazer à noite, eu tinha dito ao Senhor Presidente, desta minha condição profissional e tinha feito este apelo pela importância do documento e eu gostaria de mais uma vez aqui reafirmar que, na próxima vez que isto volte a acontecer, eu recuso-me a discutir este ponto. Eu não posso discutir um ponto que se eu não tiver tempo para poder debruçar-me sobre os documentos e até pedir apoio técnico em algumas matérias, porque nós não somos técnicos. O Município com a ajuda dos técnicos, está aqui um trabalho que eu imagino que seja um trabalho de meses está aqui um trabalho profundo de vários departamentos e que os senhores vereadores, certamente também acompanharam esse trabalho durante vários meses, nós temos menos de 48 horas para podermos olhar para tudo isto, que é muito pouco e isso retira importância também àquilo que estamos aqui a fazer, eu acho que é isso que o senhor Presidente realmente procura com esses incumprimentos contratual ou do regimento e também há pouco com a desfaçatez com que desvalorizou também os incumprimentos dos prazos, eu penso, esperava sinceramente que o senhor Presidente nos tivesse pedido desculpa, pelo facto de não nos terem enviado estes documentos em tempo, eu esperava isso, para mim era o mínimo.”

Presidente da Câmara:

“É uma hora.”

Odete Alves (Vereadora)

“Senhor Presidente, não é uma hora. Como deve compreender, nós não estamos à frente do computador às quatro e tal da tarde, nem às nove e tal da noite, a ver se chega um e-mail da Câmara, com documentos importantíssimos para uma reunião de Câmara está marcada para uma sexta-feira como deve imaginar.”

Presidente da Câmara:

“Peça em formato papel.”

Odete Alves (Vereadora)

“Como deve imaginar, eu pedi também em formato papel, chegou-me na quinta-feira Senhor Presidente, hoje é sexta, sendo que eu lhe tinha dito que tinha o dia todo ocupado na quinta-feira. Eu gostaria realmente que isto não voltasse a acontecer que o Senhor Presidente tomasse nota desta minha exposição e desta minha preocupação, porque a análise que fiz foi uma análise muito rápida,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

debrucei-me de uma forma breve sobre cada uma das questões, sendo certo que da comparação que pude fazer de um ano para o outro, cheguei aqui a determinadas conclusões, mas também percebi que não há grande coisa de novo, não há muito de novo. Já passarei a apresentar aqui a minha exposição sobre o assunto. Eu percebi que da análise dos documentos previsionais, há uma ligeira redução da receita que, como disse o senhor Presidente poderá vir a ser incrementada e, certamente, isso poderá acontecer com as candidaturas que temos já aos fundos comunitários.”

Presidente da Câmara:

“Não há redução de receita, o orçamento ...”

Odete Alves (Vereadora)

“Pronto, eu cheguei a esta conclusão. Tínhamos 38 milhões, portanto, sensivelmente muito próximo, aliás, dos valores que tínhamos em 2018. O mesmo também se diga em relação à despesa que se situa sensivelmente, em valores semelhantes aos do ano passado pelo que eu percebi. A despesa situa-se ...”

Presidente da Câmara:

(...) Intervenção inaudível.

Odete Alves (Vereadora):

“Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor deixasse também esses apartes, porque o Senhor faz isto para ridicularizar, para rebaixar, é um estilo, é um estilo próprio.”

Presidente da Câmara:

“Se a receita é igual, como é que pode dizer que a despesa não é igual? É evidente que é igual.”

Odete Alves (Vereadora)

“Senhor Presidente, eu comecei por lhe dizer... Se o Senhor Presidente me deixar falar, eu falo, se quiser falar sozinho, nós não estamos aqui a fazer nada!”

Presidente da Câmara:

(...) Intervenção inaudível.

Odete Alves (Vereadora)

“Olhe senhor Presidente, percebeu que eu comecei por dizer que a receita, havia uma redução em relação ao ano passado, não percebeu?”

Presidente da Câmara:

(...) Intervenção inaudível.

Odete Alves (Vereadora)

“Não há, é semelhante. Se o senhor me deixar terminar aqui o meu raciocínio, está a usar o mesmo método de que eu lhe falei há pouco, é um método, é um estilo próprio que o Senhor tem...”

Presidente da Câmara:

“Está a meter-se por caminhos que prejudicam.”

Odete Alves (Vereadora)

“Não, não estou a meter-me por caminhos que prejudicam, o Senhor é que está a tentar fazer aqui leituras erradas, Senhor Presidente, como sempre. Aliás, eu gostaria de dizer que a despesa, relativamente às despesas com pessoal, sofre aqui um aumento que já foi aqui perfeitamente justificado pela senhora vereadora Ana Gonçalves, porque já nos explicou aqui, aliás nós também já tínhamos percebido que, fruto destas novas alterações do posicionamento remuneratório e desta nova orgânica do município, chegaríamos a valores, certamente, mais elevados, nós não temos nada contra esta situação até porque é sempre saudável que as pessoas possam ser remuneradas de uma forma mais interessante pelo seu trabalho e tem sido feito também um esforço, penso eu, nesse sentido, quer pelo Município quer também pelo Estado português no sentido de subir os níveis do salário mínimo para valores superiores.

Na despesa corrente verifica-se também que há um peso muito importante nas despesas de aquisição de bens e serviços, que se situam sensivelmente nos 11 milhões e que aumentaram face ao ano anterior em cerca de 1 milhão de euros. As transferências correntes representam um peso relevante também na despesa de quase 4 milhões e que tem essencialmente a ver com o PAM na componente



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

as funções sociais aumentando também face ao ano anterior.

Em matéria de receita proveniente dos impostos diretos há uma ligeira redução, se bem que esta ligeira redução, que poderá vir a ser incrementada fruto também da questão referente à receita da derrama se tivermos por referência os valores também da coleta de 2018.

Eu gostaria de dizer que, apesar de o Município ter optado pelas taxas mínimas em vários impostos diretos, na verdade se nós considerarmos as receitas provenientes dos diretos e também da taxa de participação variável do IRS percebemos que, mesmo assim, a coleta nos impostos significa e tem uma importância muito grande na receita do Município, porque representa cerca de 11 milhões da receita o que é significativo, fica logo a seguir às transferências correntes, que são a principal receita do Município.

No plano plurianual de Investimento passamos de um investimento de 14 milhões para 11 milhões. Nos documentos que nos foram enviados, explicativos do orçamento, percebemos que o município, a Câmara, estabelece aqui um conjunto de prioridades que tem a ver com a requalificação urbana no âmbito do PEDU, com a rede viária, as infraestruturas turísticas e o início também de infraestruturas de expansão do Parque Industrial Manuel da Mota, tem também como prioridades as escolas, portanto a construção do Centro Escolar da Pelariga, Guia e Vila Cã e também a requalificação da C+S da Guia, também importantes investimentos na área do saneamento com volumes de investimento também significativos. Percebemos também que da explicação que consta do documento afirma-se mesmo que estas prioridades de investimento, estas infraestruturas contribuem para a valorização dos centros urbanos, cria melhores acessibilidades, maior segurança e mais espaços de lazer e que, por isso constitui condições fundamentais para a fixação de população e por esta via também irão aumentar as receitas e os impostos, as receitas da cobrança de impostos e também um acréscimo dos serviços.

Fala-se aqui também numa aposta no Turismo, está centrada essencialmente na construção do CIMUSICÓ, como podemos perceber nos documentos, na beneficiação da reparação da Quinta de Santana, na valorização da Praia do Osso da Baleia e do Urso. Há também investimentos na beneficiação de parques industriais com a expansão do Parque Industrial Manuel da Mot, como sabemos. Quanto ao PAM há também aqui um aumento, em relação ao ano anterior, cerca de 2 milhões de euros. Eu quero aqui destacar uma afirmação que consta dos documentos e que refere que o estímulo à atividade económica é um objetivo deste orçamento e que, neste ano, está direcionada essencialmente para a proteção da floresta e estamos a falar aqui nas faixas de gestão combustível.

Diz também que continua a haver uma aposta na promoção turística, em particular a exploração da Praia do Osso da Baleia e a criação da Praia do Urso, mas se me permite Senhor Presidente, quando começamos a dissecar os valores que estão vertidos nestes documentos quer no orçamento, quer no PPI e no PAM, percebemos que, na verdade, não existe uma forte aposta, nem no estímulo à economia, nem no turismo que já é considerado por muitos como a quarta economia do mundo. É certo que, como disse há pouco a Senhora Vereadora, temos recursos naturais importantíssimos no nosso concelho, temos um potencial natural riquíssimo e que pode ser facilmente aproveitado e depois olhamos para os documentos e percebemos que seriam obras de extrema importância para o concelho. O parque verde da cidade, a bacia de amortecimento, e já percebemos que há novidades em relação a essa questão, e que rapidamente teremos aí novidades, outras novidades no sentido da execução depois, mais tarde, desta obra. As obras de correção das descargas pluviais na zona urbana da cidade adiada. A requalificação da Escola Conde Castelo Melhor é também adiada para 2020 e 2021. O mesmo se diga da requalificação das Laranjeiras e do Largo do Convento do Carmo que são também obras adiadas, a reabilitação da casa Mota Pinto a mesma coisa. Não há qualquer referência ao Casarelo e à Rola, um reforço da rede de ecopontos tem também uma verba muito reduzida, o centro funerário adiado sine die, a construção da piscina ao ar livre também é atirada para 2020 e 2021. A OPA é mais uma vez adiada para 2020 com uma verba ridícula de 10.000



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

euros, está morta e enterrada mas depois prevê-se uma verba de 500 euros para a promoção da OPA, não percebemos muito bem para quê, para que é que servem estes 500 euros, a expansão do Parque Industrial da Guia também adiado para 2020 e 2021. A zona industrial da Formiga também adiada para 2020 e a expansão do Parque Industrial Manuel da Mota sabemos que estamos num impasse em relação a essa matéria.

Poderia continuar aqui num conjunto obras adiadas de extrema importância do ponto de vista económico para o concelho, mas eu queria focar aqui no turismo e dizer que fala-se aqui na reparação do solar da Quinta de Santana quando nem sequer se sabe muito bem o que é que se vai fazer lá, portanto está um equipamento sem uso há vários anos, continuamos a gastar dinheiro, ou temos essa intenção de continuar a gastar dinheiro ali naquela obra, mas antes de mais a Câmara devia primeiro fazer uma reflexão séria sobre o que é que quer fazer ali, porque a verdade é que também não leva muito a sério esta questão, porque a dotação não está definida para 2019 e adia-se o investimento para 2020. A implementação da rota das figuras históricas também atirada para 2020 e a promoção de rotas e circuitos a mesma coisa. Também não se prevê que o posto de turismo, regresse ao centro da cidade onde deveria estar, não faz sentido que os visitantes de Pombal tenham que ir ao castelo para receber e obter informações turísticas. Os valores que estão indicados para a valorização da Praia do Osso da Baleia são insuficientes, se quisermos concorrer com outras praias que existem nas proximidades, é preciso dotar a praia de um parque de estacionamento condigno, de apoios de praia mais consistentes a criar outras comodidades e atrações, percebemos que estão em curso projetos para este tipo de condições, mas também percebemos que, por exemplo, os investimentos no estacionamento e nas infraestruturas e nos passadiços também estão adiados lá mais para a frente. A despesa prevista para a promoção do turismo e valorização das praias é irrisória, está adiada também a ponte suspensa do Vale do Poio, pois que foi anunciada também publicamente, a rede aldeias calcárias adiada, a requalificação da Guarda do Norte adiada, o CIMU-SICÓ tem uma pequena verba para 2019 de 150.000 euros, mas antes 2022 não será certamente uma realidade até porque se percebe que a dotação apresentada para os conteúdos está diluída até 2022. O turismo nas freguesias percebemos está adiado mais uma vez, sem data prevista, no PAM as quantias que estão previstas para o fomento à fixação de empresas de 500 euros anuais e para o Gabinete do Investidor também 500 euros anuais são para nós esclarecedoras quanto à falta de estratégia do executivo para atração de investimento capaz de criar empregos mais bem remunerados e desse modo sim, fixar a população mais jovem e qualificada. O Gabinete do Investidor, como tivemos oportunidade de dizer, não pode servir apenas para fazer um registo das empresas que se vão constituindo no nosso concelho e receberam os empresários que os procuram, se continuarmos sentados à espera que os empresários venham, vai acontecer aquilo que se passou com os empresários argentinos que nunca mais ninguém os viu. A vocação deste gabinete, como tivemos oportunidade de dizer ao senhor Presidente, deve ser a de captação de investimento e, para isso não podemos ficar aqui em casa, temos que sair; este gabinete devia ter uma vocação de procurar investimento e em simultâneo, é preciso obviamente, para atrair investimento, é preciso também criar polos de atração para esses empresários, para esses investidores e, portanto, seria essencial a fixar em Pombal uma Instituição de Ensino Superior. Seria extremamente importante, criarmos uma incubadora de empresas e aproveitarmos também a fileira florestal do nosso concelho instalando uma central de biomassa, tivemos também ocasião de falar sobre esta questão da central de biomassa que, à partida será uma realidade no concelho de Pombal.

Dizer também que nós vamos perdendo oportunidades para outros concelhos, basta olharmos para os nossos vizinhos e percebemos que os nossos vizinhos estão a procurar investimento, estão a tentar vender a sua marca e a evidenciar-se no contexto nacional e até internacional e Pombal vai perdendo poder de compra, vai ficando, vai empobrecendo, vai ficando com uma população mais envelhecida e não se vê, estes documentos não refletem grandes medidas no sentido de inverter estas tendências e por esta razão, obviamente que nós concordamos com algumas prioridades que foram aqui estabelecidas designadamente a aposta nas escolas. No entanto, ainda assim



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

consideramos que, face àquilo que é o retrato social do nosso concelho, as prioridades de investimento que estão definidas, não conseguem, de forma nenhuma, resolver estes problemas que temos e, portanto, se nós queremos fixar aqui população, se nós queremos que os nossos jovens quando vão estudar para fora, regressem para Pombal, nós temos que criar condições para que isso aconteça e estas medidas que estão aqui previstas para o desenvolvimento económico, em nada contribuem para que isso possa acontecer, por esta razão, nós iremos votar contra este Orçamento e estas Grandes Opções.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem Senhora Vereadora, ultrapassou o seu tempo em três vezes e meia e portanto repare, os 5 minutos que estavam distribuídos para poderem várias fazer intervenções. Como veem se eu utilizasse a mesma tolerância que os senhores usam comigo..., porque quando começaram a discutir este assunto tinham os documentos convosco há mais de 48 horas, que é o que a lei determina.”

Michäel António (Vereador):

“Há menos de 48 horas.”

Presidente da Câmara:

“É o que a lei determina, nós começámos a discutir este assunto eram 17h33m, foi à hora que o senhor recebeu os documentos, 16h.33 até tinha 49 horas, até tinha 49 horas e, portanto, os senhores têm disposições na lei que podem prescindir das vossas funções para cumprir a vossa obrigação enquanto vereadores e portanto, com certeza que têm, pergunte à Dra. Anabela se não têm, então não diga que não tem.”

Odete Alves (Vereadora)

“Nós somos profissionais liberais.”

Anabela Neves (Vereadora)

“Senhor Presidente, posso?”

Presidente da Câmara:

“Não, deixe-me terminar, ainda não terminei, tenho que disciplinar um bocadinho as circunstâncias e portanto, os senhores não podem, eu percebo que queiram ter mais tempo para apreciar os documentos, percebo isso e não levo nada a mal e, como calculam, eu quanto mais depressa tiver os documentos despachados melhor, e por isso é que fiz as audiências até quando fiz, agora os senhores sabem muito bem, até porque fazem as comparações e fizeram-nas aqui e sabem como tem sido histórico e ouviram as primeiras palavras que eu disse precisamente sobre aquilo que é o orçamento inicial. Eu comecei por dizer na minha intervenção, que o orçamento inicial em 2019 eram 38 milhões, são mais 80.000 euros que o ano passado e que, em Janeiro de 2018, o orçamento eram 38 milhões, duzentos e trinta e quarto mil e acabámos o ano, a 22 de Outubro deste ano, estávamos com um orçamento de 44 por 5 milhões. O ano de 2017 tínhamos começado 37,5 milhões e acabámos com 49,4. Os senhores sabem, há anos, que quer em fevereiro quer em abril, tem havido uma revisão orçamental que resulta de novas verbas e de um preenchimento dos respetivos valores. Agora há uma coisa Senhores Vereadores, não há problema nenhum podemos fazer esta discussão, agora eu não tenho, o meu pressuposto é que todos os vereadores sabem ler os documentos e saber ler os documentos significa que não podem confundir as colunas, as colunas que aqui estão têm identificações claras, resultam de um documento que até eu acho que está bastante antiquado, está bastante desatualizado e, portanto, já é bastante antigo e, portanto, faz sentido olhar para as indicações dos saldos, olhar para aquilo que são os definidos e os que não são definidos e, na pior das hipóteses, o que eu vos peço é que façam perguntas dizendo: “Oh senhor Presidente, o senhor tem aqui um valor de 35 mil, não tem isto no total, mas não está definido?”, isto significa que o senhor com a revisão orçamental dá prioridade...”

Michael António (Vereador)

“Senhor Presidente, deixe-nos fazer oposição, não é à sua forma e maneira, porque é que o senhor



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

está a dizer como havemos de fazer a nossa oposição?

Presidente da Câmara:

“Senhor Vereador, importa-se de me respeitar.”

Michael António (Vereador)

“Da forma que o Senhor me respeita a mim.”

Presidente da Câmara:

“Então cale-se.”

Michael António (Vereador)

“Ainda agora acabou de dizer as coisas que disse, o que o senhor está a pedir é que se mande para a IGAL, a convocatória e os documentos e assim o senhor aprendia uma lição, a respeitar os outros e a lei.”

Presidente da Câmara:

“Mas mande Senhor Vereador, mas mande, mande à vontade. Por isso não vale a pena fazer observações como estas.

Vai-me desculpar, foram apresentadas as referências aos projetos submetidos ao programa “Valorizar”, que tem dotações financeiras que estão previstas na coluna dos totais, que tem candidaturas apresentadas e que, com a apresentação das candidaturas se forem aprovadas, passarão a ser verbas que estão definidas. O mesmo acontece sob ponto de vista metodológico no PEDU e a senhora não teve dificuldade nenhuma em perceber que o que estava previsto seria para fazer depois da apresentação das candidaturas, a metodologia é exatamente a mesma, por isso é que são instrumentos previsionais. O legislador quando lhe chamou previsionais não foi por esquecimento, foi por ser uma previsão, uma previsão tem que ter uma certeza, qual é a certeza?, pelo menos a certeza do princípio da consignação ou da não consignação. O senhor Presidente faz depender esta obra da aprovação desta candidatura? Consigna-a? Sim ou não? Percebemos que as obras de saneamento que são relevantes, não estavam consignadas ainda, esperaremos até fevereiro, são 5 milhões ou 4,5 milhões de euros de investimento, esperaremos até fevereiro para perceber se o POSEUR avança ou não avança, se não avançar, poderemos ter que ir à banca previsional, tem lá o valor, não tem a dotação. Tem a intenção deliberada? Tem. Fica à espera de ter o dinheiro para fazer as obras? Não. Na educação? Ficou condicionada alguma destas intervenções? Não. Repare, eu não percebo até porque já uma vez, tive ocasião de dizer, quando isto não estava na Assembleia Municipal, a verba do CIMU-SICÓ é uma verba insuficiente. Nós estamos no mês de outubro, a obra, como aqui foi dito no princípio, virá aqui para ser apreciada por todos, mas partindo do pressuposto que ela em dezembro é lançada, que se encerra a empreitada e que é lançada a obra, antes de junho a Senhora não tem nenhum empreiteiro selecionado, provavelmente antes de setembro, acha que deixar de 150.000 euros para fazer trabalhos em outubro, novembro e dezembro e a pagar a 60 dias, que é o que diz o contrato, não será suficiente? Eu acho que será suficiente mesmo sendo acabamentos e é essa informação que nós estabelecemos, portanto, pode ser uma coisa muito expressiva, encher rubricas com dinheiro, mas para nós executarmos bem o orçamento, não é assim que se faz, porque isso inflama as rubricas, mas reduz-lhe capacidade de execução, se o senhor não tem previsão, porque não tem tempo, porque as coisas demoram tempo a acontecer, para fazer esse investimento e pagá-lo, porque é que há de reforçar os meios, as rubricas com meios desproporcionados àquilo que realmente vai precisar? Essa é a técnica orçamental, porque o que faz sentido é chegar ao final do ano, por exemplo, olhe, para uma boa pergunta para começarmos esta discussão: senhor Presidente quanto é que do PPI transita para 2019, quanto é que já está comprometido em 2018? Essa é uma boa questão, sabe porquê? Porque poupava muito esta discussão, os senhores rapidamente perceberiam que as definições...”

Odete Alves (Vereadora)

“Senhor Presidente, se nós fizéssemos as perguntas que o Senhor Presidente quer que nós façamos, claro que era tudo muito mais fácil!”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Presidente da Câmara:

“Não, não. Ajuda a perceber.

Muito Bem Senhor Vereador, 18h24, vamos começar.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor Presidente, na minha situação de reformado, já desde 2011, e agora também na condição de Vereador por imperativo de consciência, eu tive tempo de ler atentamente este documento que está aqui para aprovação, é o orçamento para 2019 e também que as Grandes Opções do Plano e como sabe que eu estive aqui dois anos reformado, a trabalhar consigo como Vice-presidente e depois quatro anos como presidente da Assembleia Municipal e que fiz alguns apelos, mas que não foi ouvido, a indiferenciação daquilo que está a passar em Leiria, de uma Câmara que mudou, de facto, respeitou tudo o que estava em andamento, até construção do estádio, etc., e pagou-o, ainda ontem inaugurou umas instalações que criaram 150 postos de trabalho, está a fomentar imenso o desenvolvimento industrial de Leiria, tem o dobro da população, mas está lá a criar postos de trabalho todos os dias, eu apercebo-me disso, eu queria dizer as razões, felicitando e deixando aqui uma nota de apreço a todos os trabalhadores desta câmara que me ajudaram muito durante 20 anos como Presidente de Câmara, que este documento está devidamente elaborado, estão aqui 16 páginas que eu li e reli, muito bem escritas e estão as Grandes Opções do Plano, mas eu tenho que dizer que lamentavelmente gostava de votar a favor, mas aqui não o vou fazer e vou dizer porquê:

A nível social, temos feito muita coisa e continuamos a fazer, mas eu dizia que se fazia mais e melhor. Esta câmara tem por obrigação fazer mais e melhor, tendo em conta as condições financeiras que ela tem, de poder ir buscar até 30 milhões ou 40 milhões, para que as pessoas possam ter um melhor nível de vida. Não concordo que estejam dois terrenos cedidos à Santa Casa da Misericórdia para se fazer a Unidade de Cuidados Continuados e outro para ampliar o Lar, e que isso esteja perdido no tempo, não concordo que a Redinha não tenha já o Lar da Santa Casa da Misericórdia, como as outras freguesias todas tem, e aquele ainda nem está previsto, não concordo com a maneira como estão a ser ampliados os parques industriais que eu deixei, na minha gestão, há 7 anos ou 6 anos, mas concordo com a ampliação de espaços industriais, com a compra terrenos sempre a menos de 5 euros o metro quadrado, nunca comprámos a mais, não concordo com aquela compra de terrenos a 10 euros no Parque Industrial Manuel da Mota, porque tudo aquilo que foi ampliado, o parque industrial passar a 200 e tal hectares, pode ser expropriado o terreno por interesse público, porque a gente tem que competir com Leiria e com todos os concelhos que estão aqui, como a Figueira da Foz e outros, porque a Figueira da Foz tem terreno mais baratos a nível industrial e nós temos o parque industrial do Lourical, também deixei lá de 10.000 metros de terreno, que aquele que se comprou no meu tempo, 30 e tal mil metros de terreno, não sei se o contencioso ainda existe, mas estão lá comprados, também o Parque Industrial de Vila Cã deve ser ampliado, o outro parque industrial em Abiúl...”

Presidente da Câmara:

“O parque industrial de Vila Cã está em REN, como sabe.”

Narciso Mota (Vereador):

“Outro parque industrial nas Meirinhas, Carnide e Vermoil, e também não permitia que o saneamento, com 4 hectares que nós temos construídos, seja consignado ou despejado numa ETAR da Figueira da Foz, quase saturada, tendo 4 ETAR's livres para fazer durante muitos anos o saneamento de todos os residentes e das indústrias. Que é a ETAR do Valarinho, a ETAR da Guia, a ETAR de Pombal e a ETAR de Almagreira, não concordo que venha o saneamento, não permitia que viesse o saneamento a norte de Soure para Pombal, não permitia, ou pelo menos procurava impedir, que as águas do Mondego fizessem 4 furos na Guia.

O Centro Escolar era construído no Casarelo, com espaços de recreio, e agora temos lá terreno para isso, porque era de se comprar lá, o Vereador da Educação não está cá, mas honremos aqui o meu apreço e a minha consideração pelos pelouros que ele teve e me ajudou bastante e deve ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

lembrado, daqui a um bocado quando for o plano já vou falar nisso, 10 mil metros que estavam a ser negociados, mas agora tivemos a sorte de ter lá muito mais, ficavam com recreios, ficavam com gimnodesportivos, tínhamos lá 600 alunos e estava ali e fazíamos apartamentos T1, T2, T3 e T4, portanto, não permitia isso. Não permitia que a Quinta de Santana estivesse, e esteja, encerrada há 4 ou 5 anos a deteriorar-se, foi uma crítica que fizeram pela compra, não permitiria que, efetivamente, a Casa Varela estivesse no estado em que está.”

Presidente da Câmara:

“Está a falar da casa de banho?”

Narciso Mota (Vereador)

“A casa de banho patenteada, certificada, que no Porto há 4 ou 5 e há nas principais cidades da Europa e do mundo, não há cheiros, não há nada, e faz falta cá em Pombal. A bacia de retenção, a variante de Albergaria dos Doze, há 20 anos que a Câmara anda par a construir; a Câmara está a assumir responsabilidades que não são da Câmara, mas que são do Estado e temos que exigir a variante a sul de Albergaria dos Doze, a variante do Carriço, para ligar a 109 à praia do Osso da Baleia, a variante a nascente do Louriçal, a variante da Guia, da 109 até ao nó da autoestrada A17, o corredor ribeirinho que está parado há 4 ou 5 anos, que era para ligar Albergaria dos Doze a Almagreira e, depois, aos espaços de lazer e à ciclovia da Praia do Osso da Baleia, o acesso à praia que vai ser construída, confinante com a freguesia da Guia, ainda está para fazer e eu registo isto com muito agrado, mas do Grou à Estrada Atlântica, estivemos 4 anos parados.

O Centro Cultural de Louriçal também estava aqui um projeto, foi posto de parte e agora diz tem de fazer o projeto que já devia estar concluído, porque a Câmara pode ir buscar dinheiro e poupar o dinheiro se ele for bem negociado, como nós negociámos, porque a Câmara hoje deve 2/3 daquilo que devia há 25 ou 26 anos atrás, e eu sei porquê, sei porque nós, esta Câmara teve a capacidade de construir as ETAR's, de construir o abastecimento de água em alta, apoiadas em 85%, e depois com uma majoração, portanto, as passagens desniveladas, as passagens subterrâneas que estão aqui previstas, não as podemos pôr de parte, temos que exigir isso ao Governo.

O posto de turismo já falei, a feira semanal também não permitia que ela passasse de onde estava tão bem, para ali, está a desaparecer com o tempo ali no Arnado e a prejudicar o estacionamento e a prejudicar o comércio. Não beneficiou nada, basta falar com os feirantes, mas foi fazer diferente e pior, portanto eu andei a dizer que fazia mais e melhor e não se fez, não se faz mais e melhor, faz-se diferente e pior e devia, de facto, isso tudo ser considerado.

O grande parque verde estava tudo tratado, tudo no PDM, tudo em negociação, está tudo parado. A via circular para a cidade de Pombal também está parada.”

Presidente da Câmara:

“O que estava negociado, Senhor Engenheiro?”

Narciso Mota (Vereador)

“Eu vi agora o arquiteto que está aqui, veio ter comigo e disse que lhe tiraram o projeto agora e o passaram para outros técnicos.

Eu tenho muito respeito pelas pessoas que cá estão e pelo mapa de pessoal que eu vou aprovar a seguir, mas não podemos esquecer que, efetivamente, estes 453 trabalhadores que existem aqui, que a gente deve fomentar o emprego, deve-se às valências que foram criadas aqui em Pombal, à Associação de Doentes de Alzheimer, ao Centro de Apoio a Vítimas de Violência, ao Centro de Acolhimento, aos Lares, aos Centros de Dia. Tudo isto foi feito o que nos deve efetivamente orgulhar a todos nós e esta Câmara tem condições para fazer sempre mais e melhor, eu não quero ser oposição, eu quero ser um membro construtivo, de acordo com o saber, de acordo com a experiência adquirida, não estou aqui para ser humilhado e não ser ouvido, porque se eu fosse ouvido quando era presidente da Assembleia.

Eu tenho tanta coisa para fazer na minha vida, eu tenho já 72 anos de idade e ainda hoje tive o prazer de almoçar com os meus dois netos, porque eles não tiveram aulas e a mãe não estava, eu tenho tanta coisa para fazer na vida, até livros que eu tenho como o Cavaco Silva faz, não é estar



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

aqui e eu estou aqui por imperativo de consciência e por aceitar desafios e não ter sido respeitado aquilo que foi, ainda na última reunião, o Senhor Vereador não esteve cá, o que passou passou, o que interessa agora é o presente e o futuro, e o futuro eu quero que seja um futuro promissor, um futuro realizador, um futuro com prestígio e que, como esta câmara foi prestigiada, pela Liga dos Bombeiros, pelo Presidente da República e a nível regional, que era das câmaras que melhor pagava, mas para isso tivemos que ir buscar logo um empréstimo, mandar fazer e pagar e agora temos que mandar projetar, depois adjudicar, mandar fazer, mas temos de ter dinheiro e nós temos de saber negociar os terrenos para ampliação dos parques industriais, temos que saber negociar com bancos que estão com juros negativos. Agora é altura de fazermos muitas obras e estas são as Grandes Opções do Plano e não vão ao encontro daquilo que os Pombalenses merecem Senhor Presidente, eu não estou a dizer isto a querer-lhe mal, eu quero bem, porque o senhor tem uma vida à sua frente, você é um político de carreira, experiente, mas isto não basta, só propagandas a dizer que vou fazer. Tem que se fazer! Eu não tinha notícias, hoje vejo com orgulho, as notícias do Diário de Leiria, porque recebo todos os jornais e tenho tempo de os ler. Não me preocupava com as notícias, não me preocupava com a televisão, preocupava-me era com as obras, faziam-se e eram inauguradas, mas tinha cá os Presidentes da República, tinha cá os Ministros a inaugurar as obras, mas não tinha aqui a televisão a anunciar “eu vou fazer esta obra”, como eu fui à Redinha dizer que vinham os esgotos da Câmara de Soure, - que estive 20 anos para nos pagar a água -, para Almagreira, com uma estação elevatória que vai custar muito mais dinheiro do que se for só os efluentes da Redinha e é isso que eu não permitia e como eu não permitia isso gostava que o meu substituto, a quem eu apregoei livremente e nunca a pensar que era candidato, que dizia que tinha condições para fazer mais e melhor, hoje estou aqui a penitenciar-me que isso não corresponde, infelizmente e lamentavelmente, à verdade, por aquilo que eu vejo passar-se noutros concelhos e aquilo que eu vou ver, infelizmente, para o futuro das gerações que estão a seguir a mim, que é o caso do Senhor Presidente e de outros que vão ter muito mais problemas, muito mais problemas financeiros porque nós estamos a pagar impostos, na minha reforma já me tiraram 5%. Eu estou a trabalhar e proteger a floresta que herdei e estou a gastar mais dinheiro e o dinheiro que eu gasto não entra no meu IRS...”

Presidente da Câmara:

“Vamos ficar no orçamento da Câmara.”

Narciso Mota (Vereador):

“E isso é tudo da legislação, porque legislação que a gente tem vindo a fazer, está aqui uma jurista, é uma legislação estoica, abstrata, tem várias interpretações e eu quando trabalhava, eu lia e percebia o que tinha que fazer, agora não, a legislação é feita por gabinetes especializados que as fazem, só para eles darem pareceres, para eles ganharem dinheiro e, portanto, eu quero uma Câmara prática, ativa, dinâmica, empreendedora, motivadora, incentivadora, rigorosa, e que saiba efetivamente exigir aquilo que os pombalenses querem que se faça, no curto médio e longo prazo.”

Presidente da Câmara:

Muito bem, obrigado. Terminámos então esta intervenção, 15 minutos de intervenção, 18 horas e 39 começou às 18h24, 24 com 15 dá 39.

Senhora Vereadora se faz favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Eu tinha aqui o relógio, não foi tempo a mais que a senhora Vereadora.”

Presidente da Câmara:

“Este relógio deve estar homologado, não é o meu, é aqui do computador, Senhora Vereadora se faz favor.”

Anabela Neves (Vereadora):

“Muito obrigado, boa tarde a todos.

A minha intervenção vai no sentido de reforçar a opinião dos meus colegas da oposição, sobre a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

impossibilidade de análise cuidadosa e rigorosa de documentos de grande importância para o Concelho, atendendo à receção tardia dos mesmos.

Como o Senhor Presidente deve ter reparado, eu tenho votado a favor; até agora, só que estes, é impossível, e vou votar de acordo com o sentido de voto dos meus colegas, atendendo à impossibilidade de analisar tais documentos.

Queria aqui esclarecer também, porque eu não sou jurista, o Senhor Presidente é e temos aqui juristas que sabem mais da lei, de certeza, do que eu, é importante esclarecer aqui o que o senhor Presidente disse, a verdade acima de tudo. Os funcionários, eu com funcionária pública tenho direito apenas à hora, ao dia da reunião para estar presente, não tenho direito a analisar os documentos, portanto eu tenho que exercer as minhas funções, não estou dispensada de nada na minha função pública, apenas a hora da reunião que, infelizmente, são horas e as funções que eu não faço por estar aqui, eu tenho que as fazer noutra altura, portanto eu tenho direito ao tempo, mas eu tenho que cumprir os meus deveres como profissional que sou. Lamento aqui assistir, eu como profissional da Educação também, mas andamos a preconizar o perfil do aluno que incide essencialmente em atitudes e valores e custa-me imenso assistir a comentários que ouço aqui.

O Senhor Presidente está sempre a denegrir o trabalho da oposição e eu não acho, e nós não achamos aliás, a opinião é corroborada por todos nós, nós não achamos.

Posso? De certeza que das intervenções que tem ouvido, da minha parte, não ouviram, até esta altura, e alguém que diga se eu estou a falar a mentir, que elas tenham ofendido alguém ou tenha intervindo quando não me dão a palavra. Eu gostava que alguém dissesse que eu alguma vez faltei ao respeito aqui a alguém, de certeza que não, de certeza que não intervenho quando não me dão a palavra de certeza que não, portanto eu acho que, se nós queremos que sejam para nós, nós também temos que dar, pelo menos é isso que eu digo aos meus alunos e nós temos que ser exemplo para que eles façam como nós. Num órgão desta importância fica muito mal, lá for a, verem determinados comportamentos de que nós, enquanto órgão máximo do concelho, nos deveríamos envergonhar; é a minha opinião.

Para finalizar, porque eu não quero exceder o meu tempo, embora eu ache que isso não está previsto no regimento, mas atendendo a que os meus colegas..”

Presidente da Câmara:

“Ai não?”

Anabela Neves (Vereadora):

“Calma, que ainda não acabei a frase senhor Presidente, os meus colegas, normalmente são eles que intervêm também como sendo líder da oposição, eu sou a terceira, portanto intervenho quando acho que devo intervir, mas em último e também porque o senhor Presidente está sempre a dizer que estamos a exceder o tempo, muitas vezes já não vale a pena estar a intervir; contudo para finalizar sobre o orçamento municipal para o ano económico de 2019 e as GOP’S que é o que estamos a analisar, do pouco tempo que eu tive, vi que era um documento de continuidade, na generalidade não é um documento que a oposição defende, portanto temos que manter o sentido de voto, manter como nós fizemos no ano anterior, que vai ser contra. Obrigado, era só isso.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem, muito obrigado senhores vereadores só para terminarmos este ponto e passarmos à votação, só duas ou três notas finais: a primeira senhora Vereadora, independentemente de ser a terceira eleita, o seu papel aqui dentro é exatamente igual a todos os vereadores e, portanto, isso está consagrado e em nenhuma circunstância se sinta inferiorizada relativamente a isso.”

Anabela Neves (Vereadora):

“A questão da inferiorização.”

Presidente da Câmara

“Eu vou repetir o artigo 11º aprovado por esta câmara no âmbito do regimento da Câmara Municipal de Pombal, diz assim: “todos os membros da Câmara tem direito ao uso da palavra nas reuniões, à apresentação de propostas que os proponentes das mesmas podem usar da palavra



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

durante 10 minutos. Os membros da câmara podem usar da palavra no máximo por 3 vezes sobre o mesmo assunto não sendo considerados pedidos de esclarecimento, a defesa da honra e a declaração de voto, cada uma das intervenções terá uma duração máxima de 5 minutos”. Portanto, se olharmos para os tempos de intervenção que aqui estão, toda a gente falou duma vez aquilo que as 3 vezes permitiam, as intervenções andaram todas à volta dos 15 minutos, portanto, ninguém me parece que se sinta coartado no seu direito de expressão e deixe-me dizer-lhe Dra. Anabela que, de facto, eu não percebo o que é que quer dizer, quando diz o senhor Presidente está sempre preocupado em denegrir o trabalho de oposição, e sabe porquê? Porque eu não vejo trabalho na oposição para poder denegrir; se eu visse trabalho para pode denegrir, ainda podíamos pensar que podia ter uma opinião diferente e, portanto, duas coisas que não concordo consigo, primeiro “denegrir” significa por negro e eu não pus negro nenhum, até porque não vi propostas nenhuma e as propostas que este executivo tem de cumprir; são aquelas que foram sufragadas, e as que foram sufragadas foram aquelas que foram aprovadas e estas são a base do nosso modelo de desenvolvimento que está apresentado aos pombalenses e como calcula não deve verdadeiramente constituir um motivo de surpresa, porquê? Porque nós temos que ser coerentes com aquilo que apresentamos.

Agora é fácil decretar obras como se fosse a desfiar um cordel, sem se dizer como é que vão ser pagas, donde é que vem o dinheiro, qual é a prioridade da sua execução e por isso é que as propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano são apresentadas, portanto é evidente que o conjunto das ações que estão apresentadas de modo a que se constata efetivamente diferenças, sob ponto de vista das prioridades e dos diversos programas e, portanto, a discussão creio que está concluída.”

A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e com quatro votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano e pelo Partido Socialista:

Primeiro: nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2019, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante, bem como os Anexos ao Orçamento Municipal de 2019;

Segundo: propor à Assembleia Municipal a autorização para proceder à atualização do valor das taxas estabelecidas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal, em conformidade com o previsto no artigo 31.º do referido artigo, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006 de 29 de Dezembro, de acordo com a taxa de inflação;

Terceiro: Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.

2.8.2. - Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019/2022

Foi presente à reunião a proposta das grandes opções do plano para o quadriénio 2019/2022 elaborada pela Divisão de Administração e Finanças que se dá por integralmente reproduzida e que fica nesse serviço arquivada.

A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata e com quatro votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano e pelo Partido Socialista, aprovar as grandes opções do plano para o quadriénio 2019/2022.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.

2.9. Protocolos, Parcerias, Acordos, Declarações de Compromisso e Cedência de Domínio Público

2.9.1. - *Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Minuta de Acordos de Colaboração a celebrar entre o Município e Associação de Pais ou Instituições Particulares de Solidariedade Social*

Foi presente à reunião a informação n.º 294/SE/18, da Secção de Educação, datada de 18/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Minuta de Acordos de Colaboração a celebrar entre o Município e Associação de Pais ou Instituições Particulares de Solidariedade Social

Exmo. Senhor Presidente,

No âmbito do disposto da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Município detém atribuições em matéria de educação.

Considerando os contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia em outubro de 2014 e respetivos aditamentos, tendo por objeto os transportes Escolares, bem como o apoio ao programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico ao programa das Atividades de Enriquecimento Curricular e ainda ao Programa da Expansão da Educação Pré Escolar - Atividades de Animação e de Apoio à Família.

Considerando o despacho que regula as medidas de ação social escolar da responsabilidade do ME e dos municípios, nomeadamente na modalidade de apoio alimentar; impera a necessidade de efetivar acordos de colaboração no âmbito do programa supra citado.

Considerando que a legislação obriga a celebração, em cada ano letivo, de um acordo de colaboração entre as entidades, Associação de Pais ou IPSS, com o mesmo objetivo, e que o mesmo deverá ser objeto de aprovação em sede de Câmara Municipal, sugere-se a V. Ex.ª que, caso assim o entenda, remeta à próxima reunião de câmara, para aprovação, a presente minuta em conformidade com os valores previstos a executar no ano letivo 2018/2019, conforme quadro infra.

Justificativa de valor								
Freguesia/Escola	Entidade Parceira	Nº Alunos usufruem das refeições	Custos Associados	Fórmula Cálculo	valor da candidatura	Valor cabimentado		
						Set. a Dez 2018	Jan. a Jun. 2019	TOTAL
Louriçal/EB Moita do Boi	Assoc. Promoção Social Moita do Boi	25	Custo refeição		2,04 €	2 500,00 €	3 500,00 €	6 000,00 €
			Distribuição e lavagem loiça	1aux.	0,36 €			
			Água/Luz		0,10 €			
			Limpeza refeitório		0,03 €			



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

			Total		2,53 €			
Pelariga/EB Machada	Centro Social de Pelariga	63	Custo refeição		2,00 €	7 000,00 €	12 000,00 €	19 000,00 €
			Distribuição e lavagem loiça	3 aux.	0,42 €			
			Água/Luz		0,10 €			
			Limpeza refeitório		0,03 €			
			Transporte	6KM	0,01 €			
			Total		2,56 €			
Pelariga/EB Pelariga	Centro Social de Pelariga	30	Custo refeição		2,00 €	7 000,00 €	12 000,00 €	19 000,00 €
			Distribuição e lavagem loiça	2aux.	0,49 €			
			Água/Luz		0,10 €			
			Limpeza refeitório		0,03 €			
			Transporte	2KM	0,01 €			
			Total		2,63 €			
Carnide/CE Carnide	A Ribeirinha	64	Custo refeição		2,59 €	5 500,00 €	8 000,00 €	13 500,00 €
			limpeza refeitório		0,03 €			
			Total		2,62 €			

À consideração superior."

A minuta de protocolo é do seguinte teor:

"PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Minuta de Acordo de Colaboração

(aplicável à Associação para a Promoção Social Cultural Recreativa e Desportiva da Moita do Boi, A Ribeirinha – Associação de Pais de Carnide e Centro Social e Paroquial da Pelariga – a suprimir aquando da assinatura do acordo)

Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê que os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da educação, ensino e ação social (cf. artigo 23.º, n.º 2, alíneas d) e h) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro),

Considerando que nos termos do disposto na alínea hh), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “deliberar no domínio da ação social escolar; designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”,

Considerando que o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro,

Considerando que, apesar da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro ter sido objeto de revogação por parte da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, certo é que, por força do disposto no n.º 3 do artigo 3º deste diploma legal, a transferência das supra mencionadas competências não resulta prejudicada, e Considerando ainda que, nos termos da legislação concretamente aplicável (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), é permitida aos municípios a realização de parcerias com outras entidades, desde que as mesmas reúnam condições para oferecer a respetiva resposta social, sendo os acordos de colaboração celebrados ao abrigo do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico reflexo disso mesmo,

Entre

O MUNICÍPIO DE POMBAL, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 334 562, com sede no Largo do Cardal, 3100-440 Pombal, endereço eletrónico geral@cm-pombal.pt, ora representada pelo Senhor Presidente, Dr. Diogo Alves Mateus, no uso das competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de ora em diante designado apenas por Primeiro Outorgante, e a

ASSOCIAÇÃO DE PAIS/ CENTRO SOCIAL DE....., Pessoa Coletiva número, com sede na, endereço eletrónico, ora representada pelo Senhor Presidente da Direção,, de ora em diante designado apenas por Segundo Outorgante, - É celebrado o presente Acordo de Colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas do 1º CEB de

Cláusula 2ª

Fornecimento de refeições

- 1. Para a prestação do serviço a que se refere a Cláusula anterior, o Segundo Outorgante utilizará equipamentos e demais meios adequados à confeção, conservação e transporte das refeições.*
- 2. Na confeção das refeições deverá o Segundo Outorgante garantir o recurso a alimentos em perfeito estado de salubridade, garantindo a sua qualidade.*
- 3. Todo o processo de preparação, confeção e distribuição das refeições deverá respeitar as regras definidas pela Direção Geral da Educação e Direção Geral da Saúde no documento "Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares", emitido em julho de 2018, relativo à higiene dos géneros alimentícios, bem como as normas, capitações e alimentos autorizados*
- 4. Nos locais onde se confeccionem refeições, caberá ao Segundo Outorgante acautelar a implementação de um sistema de segurança alimentar (Sistema HACCP), bem como dos pré-requisitos associados.*
- 5. A elaboração da ementa, o preenchimento diário com o número total de refeições servidas, assim como a cobrança do valor da refeição junto dos Encarregados de Educação dos alunos incumbem ao Segundo Outorgante, nos termos das alíneas b) e c) da Cláusula 6ª.*
- 6. O custo efetivo total da refeição por aluno não pode ultrapassar o valor estipulado para o efeito, por Despacho do membro do Governo competente em vigor, acrescido do respetivo custo de transporte.*
- 7. A diferença entre o custo efetivo da refeição e o valor pago pelos Encarregados de Educação dos alunos é suportada, em partes iguais, pelo Primeiro Outorgante e pelo Ministério da Educação.*
- 8. O Primeiro Outorgante suportará, ainda, o preço das refeições dos alunos até ao limite fixado por Despacho do membro do Governo competente em vigor, sempre que àqueles haja sido atribuído apoio no âmbito da ação social escolar.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Cláusula 3ª

Direitos do Primeiro Outorgante

Constituem direitos do Primeiro Outorgante:

- a) Solicitar ao Segundo Outorgante informações que entenda por conveniente e*
- b) Apresentar ao Segundo Outorgante sugestões e propostas, que visem a melhor prossecução do interesse público.*

Cláusula 4ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a). Proceder à transferência, até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que disser respeito, de importância calculada tendo por referência o mapa de preenchimento diário, cujo formulário constitui o Anexo I ao presente acordo, a remeter por parte do Segundo Outorgante nos termos da alínea c) da Cláusula 6ª;*
- b). Efetuar o acompanhamento local da prestação de serviço de fornecimento de refeições escolares;*
- c). Garantir a implementação do programa de controlo de pragas nos edifícios sob a gestão municipal e*
- d). Verificar o cumprimento das disposições constantes do presente acordo.*

Cláusula 5ª

Direitos do Segundo Outorgante

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências das verbas a que se alude na alínea a) da Cláusula 4ª e*
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante o apoio que se afigure necessário ao cumprimento das atribuições que lhe são afetas por força do presente acordo.*

Cláusula 6ª

Obrigações do Segundo Outorgante

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- a). Prestar as informações que o Primeiro Outorgante solicite nos termos da alínea a) da Cláusula 3ª ;*
- b). Remeter ao Primeiro Outorgante, mensalmente, a ementa das refeições a fornecer no mês seguinte;*
- c). Remeter ao Primeiro Outorgante os mapas de preenchimento diário, cujo formulário constitui o Anexo I do presente acordo, devidamente preenchidos, até ao dia 8 do mês seguinte àquele a que disser respeito, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea a) da Cláusula 4ª;*
- d). Cobrar aos Encarregados de Educação dos alunos que frequentem o 1º Ciclo do Ensino Básico, o preço fixado por refeição, nos termos do competente Despacho do membro do Governo, em vigor, sem prejuízo da eventual atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar.*

Cláusula 7ª

Financiamento

Os recursos financeiros a transferir por parte do Primeiro Outorgante para o Segundo Outorgante no âmbito do presente acordo encontram-se previstos no Plano de Atividades Municipal, no objetivo 2121, projeto de ação 02, com a classificação económica 040802.

Cláusula 8.ª

Modificação

1. O presente acordo pode ser modificado, por acordo entre as partes, sempre que se verifique que as circunstâncias em que as mesmas fundaram os termos em que operaria o fornecimento de refeições tenham sofrido uma alteração anormal e imprevisível, e desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público, e da necessidade e suficiência dos recursos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

2. *A modificação do acordo revestirá a forma escrita.*

Cláusula 9.ª

Rescisão

A falta de cumprimento do presente acordo constitui justa causa de rescisão para qualquer uma das partes.

Cláusula 10ª

Vigência

O presente acordo vigorará durante o ano letivo de 2018/2019.

Pombal, ... de outubro de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(Diogo Alves Mateus, na qualidade Presidente da Câmara Municipal de Pombal)

Pelo Segundo Outorgante,

(..., na qualidade Presidente da Direção)"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a minuta de protocolo de cooperação e dar poderes ao Senhor Vice-Presidente ou a quem legalmente o substituir para o outorgar e assinar.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.9.2. - Minuta de protocolo de utilização a celebrar com a Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal - APRAP

Foi presente à reunião a informação n.º 295/SE/18, da Secção de Educação, datada de 19/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Protocolo de utilização – Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal APRAP

Exmo. Sr. Presidente,

No âmbito do disposto das alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Município detém atribuições nos domínios dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento;

Considerando que as autarquias deverão promover uma política de democratização do acesso aos diversos espaços municipais, estabelecendo a cooperação entre instituições e associações de âmbito municipal, no sentido de se otimizarem investimentos e de se concretizarem programas locais de desenvolvimento desportivo e ocupação de tempos livres;

Considerando que a Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal – valência Universidade Sénior tem como propósito, contribuir para a promoção do envelhecimento ativo dos seus estudantes, dinamizando atividades educacionais na promoção da saúde, a autonomia física, psicológica e social;

Considerando que a associação não dispõe de espaço próprio para a dinamização das suas atividades e, o município detém de espaços propícios ao pretendido, nomeadamente o ginásio da Escola Básica de Pombal e o Ginásio da Escola Conde Castelo Melhor;

Considerando que a utilização dos espaço acima referido, por parte da associação será efetuada fora do horário letivo, não havendo assim qualquer impeditivo para a cedência dos espaços solicitados, propõe-se a V. Ex.ª que, caso assim o entenda, remeta, no âmbito das competências do órgão câmara municipal plasmadas nas alíneas g) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à próxima reunião de câmara, para aprovação, a presente minuta de protocolo para a cedência a título temporário e gratuito do ginásio do Centro Escolar de Pombal e o ginásio da Escola Conde Castelo Melhor.

À consideração superior."

A minuta de protocolo é do seguinte teor:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

"MINUTA DE PROTOCOLO

Considerando que as autarquias deverão promover uma política de democratização do acesso aos diversos espaços municipais, estabelecendo a cooperação entre instituições e associações de âmbito municipal, no sentido de se otimizarem investimentos e de se concretizarem programas locais de desenvolvimento desportivo e ocupação de tempos livres;

Considerando que a Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal – valência Universidade Sénior tem por escopo, para além do mais, contribuir para a promoção do envelhecimento ativo dos seus estudantes, dinamizando atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio visando a promoção da saúde, a autonomia física, psicológica e social.

Considerando que a Escola Básica de Pombal propriedade desta autarquia, sita na rua António Fortunato da Rocha Quaresma, na cidade de Pombal, omissa na sua matriz, e a Escola Conde Castelo Melhor; também propriedade desta autarquia, sita na Avenida Heróis do Ultramar, na cidade de Pombal, com a matriz 3727, ambas possuem um ginásio que, em horário pós escolar, poderá ser disponibilizado a outras entidades, tendo em vista a prossecução das atribuições municipais.

Considerando ainda que os municípios detêm atribuições designadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento (cf. alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação);

- Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL, com sede no Largo do Cardal, na cidade de Pombal, número de identificação de pessoa coletiva 506 334 562, ora representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Doutor Diogo Alves Mateus, de ora em diante designado apenas por Primeiro Outorgante

E

SEGUNDO OUTORGANTE: APRAP – Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal com sede na Rua 1.º Maio, n.º 25 Apartado 286, freguesia de Pombal, número de identificação de pessoa coletiva 504 406 167, ora representado pelo Presidente da Direção, António do Nascimento Lopes, de ora em diante designado apenas por Segundo Outorgante;

- é celebrado o presente protocolo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Âmbito e Objeto

- 1. O presente Protocolo pretende definir os termos e regras da parceria a desenvolver entre as partes outorgantes, designadamente no que diz respeito à atribuição, pelo Primeiro ao Segundo Outorgante, do direito de uso do ginásio da Escola Básica de Pombal e do ginásio da Escola Conde Castelo Melhor; a título temporário e gratuito, para a prática do Yoga e Dança.*
- 2. O direito de uso consubstanciar-se-á na utilização daqueles espaços municipais, de segunda a sexta-feira depois do horário letivo.*
- 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes poderão, por mútuo acordo, alterar o dia e horário aí definidos.*

CLÁUSULA SEGUNDA

Contrapartidas a conceder pelo Segundo Outorgante

Como contrapartida pelo direito atribuído nos termos da cláusula anterior, o Segundo Outorgante diligenciará pelo fomento da prática do Yoga e Dança, atentos os benefícios físicos, psicológicos, emocionais e sociais que decorrem da sua prática regular, junto da população sénior do concelho de Pombal.

CLÁUSULA TERCEIRA

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante assumirá as seguintes obrigações:

- a). Diligenciar pela manutenção, limpeza e higiene das instalações;*
- b). Suportar as despesas com a contratação de seguro para as instalações em causa.*

CLÁUSULA QUARTA



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Obrigações do Segundo Outorgante

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- a). Diligenciar por um adequado uso das instalações, designadamente no que diz respeito à limpeza e higiene do espaço;*
- b). Suportar as despesas com a contratação de seguro de acidentes pessoais para os utilizadores dos espaços;*
- b). Não proceder à realização de quaisquer obras ou benfeitorias;*
- c). Não utilizar o espaço em causa em dia e horário diversos do fixado no número dois da Cláusula Primeira;*
- d). Não facultar o uso do espaço a terceiros.*

CLÁUSULA QUINTA

Outras situações

Sempre que se verifique a impossibilidade de disponibilizar as instalações no dia e horário estipulados, em virtude de se encontrar agendada a realização de outro evento, designadamente por parte da comunidade escolar, o Primeiro Outorgante dará conhecimento de tal facto ao Segundo Outorgante, com a antecedência adequada.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência

- 1. O presente Protocolo tem a duração de um ano, sucessivamente renovável por igual período, salvo se for objeto de denúncia, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de trinta dias sobre o seu termo, através de carta registada com aviso de receção.*
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes poderão, por comum acordo, pôr termo ao presente instrumento em qualquer momento.*

CLÁUSULA SÉTIMA

Cessação do direito de uso

- 1. O incumprimento de qualquer das cláusulas do presente protocolo implica a reversão imediata para o Primeiro Outorgante do direito de uso atribuído, sem que o Segundo Outorgante tenha direito a qualquer indemnização.*
- 2. O disposto no número anterior aplica-se, igualmente, sempre que o direito de uso cesse por decurso do respetivo prazo, nos termos da cláusula anterior.*

CLÁUSULA OITAVA

Disposições Finais

- 1. Com a assinatura deste protocolo as partes declaram, expressamente, nada ter a receber ou a reclamar, para além do definido nas cláusulas anteriores.*
- 2. Qualquer alteração ao presente protocolo, deverá resultar de acordo expresso de ambas as partes e será formalizada por escrito.*

Por corresponder à vontade das partes, o presente protocolo, constituído por seis páginas, vai ser rubricado e assinado, em duplicado, ficando cada um dos outorgantes na posse de um exemplar.

Município de Pombal, de de 2018

O Primeiro Outorgante,

(Diogo Alves Mateus, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Pombal)

Pelo Segundo Outorgante,

(....., na qualidade de"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a minuta de protocolo de cooperação e dar poderes ao Senhor Vice-Presidente ou a quem legalmente o substituir para o outorgar e assinar.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

2.9.3. - Minuta de Protocolo - Gabinete de Apoio ao Emigrante

Foi presente à reunião a informação n.º 602/GAP/18, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 24/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)

Senhor Presidente,

O concelho de Pombal é, tradicionalmente, um concelho de emigrantes.

Se por um lado, e tal como acontece um pouco por todo o país, na última década temos assistido a uma saída significativa de cidadãos nacionais com mais qualificações, por outro, a maioria dos cidadãos que emigram acabam por regressar à freguesia de origem pelo que o Poder Local tem um papel de mediador preponderante nesta relação.

Considerando a possibilidade de o Município de Pombal estabelecer um Protocolo com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), que regule a cooperação entre os emigrantes e as entidades nacionais e estrangeiras, propõe-se a Vossa Excelência, a apreciação, em sede de reunião de Câmara, da minuta de protocolo anexo.

À consideração superior."

A minuta do protocolo é do seguinte teor:

"PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Elaborado ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com as alterações constantes da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03

Entre a

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, com sede na Av. Infante Santo, n.º 42 – 1350-179 em LISBOA, pessoa coletiva número 600 014 576, adiante designada por DGACCP, aqui representada pelo Embaixador Júlio José de Oliveira Carranca Vilela, na qualidade de Diretor – Geral, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros como primeiro outorgante;

E o

Município de _____, pessoa coletiva número _____, com sede em _____, aqui representada pelo Presidente da Câmara Municipal, _____, adiante designado segundo outorgante;

Considerando que a DGACCP tem por missão assegurar a efetividade e continuidade da ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros nos domínios da atividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externos e da realização da proteção consular; bem como na coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro;

Considerando que a colaboração entre os dois órgãos, no apoio aos portugueses que pretendem emigrar; que ainda se encontrem nos países de acolhimento ou que já tenham regressado definitivamente a Portugal, permite e prossecução das respetivas atribuições;

Considerando que o perfil migratório de Portugal alterou-se de forma significativa, na última década, com a crescente mobilidade dos cidadãos, tendo como consequência o aumento expressivo dos fluxos emigratórios e saída de cidadãos nacionais com mais qualificações;

Considerando que a maioria dos portugueses regressam à freguesia de onde partiram e que desta forma o envolvimento do Poder Local tem um papel decisivo e relevante na prossecução dos objetivos deste Protocolo de Cooperação;

Considerando que no Concelho / Município de _____ sempre se verificou um elevado índice de emigração, facto com claros reflexos na sociedade e na economia local;

Considerando que a conjugação do poder económico da Diáspora e das potencialidades regionais poderá estimular um ambiente favorável aos negócios e investimentos da comunidade residente nos países de acolhimento, com desejável impacto no desenvolvimento local, cabendo aos órgãos da administração central proporcionar os meios adequados ao respetivo enquadramento e acompanhamento institucionais,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

é celebrado, na presença do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Luís Pereira Carneiro, o presente Protocolo de Colaboração, nos termos constantes das seguintes cláusulas:

Clausula 1^a

Objeto

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento de cooperação entre a DGACCP e o Município de _____, nas áreas em que ambos os órgãos tenham manifesto interesse, nomeadamente:

- 1. Ações que apoiem os cidadãos que pretendam emigrar e dos que se encontrem a residir e a trabalhar nos países de acolhimento;*
- 2. Ações que apoiem, incentivem e acompanhem os cidadãos que regressam com caráter definitivo ao país de origem;*
- 3. Ações que garantam a divulgação de informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres;*
- 4. Ações que, aproveitando o poder económico das Comunidades Portuguesas, associado às potencialidades oferecidas pela região, promovam projetos de investimento e desenvolvimento locais, em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID);*
- 5. Ações que apoiem o associativismo e que promovam e favoreçam o conhecimento da cultura portuguesa.*

Clausula 2^a

Competências

Compete aos dois outorgantes:

- 1. Promover em conjugação com outras entidades, nomeadamente com os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) existentes nos Municípios/Câmaras Municipais, ações visando a informação aos cidadãos nacionais que pretendam trabalhar no estrangeiro, nomeadamente as previstas na campanha “Trabalhar no Estrangeiro”;*
- 2. Colaborar com as entidades competentes, Ministério Público e Autoridade para as Condições de Trabalho, na fiscalização da atividade das entidades privadas, que, em território nacional, procedam à contratação de cidadãos nacionais para trabalhar no estrangeiro;*
- 3. Promover e colaborar em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais dos países de acolhimento, facilitando a reintegração social e profissional;*
- 4. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação, nas ações de apoio a repatriações e nas ações de apoio a cidadãos nacionais expulsos;*
- 5. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação, nas ações de apoio a cidadãos nacionais detidos ou condenados nos países de acolhimento, bem como de apoio aos familiares em território nacional;*
- 6. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação nas ações de apoio a menores de nacionalidade portuguesa em situação de risco e respetivos familiares em interação com as Comissões de proteção de crianças e jovens existentes nos Municípios/Câmaras Municipais;*
- 7. Potenciar a natureza do GAID enquanto eixo funcional e interativo, facilitador de contactos e informação útil aos agentes económicos das comunidades portuguesas com vocação para investir em Portugal.*

Cláusula 3^a

Compromissos da DGACCP

A DGACCP compromete-se a:

- 1. Dar formação profissional aos trabalhadores destacados pela Município/Câmara Municipal para o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE);*
- 2. Prestar apoio técnico continuado aos trabalhadores acima referidos;*
- 3. Disponibilizar a documentação necessária à prossecução dos definidos;*
- 4. Dar resposta a todo o expediente encaminhado pela Município/Câmara Municipal*
- 5. Manter uma disponibilidade permanente com a Município/Câmara Municipal, mediante a*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

progressiva criação de sistemas de comunicação próprios;

6. Divulgar a existência dos GAE e GAID junto das Comunidades Portuguesas, através da estrutura diplomática, consular e associativa.

Cláusula 4ª

Compromissos do Município/Câmara Municipal de _____

O Município/Câmara Municipal de _____ compromete-se a:

1. Encontrar um espaço físico digno e de fácil acessibilidade para a criação e manutenção de uma estrutura de apoio ao cidadão emigrante, denominada –GAE de _____;

2. Afetar um funcionário, com a categoria de Técnico Superior, para Coordenação do GAE;

3. Afetar, pelo menos, um funcionário ao GAE, com formação adequada, para que sejam prestadas as respostas mais convenientes às solicitações dos cidadãos emigrantes;

4. Prestar toda a colaboração solicitada pelos funcionários da DGACCP;

5. Proceder à divulgação da existência do GAE e GAID e respetivas iniciativas no site da câmara municipal, nas juntas de freguesia e outras entidades públicas e privadas existentes no município;

6. Colaborar com o GAID no apoio ao investimento, designadamente assegurando a informação adequada para a concretização dos negócios em Portugal e facilitando o contacto entre investidores e entidades nacionais;

7. Divulgar no GAE e, em estreita relação com o GAID, os diversos programas de apoio e incentivo à competitividade, à atividade empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo, do investimento das Comunidades Portuguesas, bem como, a sua divulgação junto das Juntas de Freguesia, e das Entidades Associativas nos países de acolhimento;

8. Garantir que todas as situações que cheguem ao GAE terão o devido tratamento e encaminhamento técnico, a partir de um sistema de gestão processual assente na ótica de “gestão de cliente” e de uma postura pró-ativa e corresponsável, com vista à integral resolução das mesmas;

9. Divulgar as diversas ofertas turísticas como valorização do território, proporcionando também novos hábitos de ocupação do período de férias da comunidade não residente, captando eventualmente novos investimentos neste sector de atividade.

Cláusula 5ª

Duração e denúncia

O presente Protocolo vigorará a partir da data da sua assinatura e pelo prazo de três anos, renovando-se por igual período de tempo e cessando por denúncia de qualquer das partes, mediante aviso prévio, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência de 90 dias.

Cláusula 6ª

Confidencialidade

Obrigatoriedade de confidencialidade das partes no tratamento de todas as e informações que não sejam do conhecimento público, e que tenham tido acesso, ao abrigo do presente Protocolo de cooperação. Obrigam-se, ainda, a utilizá-las, única e exclusivamente para efeitos de execução do mesmo, abstendo-se, independentemente dos fins, de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

O Protocolo de cooperação foi aprovado em reunião do Executivo.

_____, aos _____ dias do mês de _____ de 2018.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem senhores vereadores, este documento já tinha sido genericamente, aprovado, apresentado e discutido, quando, nas Festas do Bodo, aqui tivemos o Senhor Secretário de Estado da Emigração e, portanto, trata-se agora de consubstanciar e regular os termos em que vamos afetar recursos humanos, o respetivo atendimento e as missões que são desenvolvidas, bem como a articulação com as representações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que podem auxiliar ao cumprimento desta nossa missão.”

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michael António, eleito pela



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a minuta de protocolo de cooperação e dar poderes ao Senhor Vice-Presidente ou a quem legalmente o substituir para o outorgar e assinar.

O Vereador **Michael António** fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.10. Ação Social

2.10.1. - Guilhermina de Jesus Santos - Pedido de isenção do pagamento de faturas de água até 10m³ por mês

Foi presente à reunião a informação n.º 164/DEAS/18, da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 12/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Guilhermina de Jesus Santos

Rua Maria Fogaça n.º 12 – 1.º Esq.º - Pombal

E-007498/FM/18 – Pedido de Isenção do Pagamento das Faturas de Água até 10m³ por mês

Relativamente ao assunto supramencionado cumpre-me informar V.ª Ex.ª do seguinte:

1. A requerente solicitou isenção do pagamento das faturas de água, até 10m³/ mês, por motivo de insuficiência económica;

2. Tendo em conta a pretensão apresentada, que tem por base a situação de carência económica, em que se encontra, conforme descrito na Informação Social, anexa, e, considerando que:

a) A munícipe vive sozinha, tem baixos rendimentos e se encontra em situação de grande vulnerabilidade social;

b) Reúne os critérios estabelecidos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Atribuição de Apoios Diversos no Âmbito das Áreas da Ação Social para lhe ser atribuído o apoio solicitado, em virtude de se tratar de uma idosa que dispõe de um rendimento mensal per capita inferior a 60% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, em vigor.

Propõe-se que, a presente informação seja despachada a reunião de Câmara, no sentido de deferir o pedido de isenção do pagamento das tarifas fixas e variáveis de água, resíduos e saneamento até 10m³, por mês, bem como, das tarifas de recursos hídricos (TRHA e TRHAR), conforme previsto no n.º 11, do artigo 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Pombal, com efeitos a partir da presente data e pelo prazo de 12 meses.

À Consideração de V.ª Ex.ª."

Junto à informação encontra-se a informação social, que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar o proposto na informação supra transcrita.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.11. Gestão de Pessoal

2.11.1. - Mapa de Pessoal para o Ano 2019

Foi presente à reunião a informação n.º 236/DGDRH/18, do Departamento Municipal de Recursos Humanos, datada de 19/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Mapa de Pessoal para o Ano 2019

(Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação)

Sr. Presidente,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Em anexo remeto a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano 2019, o qual é revisto, anualmente, em conjunto com o Orçamento Municipal conforme dispõe os artigos 28.º a 30.º da Lei 35/2014, de 20 junho.

A proposta agora apresentada resulta do Levantamento de Necessidades de RH no qual foi levada a cabo a auscultação aos vários serviços municipais e titulares dos respetivos pelouros, a que se seguiu uma aturada análise às situações identificadas visando a satisfação das principais necessidades manifestadas.

Aquela análise, efetuada necessariamente com sentido crítico, baseou-se também no pulsar quotidiano que nos é transmitido no exercício das funções. Assim, várias foram as necessidades manifestadas para as quais tentámos uma solução interna, havendo ainda outras que, de forma fundamentada, entendemos não deverem ser, para já, satisfeitas, ressaltando que aquelas que entendemos propor a apreciação superior nos parecem fundamentadas e perfeitamente enquadradas com as exigências sentidas para a prossecução das atividades municipais. Assim, optou-se por dar prioridade aos postos de trabalho destinados à execução de tarefas relacionadas diretamente com os interesses das populações e nos quais o “relevante interesse público” resulta claro, sem prejuízo de cuidar de acautelar o provimento de postos de trabalho cujo deficit de trabalhadores era, apesar dos recentes recrutamentos levados a cabo, ainda existente e começava já a colocar em causa o bom desenrolar das atividades municipais a eles associadas.

Em suma, no Mapa de Pessoal ora apresentado estão previstos todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar, de forma definitiva ou temporária, no período a que respeita, nele se incluindo também a sua distribuição pelas várias unidades orgânicas que compõem a Estrutura Orgânica do Município e o tipo de vínculo que titula a relação jurídica de emprego de cada um dos postos de trabalho.

Face a tudo o que se acaba de valorar, submete-se à consideração superior a submissão da presente proposta à reunião do Executivo Municipal e/ou alteração com base nas linhas diretoras e política de Recursos Humanos que superiormente sejam definidas.”

Junto à informação encontra-se o mapa de pessoal para o ano 2019, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

Narciso Mota (Vereador)

“O organigrama já foi aprovado, penso que já foi publicado até no Diário da República, eu aprovo este mapa de pessoal, mas quero dizer aqui o seguinte: eu estive aqui 20 anos e apercebi-me das características e das condições humanas, pessoais e profissionais das pessoas que cá trabalharam e que são mais de 70 técnicos superiores, portanto nós temos, qualquer executivo tem, que ter os serviços descentralizados, com autonomia própria, por isso é que há departamentos, divisões, unidades e secções, etc., mas eu quero aqui lembrar o Pelouro da Educação, do Desporto e do Pelouro Social, como teve um vereador durante quase 20 anos, foi o meu adjunto e não falo com ele há mais de um ano, não sei o que é feito dele, sei que ele é professor, mas tinha uma Divisão, infelizmente, a chefe de Divisão morreu, fomos ao funeral dela e eu acho que nós temos de que ter liderança em todos os momentos políticos e profissionais, mas nós queremos melhores profissionais, aqueles que mais experiência tem, que mais competência tem, que mais dedicação tem, que mais isenção tem e às vezes a prática leva-nos a facilitar efetivamente uma gestão em termos de executivo, portanto isso cumpre ao senhor Presidente da Câmara, nomear o seu Chefe de Divisão e Chefes de Unidade, a Câmara deve fomentar o emprego, mas considerar aquelas pessoas que efetivamente, não se cria um lugar por se criar, dão uma ajuda, uma complementaridade e que merecem ter o vencimento, os funcionários públicos são prejudicados, há mais de 10 anos que não são aumentados e fazem greve e muito bem. Eu acho que a corrupção também se deve muitas vezes em todos os domínios, à prática de vencimentos que não dão para nada e levam as pessoas a subornar, a deixarem-se subornar, portanto esta Câmara tem que ser transparente, tem que ser honesta e só o pode ser se tiver chefias competente, provas dadas com a experiência adquirida e não é preciso termos aqui dois chefes de gabinete, secretárias e tudo, e não é preciso importar pessoal



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

de fora da câmara para ocupar lugares de responsabilidade e de chefia, porque eu estive na tropa e diziam que a antiguidade era um posto, eu acho que o respeito hierárquico, a disciplina e a confiança devem ser apanágio desta câmara, não era por acaso que eu, nas Festas de Natal, rotulava de família laboriosa da Câmara, quero-a motivada, quero-a incentivada, quero-a ser criteriosa e estimulada e com a respetiva compensação, se fizerem horas extraordinárias devem ser pagas, que na privada também são pagas.”

Presidente da Câmara:

“Senhor Vereador, estamos a fazer a discussão do mapa de pessoal.”

Narciso Mota (Vereador):

“A PSP já esteve para sair daqui da cidade de Pombal, nós temos que dar condições, não só remuneratórias, mas também de instalações condignas, o posto da GNR é nosso e o da PSP é da PSP, mas a gente prometeu aos taxistas irem para ali e a gente tem que pensar nisso para termos as pessoas todas motivadas, já disse tudo o que tinha a dizer, está aprovado o mapa e espero que estas preocupações sejam analisadas.”

Presidente da Câmara:

“Deixe-me sossegá-lo, assim como à Câmara, que o provimento dos lugares de dirigentes desta casa são feitos por concurso e, portanto, os concursos, como se sabe, são processos universais e não tem fotografias, portanto, é o que a lei estabelece.”

Narciso Mota (Vereador):

“Senhor presidente, já passei por muito e sei como se fazem os testes .”

Presidente da Câmara:

“O senhor até acusou que eu tinha manipulado um concurso para prejudicar uma pessoa. “

Narciso Mota (Vereador):

“Eu não acuso nada.”

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michael António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar, em linha com o Orçamento 2019, o Mapa de Pessoal para o próximo ano.

Mais deliberou, por maioria, submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2019 à apreciação da Assembleia Municipal.

O Vereador Michael António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.12. Propostas Diversas

2.12.1. - Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal da requalificação e ampliação do Cemitério das Claras

Foi presente à reunião a informação n.º 311/DUP/18, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 22/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal da Requalificação e Ampliação do Cemitério das Claras

O Cemitério das Claras, situado na Silveirinha Grande, na freguesia de Carriço, começou a ser utilizado, de acordo com informação prestada pela Junta de Freguesia, em 1981, e é onde são inumados “os restos mortais dos residentes, naturais e familiares de indivíduos da freguesia de Carriço, predominantemente dos lugares de Alhais, Brejos Velhos, Fontinha, Silveirinha Pequena, Claras, Silveirinha Grande e Vale Gigante”.

A ampliação pretendida vem ao encontro da necessidade da Junta de Freguesia de aumentar a capacidade das instalações funéreas, pela ampliação do cemitério existente, cuja capacidade se encontra esgotada, tornando-se esta ampliação pertinente e extremamente urgente, uma vez que a mortalidade naquele local continua a aumentar, sem que o equipamento existente tenha a capacidade



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

necessária para alocar a procura atual.

A requalificação do existente advém da necessidade de melhorar as condições do cemitério existente, preconizando-se, na totalidade da área ampliada e da área requalificada, um equipamento público de sepulcro e veneração dos entes queridos daquela população com maior dignidade e nobreza.

Deste modo, e conforme se pode melhor observar nos elementos anexos, a ampliação pretendida faz-se para norte do cemitério existente, criando-se três pontos de interligação entre ambos nos muros de vedação existentes, permitindo, assim, a unificação dos dois espaços num só recinto, resultando em características e cotas idênticas.

Estando o terreno objeto da ampliação maioritariamente a uma cota mais alta, mas dada a sua natureza arenosa, foi opção técnica proceder à sua modelação, de modo a que a zona de ligação entre as parcelas a intervencionar esteja à mesma cota, aumentando de cota para o tardoz, numa inclinação suave e uniforme, que facilita o escoamento das águas pluviais para a zona exterior, frontal ao recinto.

Há a necessidade de execução de muros de vedação, na área a ampliar, que, além de vedação, terão também a função de contenção do terreno.

O muro posterior do cemitério existente, para além dos três cortes referidos, será todo rebaixado e transformado em banco corrido, funcionando como apoio ao equipamento, e desta forma, reduzindo a interferência visual entre zonas, aumentando a uniformidade de todo o cemitério.

Os percursos pedonais, a executar na parte a ampliar e a alterar no existente, onde atualmente são em saibro, serão em “paver” de betão (tipo Holanda), limitado pelos muros e por guias de betão a definir os talhões. Desde a entrada principal do cemitério até à capela central existente o acesso é em calçada, que se pretende manter.

Na área ampliada, está prevista a introdução de pontos de abastecimento de água, semelhantes aos existentes, assim como a implementação de uma rede de escoamento de águas pluviais superficiais.

No espaço exterior frontal ao recinto do cemitério está ordenada uma zona de estacionamento, perpendicular à Rua do Cemitério, ocupando o espaço disponível, mas com dimensões inferiores às recomendadas para o estacionamento. Desta forma, e como a largura do arruamento público o permite, será também aumentada a profundidade dos lugares de estacionamento públicos.

No cemitério existente, pretende-se manter os espaços verdes, não estando prevista a execução de quaisquer espaços verdes para a área a ampliar:

- Área ocupada pelo cemitério existente = 1943,5m²

- Área de ampliação do cemitério = 888,2m².

- Área de Espaço Verdes (na zona frontal do cemitério) = 207,4m².

Para o local encontra-se em vigor a 1.ª revisão do PDM-Pombal, publicada no Aviso n.º 4945/2014 do Diário da República, II Série - n.º 71, de 10 de abril, retificada pela Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, objeto de uma correção material, publicada pela Declaração n.º 86/2015, de 24 de abril, de uma suspensão parcial, publicada pelo Aviso n.º 5299/2017, de 12 de maio, e de uma alteração por adaptação, publicada pelo Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro.

Nos termos do referido Instrumento de Gestão Territorial, a área ocupada pelo cemitério existente e a área a ampliar encontra-se classificada como:

Planta de Ordenamento:

· Classificação e Qualificação do Solo: Solo Rural - Espaço de Equipamentos e Infraestruturas; Solo Rural - Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal - Tipo II.

· Estrutura Ecológica Municipal: Estrutura Ecológica Municipal - Área Complementar Tipo II;

Planta de Condicionantes:

· Reserva Ecológica Nacional: Tipologias - Área de Máxima Infiltração e Duna.

A requalificação e ampliação pretendida encontra-se prevista no IGT em vigor, sendo a compatibilidade da pretensão, face à Classificação e Qualificação do Solo, em solo qualificado como Solo Rural - Espaço de Equipamentos e Infraestruturas, assegurada pela aplicação do n.º 1 do artigo 91.º do regulamento do Plano. Esta compatibilidade é igualmente assegurada em Solo Rural -



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal - Tipo II, pela aplicação do artigo 72.º do regulamento do Plano.

Complementarmente, a ampliação pretendida é garantida em todo o território, por via da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 124.º do regulamento do PDM, o qual prevê ainda que a instalação seja “antecedida da realização de estudo hidrogeológico que fundamente a sua viabilização no local”, encontrando-se estes serviços a tomar as devidas providências para assegurar o cumprimento desta condição.

No que respeita à Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional, e de acordo com a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Pombal, publicada pela Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, verifica-se que a pretensão irá incidir em áreas abrangidas por esta restrição de utilidade pública, nas tipologias Duna e Áreas de Máxima Infiltração (AMI), pelo que, deverão ser observadas as disposições constantes no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual.

Assim, e considerando que o uso e ação proposto não é compatível com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, estabelecidos no anexo II, a que se refere o artigo 20.º do RJREN, considera-se que a ação proposta apenas poderá ter o devido enquadramento por via da aplicação do artigo 21.º do diploma legal, o qual estabelece que “nas áreas da REN podem ser realizadas as ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN”.

Deste modo, tendo por finalidade a instrução do processo de enquadramento no RJREN, sugere-se que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal, a emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal da Requalificação e Ampliação do Cemitério das Claras, tendo por finalidade a instrução do processo de enquadramento no regime jurídico da REN.

Em anexo, juntam-se os extratos da Carta Militar, do Ortofotomapa, da Planta de Ordenamento, da Planta de Condicionantes e da Carta da REN, com a delimitação da parcela em causa:

- Extrato da Carta Militar, com localização do projeto (1:25 000);*
- Extrato do Ortofotomapa, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Planta de Classificação e Qualificação do Solo, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Equipamentos e Infraestruturas, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Recursos Geológicos e Suscetibilidade de Movimentos de Massa em Vertentes, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Sistema Patrimonial, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico e Zonas de Conflito, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Condicionantes - Condicionantes Gerais, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Condicionantes - Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional, com localização do projeto (1:10 000);*
- Extratos da Planta de Condicionantes - Perigosidade de Incêndio Florestal e Áreas Percorridas por Incêndio, com localização do projeto (1:10 000).*



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Juntam-se ainda os seguintes elementos:

- *Extrato de ortofotomapa (1:2 000) com a diferenciação da área do cemitério a ampliar;*
- *Estudo prévio do projeto de arquitetura da Requalificação e Ampliação do Cemitério das Claras, incluindo uma breve Memória Descritiva e Plantas."*

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, submeter à Assembleia Municipal a emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal da Requalificação e Amplificação do Cemitério das Claras, nos termos da informação supra transcrita.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.12.2. - Isenção de taxas para as operações urbanísticas decorrentes da passagem da tempestade "Leslie"

Foi presente à reunião a informação n.º 3/DOP/18, da Divisão de Obras Particulares, datada de 23/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Isenção de taxas para as operações urbanísticas decorrentes da passagem da tempestade "Leslie"

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Perante os danos e prejuízos sofridos nas edificações decorrente da passagem da tempestade "Leslie" que ocorreu entre os dias 13 e 14 de outubro de 2018, e considerando imperativo reduzir despesas para as vítimas, poderá a Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, deliberar quanto à isenção de taxas que incidam sobre os procedimentos previstos no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual) para a realização de obras de conservação, reconstrução e alteração, assim como as necessárias ocupações da via pública.

Com os melhores cumprimentos,"

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, propor à Assembleia Municipal que delibere quanto à isenção de taxas, nos termos da informação supra transcrita.

A Câmara mais deliberou, por maioria, que o período de isenção se aplique aos pedidos submetidos até 31 de dezembro de 2018.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.13. Apoios

2.13.1. Apoios a Freguesias

2.13.1.1. - Junta da Freguesia de Carriço - Apoio para substituição do teto da EB1 do Carriço

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Carriço, em que solicita um apoio destinado a minimizar despesas com a substituição do teto do refeitório da EB 1 do Carriço, que desabou em dezembro de 2017.

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, aprovar o apoio a atribuir à freguesia de Carriço, no montante de 904,05 € (novecentos e quatro euros e cinco cêntimos), para o efeito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo Regulamento.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.13.1.2. - Junta de Freguesia de Pombal - Férias Ativas Verão 2018 - Refeições

Foi presente à reunião a informação n.º 288/SE/18, da Secção de Educação, datada de 12/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Férias Ativas verão 2018 – refeições

Exmo. Sr. Presidente,

Considerando que o município promoveu, no âmbito das suas atribuições na área da educação, o programa "Férias Ativas" no período das férias escolares de verão.

Considerando que o valor pago pelos EE's, para além das atividades, contemplava também o serviço de almoço.

Considerando a parceria da Junta de Freguesia de Pombal na confeção e serviço do almoço servido na escola Conde Castelo Melhor, existe a necessidade de se proceder ao pagamento do serviço prestado.

Neste contexto, de 25 de Junho a 27 de Julho, foram servidas mil cento e quarenta e três refeições, no valor de 1,80€/refeição, perfazendo um montante de 2.057,40€ (dois mil e cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos), conforme descritivo do quadro infra.

25/jun	26/jun	27/jun	28/jun	29/jun	Total refeições
50 crianças+6 monitores	50 crianças+6 monitores	50 crianças+6 monitores	50 crianças+6 monitores	50 crianças+6 monitores	280
02/jul	03/jul	04/jul	05/jul	06/jul	
52 crianças+6 monitores	52 crianças+6 monitores	52 crianças+6 monitores		52 crianças+6 monitores	232
09/jul	10/jul	11/jul	12/jul	13/jul	
	52 crianças+6 monitores	52 crianças+6 monitores	52 crianças+6 monitores	52 crianças+6 monitores	232
16/jul	17/jul	18/jul	19/jul	20/jul	
	51 crianças+6 monitores	51 crianças+6 monitores	51 crianças+6 monitores	51 crianças+6 monitores	228
23/jul	24/jul	25/jul	26/jul	27/jul	
51 crianças+6 monitores			51 crianças+6 monitores	51 crianças+6 monitores	171
Total Geral					1143
					2 057,40 €

Assim sendo, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, sugere-se ao Sr. Presidente que, despache a presente informação à próxima reunião da Câmara Municipal, para aprovação, do apoio a atribuir à Junta de Freguesia de Pombal no montante de 2.057,40€ (dois mil e cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos).



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

Mais se sugere que, a mesma informação seja remetida, para conhecimento, ao órgão Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo regulamento.

À consideração superior."

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, com base no artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 9665/2016, em 4 de agosto, aprovar o apoio a atribuir à freguesia de Pombal, no montante de 2.057,40 € (dois mil e cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos), para o efeito.

Mais deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento, ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do mesmo Regulamento.

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.13.2. Apoios a Entidades

2.13.2.1. - Cedências de transporte coletivo de passageiros - Mês de setembro de 2018 - Para conhecimento

Foi presente à reunião a informação n.º 43/STUCE18, da Secção de Transportes Urbanos e Conservação de Equipamentos, datada de 08/10/2018, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Cedências de transporte coletivo de passageiros durante o mês de setembro de 2018

Exma. Senhora Vereadora do Pelouro dos Transportes Urbanos,

Dr.ª Ana Gonçalves,

De acordo com o estipulado, remeto em anexo, o mapa com o registo das cedências de transporte coletivo de passageiros, do Município às entidades externas, realizadas durante os meses de setembro.

É o que me cumpre informar,"

Junto à informação encontra-se o mapa com o registo de cedências, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara tomou conhecimento.

2.13.2.2. - Núcleo de Desporto Amador de Pombal - Apoio para a realização de provas de Karaté

Foi presente à reunião um pedido em nome de Núcleo de Desporto Amador de Pombal, em que solicita um apoio destinado a minimizar despesas com a organização de provas de Karaté em Pombal.

A Câmara deliberou, por unanimidade, com base na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar o Núcleo de Desporto Amador de Pombal, com um subsídio de 1.000,00 € (mil euros).

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.13.3. Isenções de Taxas

2.13.3.1. - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Louriçal - Pedido de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0022/CMP/18

26-10-2018

emissão de licença de ocupação de via pública e isenção da taxa

Foi presente à reunião um requerimento em nome da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Louriçal, em que solicita a emissão e isenção do pagamento de licença de ocupação de via pública, para a realização do XV Raid BTT Lama Solta, a realizar no dia 30 de setembro de 2018, na freguesia de Louriçal.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a emissão da licença de ocupação de via pública e isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 15,50 € (quinze euros e cinquenta cêntimos).

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.13.3.2. - Centro Cultural e Recreativo de Vila Cã - Pedido de emissão de licença especial de ruído e isenção da taxa

Foi presente à reunião um requerimento em nome do Centro Cultural e Recreativo de Vila Cã, em que solicita a emissão e isenção do pagamento de licença especial de ruído, para a realização do XV Raid BTT Lama Solta, a realizar no dia 14 de outubro de 2018, na freguesia de Vila Cã.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Michäel António, eleito pela lista Narciso Mota-Pombal Humano, aprovar a emissão da licença especial de ruído e isentar o requerente do pagamento das taxas, no montante de 36,00 € (trinta e seis euros).

O Vereador Michäel António fez a seguinte declaração de voto:

"Vou-me abster porque os documentos referentes a este assunto me foram enviados fora de prazo."

2.14. Intervenções do Público

Não houve intervenções do público.

3. Aprovação por minuta

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata por minuta, para efeitos imediatos.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu Virgínia Moderno redigi, subscrevo e vai ser assinada.